

PUBLICAÇÃO MENSAL • ANO XVI • CR\$ 260,00

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

ÁFRICA NO RIO

165

ARGENTINA

AONDE LEVARÁ A AMBIÇÃO DE MENEM?

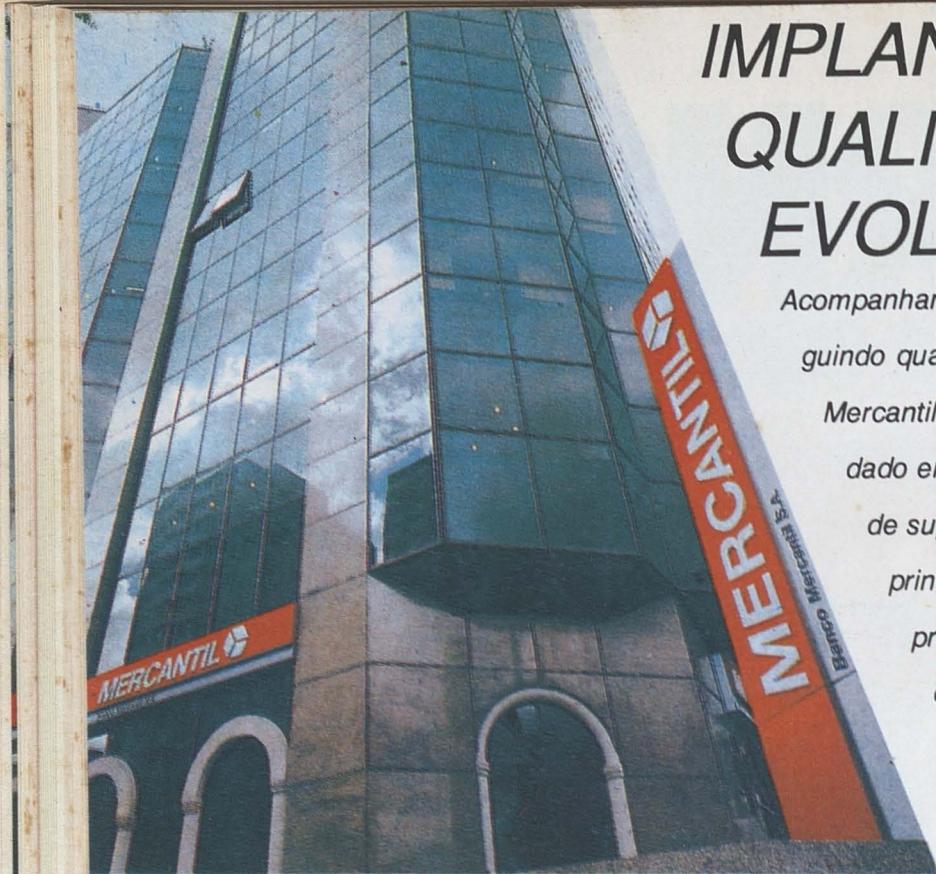


BOLÍVIA:
NOVO GOVERNO,
MESMOS CAMINHOS

POR QUE QUEREM
PRIVATIZAR AS
TELECOMUNICAÇÕES?

IMPLANTAR. QUALIFICAR. EVOLUIR.

Acompanhando as tendências do mercado. Perseguindo qualidade e produtividade. É assim que o Mercantil tem conquistado seu crescimento. Fundado em 1970, o banco expandiu-se numa rede supra-regional, implantando agências nos principais centros financeiros do país. Uma prova de trabalho bem estruturado. Uma evolução direcionada pelo claro objetivo de situá-lo, solidamente, entre as mais importantes instituições financeiras do país.



Administração Sul do Banco Mercantil, em São Paulo

Ocupar espaços.
Consolidar parcerias.
perseguir qualidade e
produtividade.
Evoluir. Solidamente.
Conquistar novos mercados.
Valorizar, mais que tudo, o cliente.
Ser um banco contemporâneo.

MERCANTIL

Banco Mercantil S.A.

O Banco que dá valor a você.

Administração - Sul:

Alameda Santos, 880 , Jardim Paulista, CEP 01418, São Paulo, SP
Tel. (011) 289.4666 - Fax (011) 289.4007 - Telex (11) 33708

Administração - Sede:

Rua do Imperador D. Pedro II, 307, Santo Antônio, CEP 50.010, Recife, PE
Tel. (081) 224.3466 - Fax (081) 424.1069 - Telex (81) 2424/8801

CAPA

As eleições parlamentares de outubro na Argentina são fundamentais para o presidente Carlos Menem e seu projeto de ser reeleito para o cargo, algo só possível se obtiver o apoio de dois terços do Congresso para modificar a atual Constituição

Página 23

SUMÁRIO

2 CARTAS

ENTREVISTA

4 Jurandir Freire: "Vivemos na cultura da crueldade"

TELECOMUNICAÇÕES

8 Privatização via Embratel

MENOR

13 O futuro da criança

SAÚDE

16 A boa hora das parteiras

18 Construindo o futuro

CULTURA

19 O resgate das origens

20 Um espetáculo africano

CIÊNCIA

22 Aprendendo a aprender

AMÉRICA LATINA

23 Argentina: Uma vitória com sabor de derrota

30 Bolívia: Novo governo, mesmos caminhos

ORIENTE MÉDIO

34 Palestina/Israel: O dilema dos palestinos

ÁFRICA

36 Eritréia: Os desafios da independência

ÁSIA

38 Rússia - Forças Armadas: o regresso sem glória

40 A americanização do Exército

INFÂNCIA

41 Um futuro ameaçado

PÁGINA ABERTA

44 O Estado na economia norte-americana

□ SUPLEMENTO

REFUGIADOS

2 África no Rio

SAÚDE

5 Enxaqueca, uma doença pouco valorizada

MULHER

8 A cidadania feminina

10 Conferência de Beijing: Igualdade, uma meta distante

12 PANORAMA INTERNACIONAL

A febre de desestatização pode privar o país do controle sobre as telecomunicações, que têm importância fundamental para o desenvolvimento e a integridade nacional



8



38



Suplemento 2

pedir favores e depois servir de instrumento de manipulação por parte de políticos inescrupulosos.

Me vejo na situação de primeiro ter que mostrar serviço para depois constituir a sociedade. Assim, coloquei meu caminhão à disposição da comunidade e vou toda semana ao Ceasa comprar legumes e frutas diretamente do produtor por pouco mais da metade do preço. Conseguí estabelecer convênio com a padaria Tojas do Moinho, onde o membro sócio da comunidade tem desconto de 25% no preço da bisnaga. O mesmo benefício foi conseguido junto à loja de materiais de construção Presidente 90, que oferece 15% ao cidadão que seja sócio da Sociedade Comunitária Jardim Redentor. Estou também trabalhando junto a supermercados para conseguir um desconto de 10%. Além disso estamos pleiteando nos colégios um desconto nas mensalidades.

Pretendo também instituir um sistema de consórcio entre os moradores para arborizar as ruas do bairro com árvores frutíferas. Desejo acrescentar que, embora tenha iluminado a rua e feito um palanque para eventos culturais, não desejo ser candidato a qualquer coisa. Deixo apenas dar uma prova de que o ser humano ainda apresenta possibilidade de recuperação, desde que expurge de si o sentimento de egoísmo que impera na humanidade.

Aristides Soares Moraes
Belford Roxo - RJ

Cuba

Em referência à reportagem sobre a atual situação cubana, intitulada "Resistindo a furacões", publicada no nº 163, que analisa a crise econômico-social provocada pelo embargo norte-americano àquele país, gostaria de tornar público um dos fatores que tem contribuído para agravar ainda mais a crise. Cuba sofre a ação de uma epidemia denominada "neuropatia endêmica", que provoca cegueira parcial, ataca o sistema neurológico e chega a matar. Suas causas não são completamente conhecidas, mas já foi descoberto que um dos elementos

causadores é a debilidade da alimentação, carente em vitaminas, uma vez que, pelos motivos expostos na reportagem, o governo não tem condições de suprir as necessidades de toda a população.

Foi iniciada uma campanha para debelar a epidemia através da ingestão de levedo de cerveja, que repõe o ácido fólico em falta no organismo. Contudo, não há verbas suficientes para que esse produto possa ser adquirido no mercado internacional. Desta forma, vimos pedir a todos doações de levedo de cerveja ou recursos para sua compra.

O telefone da Sociedade Brasileira de Psicanálise e Estologia, que está encabeçando a campanha, é (021) 285-5162, e o endereço é Rua Barão do Flamengo, 22/204, Largo do Machado, RJ.

Virgínia Castro Buarque
Rio de Janeiro - RJ

Comunicação

Gostei muito da matéria "Os novos rumos da TV", no nº 160. Sugiro um artigo que trate especialmente da influência da televisão (principalmente sobre programas infantis) na formação das crianças que estão começando a despertar para o mundo. Gostaria também de ler sobre as privatizações, fornecendo um quadro das empresas já privatizadas. Trabalho na Cosipa - Cubatão -, que foi a leilão no dia 4 de agosto. O sindicato está dividido em relação ao assunto e isso confunde a cabeça do operário. Uma matéria publicada numa revista que prima pela verdade, livre de preconceitos, ajudaria bastante a esclarecer o assunto.

Carlos Álvaro dos Santos
São Vicente - SP

No número 144 de *cadernos do terceiro mundo*, de outubro de 1991, foi publicada uma reportagem sobre as privatizações no Brasil, que foi nosso assunto de capa com o título "Privatizações: a propaganda e a realidade". No número 164, leia "Violência na telinha".

Intercâmbio

* **Jozimar Ramalho Lopes**
R. dos Timeiras, 2206
66040 Cremação - Belém - PA

* **Kátia Cristina Farina**
R. Ronaldo de Carvalho, 177
09131-270 C. Maracanã
Santo André - SP

* **Ulisses Tenório**
R. João Dias Vergara, 35/A
05765-250 Jardim Olinda
São Paulo - SP

* **Kenia Díaz Reyes**
Concepción 167 c/ Diaz
Benitez y Millar
11200 Reyla CH - Cuba

* **Paulo Borges**
Caixa Postal 43
11740-970 Itanhaém - SP

* **Sandra Mara**
Caixa Postal 43
11740-970 Itanhaém - SP

* **José Ivan Spinardi**
R. Luiz Matheus, 174
08420-750 São Paulo - SP

* **Miguel Javier Glez**
Apdo 182 Zona postal uno
10100 C. Havana - Cuba

* **João Hinard de Pádua**
R. Cruz da Carreira, 4/ 1º dtp.
1100 Lisboa - Portugal

* **Adriana Lemos S. Reis**
R. João Batista Scalco, 115,
bloco 1B /205
23050-170 Campo Grande
Rio de Janeiro - RJ

* **Nadejda K. Krupskaia**
R. General Salgado, 95/ 104
53130-320 Setúbal
Recife - PE

* **Joaquim de Assis**
Av. João Evangelista, 113
36400-000 Santa Matilde
Conselheiro Lafaiete - MG

* **Sebastião Francisco**
do Nascimento
Rua 21, nº 52
53409-280
Jardim Paulista - PE

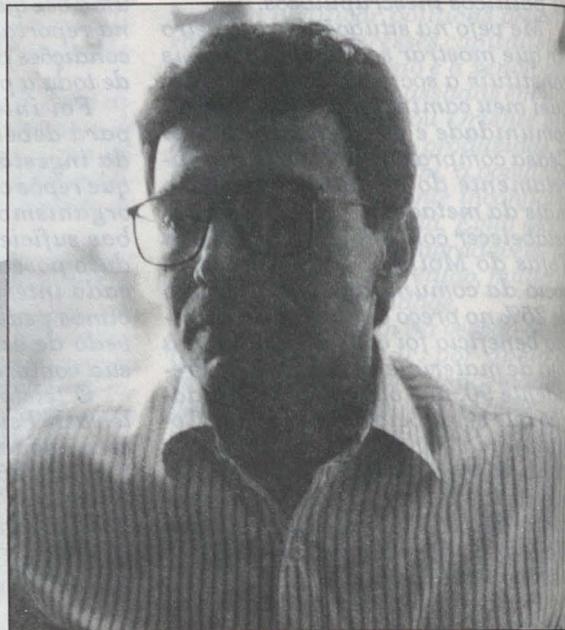
ENTREVISTA

JURANDIR FREIRE COSTA

'Vivemos na cultura da crueldade'

Um dos pioneiros no estudo da psicanálise voltada para os problemas coletivos, Jurandir Freire Costa opina sobre as dificuldades enfrentadas hoje pelo núcleo familiar e explica o comportamento violento de parte da população de vários países

A.C. Junior



Marcelo Monteiro

As normas de conduta, consolidadas em vários países, baseadas no consumo, no lucro, na falta de ética e na indiferença em relação aos demais cidadãos estão fazendo com que a família, até então uma instituição intocável e quase sagrada, se torne uma unidade dispensável e até obsoleta. A constatação é de um dos principais pensadores brasileiros da atualidade, o psicanalista Jurandir Freire Costa.

Um dos primeiros especialistas em comportamento do país a direcionar o foco de preocupação da psicanálise do individual para o coletivo, Freire Costa acredita também que se instalou no Brasil e em outros países a chamada "cultura da crueldade", na qual a pessoa vê a outra basicamente de três formas: como um "inimigo", como um "ser inferior" ou como um instrumento de uso para a obtenção de lucro e benefícios. A defesa da matança de menores de rua e de marginais como medida radical para a redução da criminalidade pode ser encarada como um componente dessa cultura, segundo o psicanalista.

Pesquisa do DataFolha apontou que 15% dos entrevistados não se manifestaram totalmente contrários aos assassinatos de oito menores de rua no Centro do Rio na madrugada de 23 de julho. Na mesma pesquisa, 20% não defenderam a prisão

para os culpados e sim o afastamento dos responsáveis dos quadros da polícia (12%) ou a simples transferência para outras áreas da cidade (8%).

Em entrevista exclusiva a *cadernos do terceiro mundo*, Jurandir Freire Costa analisa os componentes e causas do comportamento "cruel" de parte da população, as responsabilidades da televisão e dos governos militares pelo individualismo dominante na sociedade brasileira e como as relações familiares foram alteradas pela crise econômica e particularmente pela "crise moral" existente no Brasil. Professor de Mestrado e Doutorado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) em Saúde Coletiva e vencedor do prêmio Homem de Idéias 1988 conferido pelo *Jornal do Brasil*, Freire Costa é autor dos livros *História da Psiquiatria no Brasil*, *Ordem médica e norma familiar*, *Violência e psicanálise*, *Psicanálise e contexto cultural* e *Inocência e o vício – estudo sobre o homoerotismo*.

■ *Quais são os fatores que levam parte da população a defender o extermínio como solução radical para os problemas causados pela população de rua? Isso seria um componente da "cultura da crueldade" que você acredita que está instalada hoje no país?*

JF – A impunidade e as deficiências da polícia e da Justiça certamente são fatores que contribuem

buem para que a população apóie o extermínio de menores infratores ou de marginais. Mas não é tudo. A polícia e a Justiça são ineficientes por causa da corrupção e da proliferação da delinqüência urbana. É o aumento da delinqüência que faz com que as pessoas aceitem com certa facilidade a idéia de que marginais devam ser mortos. Isto é evidente e dispensa maiores explicações. Eu não preciso de grandes teorias para entender por que, depois de ser assaltada uma, duas, três vezes, uma pessoa possa desejá uma punição radical para o assaltante. O que necessita uma reflexão é a razão pela qual, mesmo sabendo que esta miséria e marginalidade não nasceram por geração espontânea, os sujeitos são tão apáticos e passivos diante do sistema social que fabrica a brutalidade. Aí é que entra o papel do que chamo cultura da crueldade.

■ Quais são as características da cultura da crueldade? É um fenômeno exclusivamente brasileiro?

JF - A principal característica dessa cultura é a de fazer com que todo sujeito veja o próximo como um instrumento ou objeto de uso para obter ganhos de poder, dinheiro, sucesso, prestígio mundano etc. Ora, quando nos convertemos a este ponto de vista, não mais olhamos nosso semelhante como um sujeito moral; como alguém que pode sofrer como nós; como alguém sensível à crueldade. Este fenômeno não é somente brasileiro. Ele ocorre onde quer que os indivíduos sejam levados a olhar o outro não como um aliaido de quem se deve ser solidário, mas como um inimigo que ameaça sua integridade físico-moral ou como um "ser" inferior porque não tem as mesmas normas de vida ou valores morais. Os preconceitos étnico, religioso, social ou sexual são exemplos de atos cruéis que podem ser encontrados em quase todas as sociedades, mesmo naquelas que não estejam mergulhadas na violência urbana, como estão a sociedade brasileira, a norte-americana e certas sociedades europeias. A ferocidade de atentados racistas nos Estados Unidos, França e Alemanha prova isso.

■ Qual o papel da televisão no surgimento dessa cultura?

JF - Em primeiro lugar, é bom não superdimensionar o papel da televisão nisso tudo. A televisão é um meio de comunicação que dança confor-

me a música do lucro. Ela não criou a sociedade de consumo e a moral do sucesso publicitário a qualquer preço. A TV é simplesmente o meio mais eficaz de difundir esses valores, o que é totalmente diferente. Podemos perfeitamente imaginar uma emissora posta a serviço da ética humanitário-democrática. Por que não? Em segundo lugar, o lado negativo dela não depende dos limites técnicos propriamente ditos, ou seja, da linguagem que ela emprega. Um meio de comunicação que permanece no ar 14 ou 16 horas diárias e ininterruptamente tem que encontrar uma linguagem informativa que não seja a do cinema, do livro, do rádio ou do jornal. Agora, mesmo dentro destes limites, se a televisão não fosse movida a lucro, talvez tivéssemos acesso a coisas menos inescrupulosas e medíocres do que temos. Por exemplo, a exploração sensacionalista do sexo e da violência, o abuso de imagens humanas que servem de cabide para a venda de objetos descartáveis etc.

"Se a TV não fosse movida a lucro, talvez tivéssemos acesso a coisas menos inescrupulosas e medíocres, como a exploração sensacionalista do sexo e da violência"

■ Poderia se dizer então que quem vê TV é hoje mais um consumidor de produtos e posturas do que um espectador?

JF - Creio que sim. O espectador de TV hoje é sobretudo visto como alguém que deve ser programado para consumir mercadorias e comportamento humano tidos como chaves para se alcançar o sucesso publicitário. Os objetos e principalmente os ídolos da TV são apresentados como modelos de conduta não porque apresentem sinais de virtudes públicas ou privadas, mas porque são espertos o suficiente para se manterem o tempo todo em cartaz.

■ Você acredita que o posicionamento dos defensores das matanças de pessoas seria o mesmo se os atingidos não fossem grupos de pobres e, na maioria, negros? Seria o que você chama de "desumanizar o diferente"?

JF - O fato das pessoas atingidas serem pobres e negras, nas circunstâncias sociais brasileiras, pode facilitar a atitude de desdém e indiferença com que suas vidas são tratadas. Mas não depende só disto. Numa cultura de violência e crueldade é o valor da vida de todos que é rebaixado a um nível obsceno. O marginal preto e pobre que, em situações de não-violência, pode até sentir admiração pelo branco rico, não hesita em seqüestrá-lo, humi-

Viveremos

lhá-lo, mutilá-lo ou o que quer que seja em situações de violência. O problema numa sociedade violenta é que todos se tornam inimigos de todos; todos estão prontos a reagir defensiva ou agressivamente ao menor sinal de perigo vindo do outro.

■ Por que esse sentimento de indiferença em relação aos outros e particularmente quanto às gerações futuras se consolidou?

JF - A indiferença em relação às futuras gerações é um produto da decadência da sensibilidade política. Tome como exemplo o pensamento dos políticos que fundaram a tradição democrática do Ocidente. Leia os socialistas utópicos, os liberais, leia um espírito liberal e libertário como Thomas Paine. Em todos eles tratar-se de imaginar e discutir o que seria uma sociedade mais justa e mais livre. Veja hoje. Política, na maior parte do tempo, tornou-se sinônimo de gestão de interesses particulares de grupos econômicos e corporativos. O mundo tornou-se mais pobre, mais feio e, honestamente falando, menor. O pior é que, quanto mais se fala de economia, mercado, racionalização, mais aumenta a miséria dos famintos e as desigualdades sociais.

■ Esse individualismo teria sido reforçado pela proibição de debates e pela censura impostas durante o regime militar?

JF - Com certeza, os governos militares colaboraram não só na repressão à liberdade de opinião como no incentivo que deram à chamada tecnocracia modernizante. Mas a crise de valores humanitários e democráticos é geral no Ocidente. Mesmo a praga da corrupção não é fenômeno tipicamente brasileiro. Veja o caso da Itália. Lá também a política transformou-se em atividade de grupos de pressão de classes, quando não da própria máfia.

■ A desconfiança de boa parte dos brasileiros na classe política não estaria sendo influenciada por alguns veículos de comunicação que divulgam a conduta aética como fator inherentemente à política? Não seria uma forma de minar a democracia?

JF - Não creio que os meios de comunicação inventaram diretamente o descrédito na políti-

ca. O que eles fazem é dar uma versão desmoralizante do que se passa, independente da força de persuasão que têm.

■ Qual a sua opinião sobre as campanhas de solidariedade, como a do combate à fome? São medidas paliativas, como muitos afirmam?

JF - Campanhas do tipo solidariedade e combate à fome são alternativas sim. Elas trazem de volta, na prática imediata, na vida das pessoas, exemplos de como podemos considerar o outro como igual e não apenas como um parceiro de consumo ou como um estranho excluído da possibilidade de consumir.

■ A crise econômica alterou as relações familiares na sociedade brasileira?

JF - Alterou as relações familiares. Mas não foi só a crise econômica; foi e ainda é a crise moral. As famílias deixaram de ser o local privilegiado onde se ensinava aos filhos as regras mínimas de ética pública e privada; onde se transmitia o sentido de autoridade legítima e o sentido de obediência consentida às leis válidas para todos. Não digo que a família de fato fosse um "refúgio num mundo sem compaixão" ou um reino de boas consciências. Mas esse era o seu "ideal". Era por ele que o desempenho de adultos e crianças era julgado. Hoje, se o termo não fosse um tanto impróprio, diria que tanto adultos quanto crianças são permanentemente "infantilizados" pela moral de consumo. Você já observou a atitude

dos adultos nos shopping centers, nos free shops ou nos centros de comércio de cidades norte-americanas como Miami ou Nova Iorque? Já observou o comportamento dos adultos no trânsito? Que sentimento de respeito ou de mínima sensatez você acha que um adulto desses pode inspirar numa criança? Os indivíduos adultos ou crianças distinguem-se apenas pelo volume de dinheiro destinado ao consumo. As expectativas são semelhantes: a posição de tutela diante de modelos de conduta; o sentimento de incapacidade de discernir o que é moralmente certo e errado e assim por diante. Essa cultura de dinheiro, do mercado e do lucro só precisa da família para inculcar nas crianças hábitos de consumo, ostentação e desejo de sucesso publicitário. No mais, ela é dispensável e, por isso, está se tornando obsoleta.

"As famílias deixaram de ser o local privilegiado onde se ensinava aos filhos as regras mínimas de ética pública e privada"

ALMANAQUE

B · R · A · S · I · L



1993

1994

FORMAÇÃO DA NACIONALIDADE • HISTÓRIA DOS ESTADOS
DOCUMENTOS FUNDAMENTAIS • CRONOLOGIA HISTÓRICA
OBRA CLÁSSICAS • O ESPAÇO NACIONAL • AS INSTITUIÇÕES
AS ATIVIDADES PRODUTIVAS • ROTEIRO DA CIDADANIA
QUADROS E TABELAS

Um exercício de cidadania em 336 páginas



PREÇOS ESPECIAIS DE LANÇAMENTO

Preço
normal

CR\$ 3.000,00
(por exemplar)

20%
de Desconto

Para assinantes
de "cadernos",
"Ecologia &
Desenvolvimento"
ou "Revista do Mercosul"
CR\$ 2.400,00
(por exemplar)

30%
de Desconto

Na compra de
3 exemplares
ou mais para
"assinantes" ou
"não-assinantes"
CR\$ 2.100,00
(por exemplar)

Os pedidos por reembolso postal serão acrescidos das despesas postais

Desejo exemplar(es) do ALMANAQUE BRASIL 93/94.

Sou: Assinante de Cadernos Ecologia Mercosul

Não-assinante de nenhuma das revistas

Nome: _____

Endereço: _____

Bairro: _____

Cidade: _____ Estado: _____

CEP: _____ Tel.: _____

Profissão: _____

ESTOU EFETUANDO PAGAMENTO POR:

- Cheque(s) nominal(ais) á Editora Terceiro Mundo Ltda.
 Reembolso Postal
 Vale Postal Ag. Lapa
 De acordo com a opção feita, autorizo o débito no cartão de crédito: _____, que tem validade até _____ / _____

Nome do titular do Cartão

Nº do Cartão

ACEITAMOS TODOS OS CARTÕES DE CRÉDITO

DATA: _____ / _____ / _____ Comprador

PREÇOS VÁLIDOS ATÉ 01/10/93

Enviar para Editora Terceiro Mundo Ltda.
Rua da Glória, 122 - 1º andar - Glória - 20241-180 - Rio de Janeiro, RJ
Dept. de Assinaturas
PEÇA TAMBÉM PELOS TÉL (021) 252-7440/232-3372
OU PELO FAX (021) 252-8455

Após a validade cobraremos preços atualizados

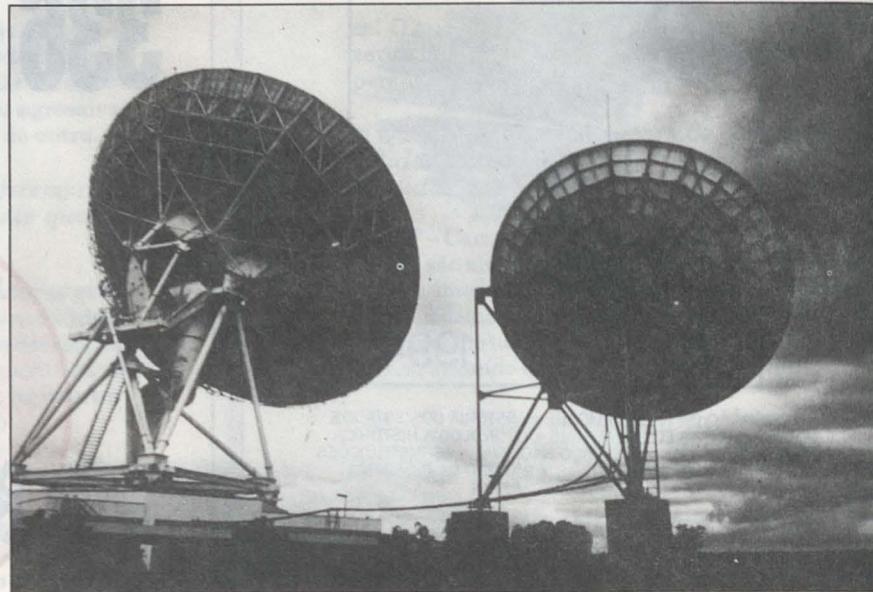
Privatização via Embratel

A febre da desestatização pode privar o país do controle sobre as telecomunicações, que têm importância fundamental para o desenvolvimento tecnológico e para a própria integridade nacional

Carlos Lopes

Quando se fala em monopólio estatal, a associação com a exploração do petróleo é quase imediata. Mas as telecomunicações, que viabilizam o mais importante instrumento do mundo moderno — a informação —, também têm o controle público garantido na Constituição brasileira. Os grandes lobbies já trabalham intensamente pela privatização do setor, empunhando a gasta bandeira da "modernidade". A revisão constitucional, prevista para outubro, representa um *round* decisivo nessa luta, uma vez que a questão dos monopólios e uma maior tolerância ao capital estrangeiro são dois (em um) dos principais temas da pauta de discussão.

A Constituição assegura à União a exploração, direta ou em regime de concessão, mediante controle acionário estatal, dos serviços telefônicos, telegáficos, de transmissão de dados e dos demais serviços essenciais de telecomunicações. Com isso, foi consagrada a política instituída em 1972, que criou o Sistema Telebrás (Telecomunicações Brasileiras S.A.) para fazer o planejamento global do setor e gerir as



28 empresas operadoras distribuídas pelo país.

A Telebrás é uma *holding*, que não vende bens nem presta serviços diretamente. Estes ficam a cargo das empresas operadoras, a maioria com atuação restrita a um estado da Federação. No sistema, a Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel) é a única a operar em todo o país, sendo responsável, com exclusividade, pelas ligações interestaduais e internacionais, pelos serviços de telex e os chamados serviços de valor adicionado, que incluem a comunicação de dados.

Esse sistema começou a ser delineado em 1962, através do Código Brasileiro de Telecomunicações, editado pelo Congresso. O código regulamentou direitos e deveres relacionados à exploração dos serviços e estabeleceu um programa de ação para o setor. A lei previu recursos próprios para o sistema: o Fundo Nacional de Telecomunicações (FNT), uma taxa de até 30% sobre o valor dos serviços. É, portanto, um sistema que não depende de recursos do Tesouro Nacional. Ao contrário, dá lucro — em 1991, com um faturamento de US\$ 6,5 bilhões, a Telebrás apresentou um superávit de US\$ 105 milhões — e gera riquezas: é o maior

contribuinte de impostos federais e estaduais do país.

No mercado de ações, os papéis das empresas ajudam a financiar o setor. Os títulos da Telebrás estão entre os mais atraentes para o investidor. As telecomunicações são o segmento da economia que mais cresce no país. No ano passado, a participação no Produto Interno Bruto (PIB) foi de 4,24%, um crescimento maior do que 100% num período de oito anos.

Em linhas gerais, esse é o perfil do Sistema Telebrás (STB), o maior sistema de telecomunicações da América do Sul e o sexto maior do mundo, com base no número de linhas em serviço. Com tudo isso, as telecomunicações brasileiras são um setor desconhecido do público em geral e da maioria dos parlamentares com atuação no Congresso. O tema não consta sequer do programa dos partidos políticos, cujos representantes — caso a revisão constitucional aconteça — terão que deliberar quando as questões econômicas entrarem na ordem do dia.

Um sistema misto — O assessor jurídico da Embratel, Gaspar Vianna, autor do livro *A privatização das telecomunicações*, considera um equívoco

COMUNICAÇÃO

chamar o nosso modelo de monopólio, devido à infinidade de serviços que não são controlados pelo Estado: "O rádio e a televisão puxam um volume de cerca de 50 serviços explorados em regime de concessão, abrangendo a freqüência modulada, o sistema de rádio-chamada, o rádio-táxi, a televisão a cabo etc."

Ele lembra que a própria Constituição não incluiu as telecomunicações quando estabeleceu o que é monopólio da União (artigo 177). E acrescenta um terceiro dado: "O monopólio pressupõe um (mono) explorador, e o sistema Telebrás é composto de 28 empresas, nem todas estatais." Vianna cita a Companhia Riograndense de Comunicação (CRT), que pertence ao governo do Rio Grande do Sul; a Companhia Telefônica de Ribeirão Preto, do município de Ribeirão Preto (SP); a Companhia Telefônica de Londrina (PR), também municipal, e a Companhia Telefônica da Borda do Campo (CTBC), da região do ABC paulista, que é essencialmente privada. "Pode-se achar que é pouco, mas não dá para falar em monopólio", argumenta.

A Constituição consagra um sistema misto, e não se pode esquecer que várias atividades que compõem a exploração do serviço vêm sendo delegadas à iniciativa privada através da terceirização. "Não há, por exemplo, um monopólio indo até a ponta da rede", diz Gaspar Vianna, observando que cada um pode instalar em casa o telefone que desejar. "E não é só telefone, pode instalar micro, fac-símile, o que quiser", completa.

O STB tem seis milhões de acionistas, o que representa um dos capitais sociais mais democratizados do mundo. "É um capital altamente pulverizado. O sistema é aberto, as ações são compradas em bolsa e a lei garante a qualquer acionista o direito a ter informações sobre as empresas. Basta que se peça", diz. Na composição do capital, a União tem 51% das ações ordinárias, que dão direito a voto, e menos de 1% das ações preferenciais.

Já que não se trata de monopólio, o que ameaçaria esse patrimônio público?

Para o assessor jurídico, a ameaça é a mudança do dispositivo constitucional "quebrar" esse sistema misto e

permitir a privatização total dos serviços. "Se a Constituição diz que os serviços de telecomunicações poderão ser dados em concessão, significa que nem a rede pública nem a rede que a Embratel interliga através de satélite estão garantidos", opina.

Nos próximos cinco anos, o setor deve movimentar uma cifra da ordem de US\$ 50 bilhões, entre negócios na área de telefonia celular, redes de informática e atendimento à demanda reprimida de telefones. O "filé mignon" das telecomunicações está nos serviços de valor adicionado. Por suas características tecnológicas e financeiras, a

comunicação de dados – realizada com a infra-estrutura física da Embratel – é o alvo da cobiça dos grandes grupos internacionais. No ano passado, representou metade do faturamento da empresa – que foi de US\$ 1,4 bilhão. Mas a proposta de privatização não faz nenhuma ressalva: "Querem simplesmente fazer a abertura total, despendo o Estado de qualquer responsabilidade."

Papel estratégico – O choque imediato da privatização das telecomunicações seria o fim do desenvolvimento tecnológico do setor no país. Os



O sistema Telebrás está presente em cerca de 15 mil localidades

empregos de alta qualificação deixariam de ser gerados aqui, para serem gerados no exterior. Devido ao alto volume de recursos exigidos para operacionalizar o sistema (dados de 1991 indicam investimentos da ordem de US\$ 2,3 bilhões), não existem grupos nacionais capazes de herdá-lo. Em caso de privatização, as empresas seriam vendidas para uma estatal estrangeira ou para um grande grupo multinacional, como a American Telephone and Telegraph Company (AT & T), que passaria a exercer o monopólio.

Quem assistiu ao jogo de futebol entre Brasil e Equador, pelas eliminatórias da Copa do Mundo de 94, além de sofrer com a falta de criatividade da nossa equipe, pôde observar uma publicidade no mínimo curiosa. No gramado do Morumbi, em São Paulo, colocada estrategicamente quase no meio de campo, a placa estampava para milhares de telespectadores a seguinte mensagem: "AT & T - o Brasil conectado ao futuro". A gigante norte-americana do setor de telecomunicações quer triplicar seu faturamento até o ano 2000, e entende que o Brasil pode ajudá-la nessa tarefa.

Não se pode dizer que a AT & T esteja errada. "O Brasil é um país largamente ambicionado, em função de viabilizar qualquer tecnologia", afirma Vianna, explicando o interesse das empresas em atuar aqui. "Uma empresa que domine um mercado como o paulista não vai colocar nesse

mercado um equipamento que não seja o seu", completa.

"O monopólio das telecomunicações deve ser mantido como está. Somos contra a privatização porque sabemos que ninguém teria interesse em levar esses serviços à Amazônia, ao sertão e a pequenas localidades." A declaração é do governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, do tempo em que ele ocupou o Ministério das Comunicações (governo Sarney), e está no livro de Gaspar Vianna. E certo que o ministro não seguiu o discurso ao pé da letra. Na sua gestão foram dados largos passos pelo fim do controle estatal, seguidos depois, com maior determinação, durante o governo Collor. Mas pelo menos o discurso estava correto.

O sistema Telebrás está presente em cerca de 15 mil localidades do país. Todas as cidades e vilas com mais de 10 mil habitantes têm a presença da Telebrás. "Em cidades que não têm água, luz, esgoto, não tem sistema médico e nem escola secundária você tem um ponto de presença do sistema Telebrás", diz Vianna, lembrando lugares como Tabatinga (AM), na fronteira com a Colômbia: "Evidentemente que



Gaspar Vianna: "O Brasil viabiliza qualquer tecnologia"

Nas mãos de um cartel

A té a primeira metade dos anos 60, os serviços de telecomunicações foram explorados pela iniciativa privada. A Companhia Telefônica Brasileira (CTB) chegou a controlar 80% dos telefones do país, além das ligações interurbanas das regiões onde detinha a concessão. Para atender à legislação, a CTB era constituída por sete acionistas: seis brasileiros, pessoas físicas, donos de uma única ação; o sétimo, a empresa canadense Brazilian Traction, tinha 999.994 ações.

A companhia operava em centros como São Paulo, Rio, Belo Horizonte e Vitória, por concessão dos governos estaduais. No Rio Grande do Sul, no Paraná e em alguns estados do Nordeste, a "dona da bola" era a norte-americana IT & T, que aqui constituiu uma empresa, nos mesmos moldes da CTB, com o nome de Companhia Telefônica Nacional. Havia ainda cerca de mil empresas familiares, que operavam no interior do país, mediante concessão dos governos municipais.

Também tinham o controle de companhias estrangeiras as telecomunicações interestaduais e internacio-

nais. Aqui estavam plantadas a Western Telegraph (Inglaterra), a Radional e a Radiobrás (EUA) e a Itacable (Itália), operando o setor através de rádio e cabos submarinos, por concessão do governo federal.

No livro *A privatização das telecomunicações*, Gaspar Vianna mostra que, ao contrário do que se pode imaginar, o serviço era deficiente, os equipamentos empregados baratos e ultrapassados. "O Brasil estava nas mãos de um cartel internacional que a qualquer momento poderia desligá-lo." Esse sistema iniciou a década de 60 deteriorado e falido. Era preciso mudar. Em fevereiro de 1962, o então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, deu o pontapé inicial: encampou os serviços da IT & T e criou a Companhia Rio Grandense de Telecomunicações (CRT). Um escândalo. Mas em agosto daquele mesmo ano, o Congresso instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações, seguindo um modelo esboçado pelas Forças Armadas, a partir das preocupações militares com a segurança do país. Estavam estatizados os serviços de telecomunicações.



a empresa privada não iria investir nessas áreas, porque o compromisso do investidor é com o lucro. Quando o Estado se envolve nisso – e essa é a função da atividade estatal – ele tem uma missão estratégica."

Gaspar Vianna cita ainda um programa desenvolvido pela Embratel, o Serviço Móvel Marítimo. É um trabalho de monitoramento por satélite, com estações em toda a costa. A ONU exige isso de um país com a dimensão territorial do Brasil, para efeito de salvaguarda da vida humana em alto mar. "Se nós tivermos que manter uma força militar de vigilância de barcos, naturalmente esse sistema pode ajudar", acrescenta.

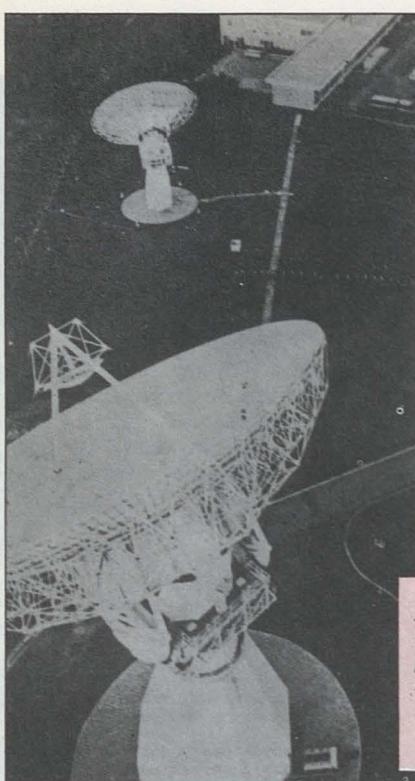
O ciclo da informação, para Vianna, é uma outra característica do papel estratégico das telecomunicações. Segundo ele, a Telebrás garante a democratização dos meios de comunicação, ao assegurar que qualquer fonte que gere um produto possa levá-lo até a outra ponta (ao receptor). O assessor jurídico da Embratel considera que a interferência da iniciativa privada ou de oligopólios – "que já dominam o país

Os satélites orbitais brasileiros poderiam dar uma grande contribuição na promoção de maior justiça social

através de jornais e televisões, e que não deixam que determinados fatos tenham curso" –, teria graves consequências para o país. "Nós vamos ficar reduzidos a uma bandeira e a um hino para jogo de futebol, porque na realidade não vamos ter mais nenhum tipo de independência no seu sentido essencial", adverte.

As telecomunicações podem também atuar de forma eficiente na promoção de justiça social. O Brasil tem dois satélites orbitais e deverá ter mais dois, já que os primeiros tiveram a vida útil prolongada. Esses satélites, aliados à rede de fibra ótica que a Embratel está completando, e que multiplica por dez a capacidade do sistema, permitiriam uma ampla atuação em teleducação, assim como na rede de saúde. "Não é vendendo o sistema estatal que você vai contribuir para isso", diz.

'Privatização ou caos' – Os partidários do fim do controle estatal nas telecomunicações, como o jornalista Ethevaldo Siqueira, autor do livro *Privatização ou caos, o lobismo*, do Instituto Brasileiro para o Desenvolvimento das Telecomunicações, dirigido por Oscar Dias Correa Filho, ou as comissões empresariais da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), organizadas para influir na revisão constitucional, alegam que só a privatização tiraria o país do atraso tecnológico em que se encontra. Apesar do núme-



As telecomunicações podem avançar sem mudanças no texto da Constituição

ro de linhas telefônicas instaladas ter crescido cerca de quatro milhões no período de 1985-92, o Brasil conta somente com sete telefones para cada 100 habitantes. O número considerado razoável seria de 20 para 100 habitantes. Nessa relação, ficamos abaixo de países como Argentina, México ou Portugal.

A própria empresa estatal, instituída com a reforma administrativa de 1967 para atuar em moldes empresariais, passou a sofrer uma série de cencimentos, que a nivelam a uma repartição pública. "Ela não pode contratar livremente e tem que seguir normas rígidas de licitação para comprar um prego, uma caneta. Imagine para comprar satélites", indaga Gaspar Vianna, que ainda relaciona nas normas burocratizantes a proibição de contratação de pessoal sem concurso público e

o voto ao pagamento de salários competitivos com o mercado para concluir: "Hoje você tem uma repartição pública chamada estatal."

Defensor de uma reestruturação da empresa pública, Vianna não vê necessidade de mudanças na Constituição para as telecomunicações avançarem. "O modelo constitucional é equilibrado, pois reserva para o Estado o estratégico e permite que a iniciativa privada atue complementarmente na área estatal", garante, considerando que existe um campo enorme para inovar, "podendo-se abrir esse espaço tão reclamado, não só pela iniciativa privada como pelas multinacionais".

Para tornar o setor mais moderno e dinâmico, ele não descarta a idéia de que os investidores privados ocupem diretorias na empresa estatal, o que talvez contribuisse para a eliminação de males como o nepotismo e o apadrinhamento político, contra os quais ainda não se adquiriu imunidade. O assessor jurídico concorda que o Estado deve reduzir a sua influência ao mínimo: "Mas, na condução desse processo, não pode abdicar nem transigir com o essencial – o interesse nacional."

A elaboração de um novo código de telecomunicações é considerada por ele como fundamental para o desenvolvimento do setor. O código brasileiro data de 1962, quando a televisão ainda era incipiente, o transistor tinha três anos de vida e não se sonhava com satélites, rede de microondas ou transmissão de dados. "Nós temos um código da Idade da Pedra", exagera, sem deixar de relevar a importância que a lei teve para o país. Vianna lembra que em anexo ao texto havia um mapa do país, indicando todo um planejamento a ser seguido. "Para avançar novamente o setor, seria preciso uma lei, um novo código com essas características. Isso teria que vir dentro de uma nova técnica, de uma nova mentalidade em que se procurasse permitir que o Estado fizesse o seu papel de agente promotor do desenvolvimento em todos os campos", propõe.

Panorama latino

A discussão sobre a privatização das telecomunicações não é nova, e muito menos exclusividade brasileira. Na América Latina, ela chegou embutida no estrangulamento da dívida externa. A crise econômica provocou o abandono do setor nos países do continente, e a privatização foi acenada pelos organismos financeiros internacionais como a única saída, em troca da garantia de novos recursos e do "passaporte para a modernidade".

O Uruguai rejeitou a receita. Em dezembro do ano passado realizou um plebiscito para que o eleitor deliberasse sobre os destinos da estatal Administración de Teléfonos Sociedad del Estado (Antel), uma empresa eficiente e rentável. Resultado: 71,57% de votos contrários à privatização.

Mas outros países não tiveram a mesma sorte. A Venezuela privatizou a Cia. Anónima Nacional de Teléfonos (CANT). Um consórcio interna-

cional, formado pelas empresas Bell (Canadá) e GTE (EUA), passou a monopolizar a exploração dos serviços básicos.

Na Argentina, vendeu-se a Empresa Nacional de Telecomunicações (Entel), e o país foi dividido em duas áreas a partir de Buenos Aires. Na área norte, os serviços passaram a ser explorados por uma empresa na qual o consórcio formado pelas estatais Stet (Itália) e France Telecom (França) é majoritário. Na área sul, que inclui o centro financeiro de Buenos Aires, a estatal CTNE (Espanha) obteve os direitos de exploração.

Os usuários reclamam que, se antes os serviços não eram satisfatórios, agora estão muito piores.

No Chile, a situação não ficou muito diferente. O controle das telecomunicações também passou a ser exercido pela estatal espanhola, CTNE.

O futuro da criança

Na capital pernambucana, um encontro discute soluções efetivas para os 26 milhões de menores que vivem no país à margem da sociedade

Recife vai sediar, de 12 a 16 de outubro, o Festival Internacional da Criança (FIC-93). O evento é inspirado na campanha Ano 2000 sem Miséria, criada por dom Helder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife e presidente de honra do festival.

Segundo os organizadores, a preocupação fundamental é promover na sociedade mudanças de atitude diante dos problemas da criança e do adolescente. Às vésperas do final do século estima-se que no Brasil 26 milhões de crianças vivam à margem da sociedade, e que 9 milhões estejam abandonadas por suas famílias, vivendo nas ruas, expostas à delinqüência.

A iniciativa é da Fundação Centro Educativo de Comunicação Social (Cecosne), uma entidade fundada há 25 anos por professores e estudantes universitários com a preocupação em acelerar as mudanças na área de educação popular. Para o



FIC-93, foi adotado o tema "Criança, e seu futuro?"

A programação acadêmica do encontro vai girar em torno de um fórum sobre os direitos da criança e do adolescente. Entre os temas em debate estão a doutrina da proteção integral; a família natural e a família substituta; e a delinqüência infanto-juvenil. Mesas-redondas e workshops

com um amplo universo de abordagem completam a parte acadêmica do encontro.

O FIC tem ainda programadas diversas atividades culturais, como uma festa de pipas, apresentação de bandas de música, espetáculos circenses, teatro de marionetes etc. Durante os cinco dias de festival, uma feira vai funcionar com barracas de municípios e estados brasileiros, bem como dos países participantes.

O Festival Internacional também quer chamar a atenção para a situação da criança índia do Nordeste, discutindo os seus direitos. As crianças vão representar as tribos de Pernambuco (Fulniô de Águas Belas, Xucurus de Pesqueira, Kambinewá de Itabimirim, Pankararu e Atikem do Sertão), Paraíba (Potiguará), Sergipe (Xocós) e Alagoas (Xukuru-Kariri, Pingui-Boto, Carapotós e Kariri-Xocó). Os índios do Nordeste vão participar de uma exposição de artesanato, mostrando produtos como redes, esteiras, pinturas e bolsas.

Se eu pudesse

*dava um globo terrestre
a cada criança...
Se possível até um globo
luminoso,
na esperança de alargar
ao máximo
a visão infantil
e de ir despertando interesse
e amor
por todos os povos,
todas as raças
todas as línguas
todas as religiões*

Dom Helder Câmara
Presidente de honra do FIC-93

Informações:
Fundação Cecosne
Rua José Osório, 124 – Madalena
CEP 50610-280 – Recife – PE
Fax: (081) 227-1763 e (081) 227-1472

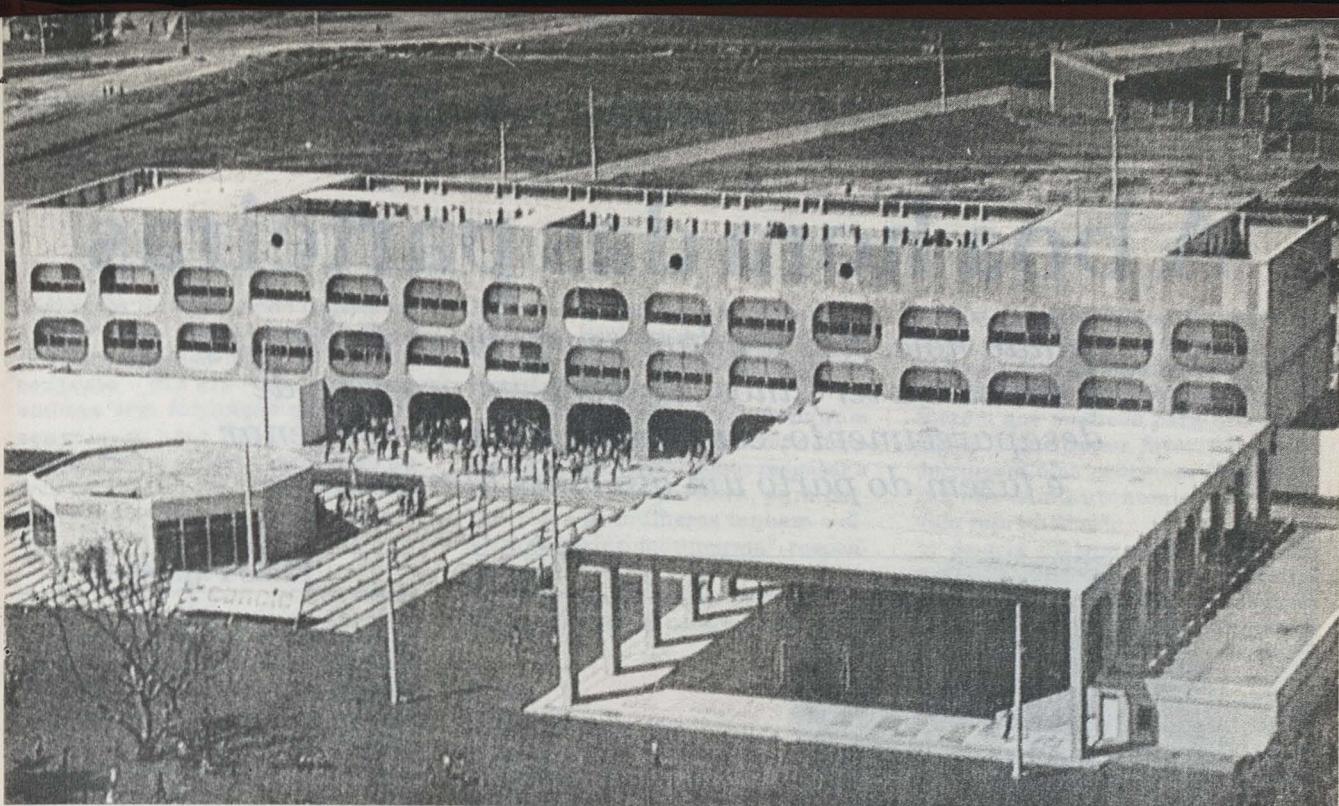
O Governo do Estado do Rio de Janeiro traz de volta os ginásios públicos.



Colégio Pedro II

Para que seu filho conheça a qualidade de ensino dos ginásios de antigamente.

13 GINÁSIOS JÁ FORAM INAUGURADOS NO MES DE AGOSTO.



Todo pai se lembra com saudade dos seus tempos de ginásio. Uma tradicional maneira de ensinar e uma forma de aprender que sempre deu certo.

É exatamente isso que o Governo do Estado do Rio de Janeiro trouxe de volta, agora para o seu filho. E hoje, com algumas vantagens que você não tinha na sua época: além do ensino regular, esses ginásios incluem aulas de educação artística, educação física, línguas estrangeiras e até de informática, que estará conjugada às disciplinas do currículo.

Seu filho fará em 5 anos o que era feito em 7 e sai direto do ginásio para o vestibular. Ele pode optar por estudar em horário integral ou escolher um único turno – manhã ou tarde. Nessa primeira etapa o Governo do Estado do Rio de Janeiro já inaugurou 13 ginásios, funcionando em prédios idênticos aos CIEPs, que oferecem, além do melhor ensino, assistência médica e dentária. Tudo absolutamente de graça. Se hoje em dia pagar mensalidade já é um sacrifício, imagine a economia que você vai fazer, não precisando comprar sequer um lápis.

Com esses 13 ginásios, o Governo do Estado abriu 3.584 vagas. No total serão 50 ginásios, sendo 20 deles no município do Rio de Janeiro.

Com isso, o Governo do Estado do Rio de Janeiro está investindo em educação e investindo no que o Brasil tem de melhor: a nossa gente.

Leve seu filho para o ginásio público. E garanta para ele um lugar no futuro.

RIO DE JANEIRO: Av. João Ribeiro - Tomás Coelho • R. Sargento Miguel Filho - Vila Kennedy • Estr. Santa Eugênia - Paciência • Estrada da Ilha - Ilha de Guaratiba • R. Guandu Sapê - Campo Grande. **DUQUE DE CAXIAS:** Av. Presidente Kennedy - São Bento.

SÃO JOÃO DE MERITI: R. Arruda Negreiros - Parque Aliança. **SÃO GONÇALO:** R. Cândido Reis, 128 - Coelho • Ao lado do quartel da PM - Neves • R. Vital Brasil - Luís Caçador. **BARRA DO PIRAI:** Rodovia Lúcio Meira - Matadouro. **CACHOEIRA DE MACACU:** Av. Naby Califá - São Francisco. **CAMPOS DOS GOYTACAZES:** Av. Oswaldo C. Melo - Parque Prazeres.

A boa hora das parteiras

Ainda hoje, elas ajudam as mulheres de locais remotos a ter filhos. Embora em processo de desaparecimento, conservam um saber milenar e fazem do parto um ato mais humanizado



As mulheres que vivem em lugares distantes encontram nas parteiras um apoio amigo

Elias Fajardo

"O destino me deu essa intimidade de pegar menino e só deixo quando não puder mais me bulir. Minha natureza deu pra isso, por isso sou parteira."

Dona Antonia, de Bom Nome, sertão pernambucano

Elas prestam seus serviços a qualquer hora do dia e da noite, muito mais por solidariedade do que por qualquer outra motivação, em povoados e cidades remotas do sertão de Pernambuco, Paraíba, Maranhão e outros estados brasileiros.

As parteiras são hoje uma espécie de guardiãs de hábitos e tradições orais milenares das populações isoladas do complexo sistema urbano. Embora estejam em processo de desaparecimento, constituem uma forma de assistência objetiva para muitas mulheres do interior, bem como uma possibilidade de um parto mais humanizado.

Com esta ótica, elas são mostradas no vídeo *Parteiras: a magia da sobrevivência*, que tem direção de Angela Mascelani e fotografia de Mirian Lane. O vídeo, de 15 minutos, foi produzido pelo Curumim, um grupo feminista composto de médicas, enfermeiras e parteiras. O grupo trabalha com saúde feminina, parto, mortalidade materna e prevenção de gravidez indesejada em adolescentes.

Segundo a Organização Mundial de Saúde, o Brasil é vice-campeão mundial de mortalidade na hora do parto. Isto significa que a maneira com que a medicina institucionalizada lida com a parturiente não tem sido satisfatória. Para a ginecologista e obstetra Islene Carvalho, do Curumim, existe hoje uma reação contra a assistência

obstétrica feita de modo impessoal, sem levar em conta a realidade específica de cada mulher. "Neste contexto – diz ela – as parteiras, embora sem formação médica, desenvolvem uma prática de autoajuda. São mulheres ajudando outras em momentos cruciais de suas vidas reprodutivas, como a gravidez, o parto ou o aborto."

O grupo Curumim considera a parteira um elemento vital na manutenção da possibilidade de dar à luz de forma mais próxima da cultura das mulheres do interior: em casa, junto com os maridos e familiares, tomando chás de ervas e tendo um apoio psicológico que é reconhecido hoje como fundamental para o bom andamento do parto. Isto não acontece nos hospitais, onde o atendimento é massificado, com excesso de intervenção médica.

Como há sempre muitas parturientes esperando para serem atendidas, o parto tem de ser rápido, com hora marcada e sem identidade. "A mulher às vezes nem conhece o médico que vai atendê-la", diz Islene.

Muitos outros hábitos estão desaparecendo, tornados obsoletos pelo progresso da medicina e de outros setores da ciência. Traços culturais tendem a ficar como ecos perdidos do passado, como, por exemplo, o hábito de colocar as cadeiras na frente de casa para conversar ao entardecer. Angela Mascelani discorda desse raciocínio: ela acha que, se alguns desses costumes permanecem, é porque foram selecionados para continuar existindo, pois têm uma força cultural que os faz vivos.

Um exemplo de sobrevivência de tais hábitos está na Holanda, onde 80% dos partos hoje são feitos em casa, com assistência de parteiras que têm *status* de médicos e são respaldadas por um bem-estruturado sistema de saúde. Por isto, a Holanda tem um dos menores índices de mortalidade maternal e perinatal do mundo.

No Brasil a realidade é bem diferente. Com o desmantelamento do sistema estatal de saúde, a carência de atendimento é brutal, e poucos se preocupam com uma categoria como as parteiras, consideradas em extinção.

Não existe, nem na rede oficial nem fora dela, nenhum dado numérico sobre elas. Por que então estudá-las e estimulá-las?

"O sistema oficial resultou num excesso de cesarianas, mortes e traumas. Por isso, procuramos resgatar a contribuição da parteira, para permitir que as mulheres tenham o direito de parir como queiram", responde Islene.

Na Idade Média, as parteiras começaram a ser vistas como feiticeiras

*Muito se discute sobre a possibilidade de as parteiras conseguirem resolver as situações mais difíceis na hora do parto.
A solução é que elas trabalhem com o apoio do sistema oficial de saúde*

Hoje, segundo Islene, "as mulheres pouco sabem sobre seu corpo, e se tornam alvo fácil da interferência médica e da indústria farmacêutica. Elas recorrem aos médicos para que estes digam o que devem fazer, em vez de decidirem elas próprias. As mulheres não têm autonomia sobre sua vida reprodutiva".

Angela e Islene notam que, atualmente, já existe uma reação contrária aos excessos da medicina científica. No eixo Rio-São Paulo, pelo menos, certas práticas tradicionais de saúde estão voltando, e os médicos homeopatas já fazem parto em casa. O público é formado por pessoas bem-informadas, que querem viver de forma mais natural, com menos intervenções tecnológicas. "Muitas coisas que as parteiras faziam e eram consideradas intuição, hoje são traduzidas pelos médicos como conhecimento científico de medicina alternativa", diz Angela.

Mas como fazer nos casos de partos difíceis, que as parteiras não conseguem resolver sozinhas? Afinal, existem situações que exigem a infra-estrutura de um hospital e a presença de um cirurgião. O grupo Curumim propõe que as parteiras trabalhem independentes, mas com o apoio do sistema de saúde para os casos complicados. As parteiras precisam saber identificar até onde o parto pode ser feito só por ela, em segurança. Quando não tiver condições de realizar o parto, ela deve seguir com a parturiente para a casa de saúde mais próxima e ser recebida sem preconceito por parte dos funcionários.

Segundo Islene, uma boa parteira precisa ter recursos para trabalhar: materiais adequados, esterilização de seus instrumentos e até uma assistente. Por isso, o grupo faz um trabalho de formação e reciclagem dos conhecimentos das parteiras.

Angela afirma também que o vídeo tem enormes potencialidades no campo da comunicação. No momento em que o vídeo é gravado, a equipe já está atuando sobre a realidade, na medida em que está levantando uma questão e contribuindo para discuti-la. Num segundo momento, o vídeo tem o efeito de ampliar o público e o alcance desta discussão.

Construindo o futuro



Os enfermeiros têm um papel importante a desempenhar dentro dos hospitais

Pouco lembrados, os profissionais de Enfermagem se organizam para tentar resolver alguns pontos da atual crise no setor

Patrícia Costa

Quando pensamos em saúde, lembramo-nos logo de hospitais e médicos. Mas existe uma parcela de profissionais quase sempre ignorada: os enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem e atendentes. No Brasil, atualmente, existem mais de 200 mil trabalhadores destas categorias exercendo suas funções com as mesmas dificuldades da classe médica.

No caso do Rio de Janeiro, são cerca de 70 mil pessoas sob a coordenação do Conselho Regional de Enfermagem (Coren). Há cinco anos o Coren vem promovendo o Encontro de Enfermagem (Encenf-Rio), com o objetivo de congregar a categoria para discutir os problemas pertinentes à prática profissional.

Qualidade – O V Encenf-Rio, realizado entre 26 e 30 de julho último, teve como um dos principais temas a educação e a qualidade dos serviços em

Enfermagem. A vice-presidente do Conselho Regional de Enfermagem, Almerinda Moreira, explica que o Coren tem por objetivo fiscalizar o exercício profissional, mas também deve oferecer condições para a melhoria dos serviços de assistência, "para poder exigir qualidade". Este ano, com a participação de representantes do Paraguai, Argentina e Peru, foi constatada uma disparidade muito grande entre os currículos mínimos destes países. "O Paraguai, por exemplo, não possui nem um conselho que centralize ou represente estas categorias, e o Peru, por sua vez, só tem um curso superior, não há as variações de categorias como aqui", diz Almerinda.

É uma preocupação do Conselho Federal de Enfermagem tentar chegar a uma homogeneidade nos currículos nos países do Mercosul já que, quando a integração regional for concretizada, provocará um intercâmbio muito grande de profissionais de várias áreas, e a Enfermagem está incluída.

Outra preocupação dos conselhos

regionais de todo o Brasil diz respeito ao emprego de pessoal não-qualificado. Segundo Almerinda Moreira, a maior parte dos atendentes dos hospitais privados não está preparada para exercer suas funções. "Alguns não têm nem o primeiro grau completo. Mas agora a lei exige a regularização destas pessoas até 1996. Nós já temos mais de 114 mil atendentes cadastrados pelo país que se comprometeram a fazer cursos para se habilitarem como auxiliares de enfermagem, pelo menos. Se isso não ocorrer, eles ficarão proibidos de trabalhar", explica a vice-presidente. Ela conta que a rede privada costuma雇用这些人们因为它们不想支付一个合格的专业人士的薪水, 这是更贵的。"Isso é de uma irresponsabilidade enorme, pois são trabalhadores que não dominam o conhecimento do que fazem." Na rede pública isso não acontece por causa dos concursos.

Poucos profissionais – Aí está outro grande problema que a classe vem enfrentando. Durante o governo Collor, muitas pessoas foram colocadas em disponibilidade e os concursos públicos, suspensos. Atualmente, os que estão trabalhando encontram-se sobrecarregados e não há qualquer previsão de concurso. Essa situação difícil agrava a crise na saúde, principalmente no Nordeste, onde existem poucos profissionais para o número de doentes.

No Rio de Janeiro, existem 12 escolas de Enfermagem de nível superior, algumas oferecendo mestrado e doutorado. É um quadro típico dos estados do Sudeste-Sul do país.

Almerinda considera que a municipalização da saúde poderá ser uma boa saída para a atual crise: "Ao invés de grandes hospitais com todo o tipo de especialização, teremos em cada município pequenas unidades que atenderiam num nível ambulatorial, indo para o grande hospital somente os casos mais graves. O maior problema é o próprio profissional, que não quer trabalhar no interior." Mudar essa mentalidade é outra árdua tarefa para os Conselhos Regionais de Enfermagem.

O resgate das origens

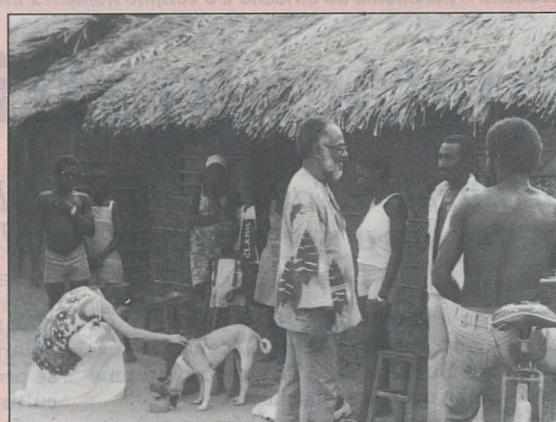
Programa desenvolve estudos e pesquisas sobre as culturas africana e afro-americana, numa tentativa de formar a identidade brasileira

Desde que começou a atuar, em março deste ano, o Programa de Estudos e Debates dos Povos Africanos e Afro-Americanos (Proafro) vem trabalhando para resgatar as influências destes povos na cultura brasileira. Instalado na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj), o Proafro é um dos poucos centros que fazem estudos sobre o negro unindo a comunidade ao centro acadêmico.

O diretor do Centro de Ciências Sociais (CCS) da Uerj, onde está instalado o programa, professor José Flávio Pessoa de Barros, conta que o Proafro mantém um intercâmbio de informações com mais de 40 centros, no Brasil e no exterior, inclusive com muitas universidades norte-americanas. Ele acha que não é mais possível ignorar a presença e a importância da raça negra na cultura das Américas, principalmente nos países latinos.

“O Brasil, por exemplo, é multiracial e pluricultural. Por isso, essa sensação de confusão quando falamos de identidade nacional. O Proafro trabalha para esclarecer isso, resgatando o espaço que a cultura negra ocupa em nossa sociedade”, explica José Flávio, para quem a grande riqueza da cultura brasileira é justamente essa diversidade.

O trabalho de conscientização sobre o papel do negro na sociedade já conquistou importantes vitórias, como os movimentos negros da Bahia que, embora menores que os do Rio de Janeiro, são mais organizados e atuantes.



Não é mais possível ignorar a presença e a importância da raça negra na cultura das Américas. Mesmo tendo vindo para cá como escravos, os africanos deram uma contribuição que permanece ainda hoje

A maior e mais importante conquista do Proafro, “é tudo o que ele representa”, mesmo com seu pouco tempo de vida, foi a concessão do título de *Doutor Honoris Causa* ao professor Abdias do Nascimento, fundador do Instituto de Pesquisa e Estudos Afro-Brasileiros (Ipeafro), Professor Emérito da Universidade de Nova Iorque (Estados Unidos), senador e secretário extraordinário de Defesa e Promoção das Populações Negras. É José Flávio quem afirma: “O professor Abdias está há mais de 50 anos na luta pela cidadania do negro brasileiro. Tal reconhecimento é uma grande vitória, por ser o primeiro professor negro do Brasil a receber esse título.”

Objetivos – O Proafro promove debates, seminários, cursos, publicações e outros eventos sobre a história e a cultura dos povos africanos e afro-americanos; estuda línguas e dialetos africanos, cuja importância foi determinante na formação da cultura afro-americana; promove intercâmbios com países africanos e de expressão cultural afro-americana, para ampliar cada vez mais seu banco de dados, onde é possível fazer consultas sobre diversos assuntos ligados ao tema. Possui ainda setores de pesquisa, de ensino e de divulgação de eventos.

Mas o trabalho extrapola as fronteiras da universidade. Há pouco tempo, alguns refugiados angolanos procuraram a direção do Proafro e se ofereceram para fazer um show na concha acústica da Uerj. “Estamos em entendimento com eles, e espero que possamos realizar o show”, diz Jósé Flávio. A idéia é também levar grupos brasileiros de música para outros países, a fim de mostrar que, apesar da influência negra nas várias culturas, cada uma tornou-se diferente da outra ao longo do tempo.

(P. Costa)



No palco, atores dramatizam e discutem o machismo do africano e o conflito homem x mulher. Ao fundo, Augusto Boal

Um espetáculo africano

Grupo de Burkina Faso encena a realidade de seu país com a participação da platéia

Agláia Tavares

De um lado, a vida real; de outro, o teatro como um espelho, refletindo uma realidade: o pai, machista; a mãe e filhos, submissos. Os atores nasceram no pequeno país africano Burkina Faso. Personagens em conflito. A mãe proíbe o filho de brincar. Mas o pai desconsidera a ordem e permite que ele faça o que quiser. Já a filha não tem os mesmos direitos. A partir daí, começam as brigas. Marido e mulher se desentendem, trazendo à tona velhos problemas. Ele está desempregado e tem contas a pagar. O cobrador bate à sua porta para lhe exigir o que deve.

Típica de um drama familiar, a cena foi apresentada no foyer do Centro Cultural Banco do Brasil durante o 7º Festival de Teatro do Oprimido, que ocor-

reu entre os dias 16 de julho e 1º de agosto, no Rio. O Grupo Atelier de Teatro Burkinabé (ATB), rediscutiu uma velha questão: o machismo.

Espectadores e também participantes deixaram no palco opiniões sobre o tema. Como resolver o problema do marido africano que sabe dar ordens em casa, mas não consegue quitar suas dívidas? Para dar um final à história, bastava subir no estrado improvisado e brincar de ser ator. O grupo instigava e o público, interessado, respondia.

Com uma proposta teatral fora dos padrões convencionais, assumindo o Teatro do Oprimido como filosofia, o grupo tenta fazer da arte um instrumento nas mãos da população burkinense, intimidando-a e não se acomodar.

Não é fácil fazer teatro num país que figura na lista dos mais pobres do continente, com 9.261.000 habitantes e

uma renda per capita calculada em 325 dólares. Isto faz com que o governo não se preocupe em destinar verbas para a cultura.

Iniciando sua apresentação com mímicas, o ATB estimulava o público a imitar seus gestos, como bater palmas trocando as mãos, por exemplo. Quem esteve presente não deixou o grupo sem resposta. O eco das palmas mostrava que todos estavam gostando da brincadeira. Depois do aquecimento, começava a encenação.

O Atelier de Teatro Burkinabé é formado por seis amadores. Prosper Kompaore, 42 anos, dirige o grupo desde a sua criação, em 1978, além de dar aulas numa universidade de Burkina Faso. Atualmente existem mais de 20 grupos no país que adotam essa linha.

Seja nas ruas, vilas, estádios ou teatros, os atores do ATB não têm prefe-

MONTE SUA BIBLIOTECA, INTEGRAMENTE GRÁTIS!

Apresente, todos os meses, pelo menos 3 pessoas para conhecêrem "cadernos".

Podem ser seus amigos(as), alunos(as), professores(as), colegas de curso ou trabalho. O importante é que sejam pessoas que vão gostar de "ler a nossa diferença".

COMO FUNCIONA E COMO VOCÊ GANHA.

As pessoas indicadas receberão 1 exemplar (de arquivo) da revista.

Para cada uma que se tornar assinante você ganha 1 livro de sua escolha, dentre os livros brinde do mês.

BRINDES DO MÊS



INDICAÇÕES:

1- Nome:
End:
Bairro:
Cidade: UF:
CEP: Tel:
Em relação ao remetente o indicado é:
() amigo(a) () colega de trabalho () professor
() aluno(a) () colega de curso

2- Nome:
End:
Bairro:
Cidade: UF:
CEP: Tel:
Em relação ao remetente o indicado é:
() amigo(a) () colega de trabalho () professor
() aluno(a) () colega de curso

3- Nome:
End:
Bairro:
Cidade: UF:
CEP: Tel:
Em relação ao remetente o indicado é:
() amigo(a) () colega de trabalho () professor
() aluno(a) () colega de curso

Enviar para Editora Terceiro Mundo Ltda.
Rua da Glória, 122 - 1º andar - Glória - CEP: 20241-180 - Rio de Janeiro, RJ
Depo de assinaturas - fax: (021) 252-8455

REMETENTE

Se dentro de até 2 meses algum indicado tornar-se assinante por intermédio de mala direta oriunda desta promoção, desejo como brinde, pela ordem:

Código do brinde

1º (.....) 2º (.....) 3º(.....)

Nome:
End:
Bairro:
Cidade: UF:
Cep: Tel:
Profissão:
Data: ____ / ____ / ____

Sou: leitor de banca
 assinante da revista
 indicado por leitor

Assinatura do remetente

IMPORTANTE:

1- No caso de duplicidade de indicados prevalece a primeira. Após o prazo, será considerada como indicação, a do 2º remetente

2- Com a finalidade de aumentar as probabilidades de assinatura, o remetente pode mandar mais nomes em relação anexa.

SINDES DO MÊS

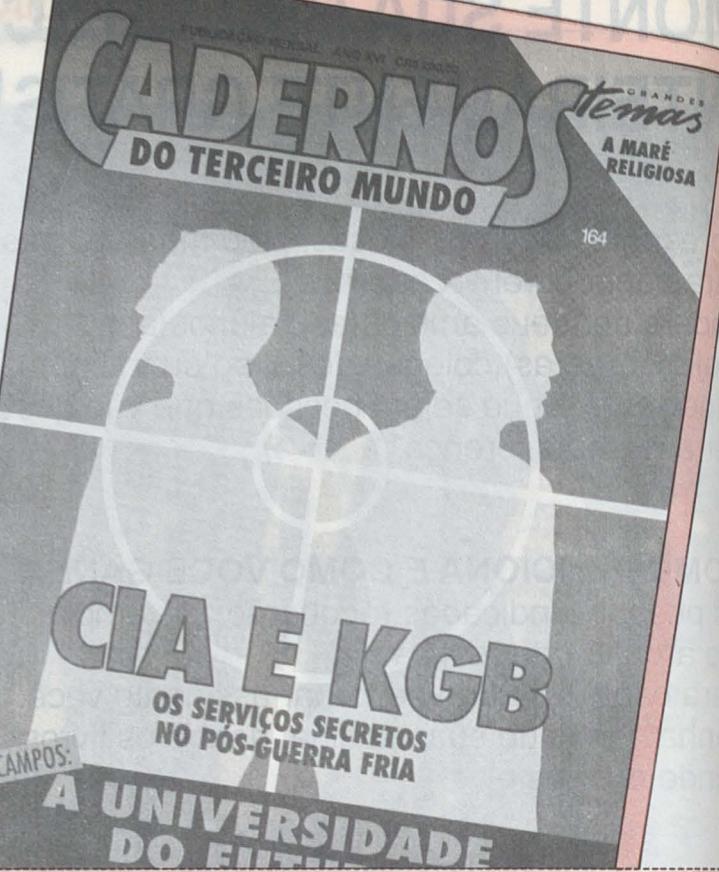
Fique do nosso lado

ASSINE

CADERNOS
DO TERCEIRO MUNDO

PROMOÇÃO
ESPECIAL

Desconto de 20%
para pagamento
à vista



PREÇOS E FORMAS DE PAGAMENTO

| TIPOS DE ASSINATURA | À VISTA: (Já 20% de desconto) cheque, cartão e vale postal | A PRAZO: pagamento por cheque nominal e cartão |
|---------------------|---|--|
| 1 ANO | A CR\$ 2.360,00 | B 1 cheque de CR\$ 2.950,00 para 30 dias |
| 2 ANOS | C CR\$ 4.720,00 | D 2 cheques de CR\$ 2.950,00 para 30/60 dias |

Para pagamento por reembolso postal os preços são de CR\$ 2.950,00 (1 ano) e CR\$ 5.900,00 (2 anos)

PEDIDO DE ASSINATURA DO AMIGO

CADERNOS

Nome: _____

Endereço: _____

Bairro: _____

Cidade: _____ Estado: _____

CEP: _____ Tel.: _____

Profissão: _____

Enviar para Editora Terceiro Mundo Ltda.
Rua da Glória, 122 - 1º andar - Glória - 20241-180 - Rio de Janeiro, RJ
Dept. de Assinaturas
PEÇA TAMBÉM PELOS TES (021) 252-7440/232-3372
OU PELO FAX (021) 252-8455

Após a validade cobraremos preços atualizados

MEU PEDIDO DE ASSINATURA

CADERNOS

Nome: _____

Endereço: _____

Bairro: _____

Cidade: _____ Estado: _____

CEP: _____ Tel.: _____

Profissão: _____

Minha opção de assinatura é: (A) (B) (c) (d)

Estou efetuando o pagamento por:

Cheque(s) nominal(ais) à Editora Terceiro Mundo Ltda.

Por telefone

Reembolso Postal

Vale Postal Ag. Lapa

De acordo com a opção feita, autorizo o débito no cartão de crédito: _____, que tem validade até _____ / _____ (nome do cartão)

Nome do titular do Cartão

Nº do Cartão

ACEITAMOS TODOS OS CARTÕES DE CRÉDITO

DATA: _____ / _____ Comprador

PREÇOS VÁLIDOS ATÉ 01/10/93

rências na hora de escolher o lugar para apresentar sua performance. Qualquer esquina serve de palco. Apesar de terem um espaço próprio, onde costumam se apresentar na capital Uagadugu, eles costumam encenar em qualquer lugar.

As peças, escritas pelos próprios atores, através de criações coletivas ou adaptadas de livros, abordam os mais variados temas, desde *apartheid* a educação sexual, passando por meio ambiente e alcoolismo. Segundo Prosper, o grupo está preocupado em motivar as pessoas para que tentem, por si próprias, ou cobrando das autoridades competentes, solucionar os problemas do país.

Passando por dificuldades financeiras, o Atelier não recebe ajuda do governo, a não ser o reconhecimento do trabalho artístico que fazem. Financiados por instituições filantrópicas, entidades rurais e ONGs que encomendam suas peças, o grupo está sempre à procura de mais recursos.

A filosofia de trabalho conscientiza o cidadão de que ele não deve ser passivo. "Somos um país pobre, com 40% de analfabetos, onde não tomamos decisões. Por isso, apenas influenciamos a consciência das pessoas", afirma Simon-Pierre Nikiema, 38 anos, um dos atores.

Os seis componentes do ATB têm seu emprego, mas afirmam que o teatro ocupa muito tempo em suas vidas. Como voluntários, ingressaram no grupo porque acreditam ser o Teatro do Oprimido uma forma real de participação coletiva, onde podem se dedicar à arte de representar.

Modeste Tadahi, 31 anos, trabalhava numa rede de televisão em Uagadugu, acreditando ser o melhor canal de comunicação com o público, até descobrir o ATB. Antes de entrar para o grupo ele assistiu às peças e aos filmes do Atelier, confiante que a sua atuação o aproximaria do público. "Percebi a importância dos aspectos sócio-culturais das peças como forma de emancipação do povo burkinense." Tadahi trabalha como agente de escritório no Ministério das Comunicações. Já Simon-Pierre Nikiema, funcionário do Ministério das Finanças, foi bailarino de outro grupo até ingressar no ATB, se identificando com a experiência do Teatro do Oprimido.

Um festival mundial

O 7º Festival de Teatro do Oprimido reuniu no Rio de Janeiro 22 grupos de 20 nacionalidades diferentes, entre elas, França, Itália, Inglaterra, Suécia, Suíça, Holanda, Estados Unidos, Canadá, Índia, Burkina Faso e Porto Rico, além dos brasileiros do Centro de Teatro do Oprimido (CTO), liderados pelo teatrólogo e vereador Augusto Boal (PT-RJ), também idealizador do evento.

Coube a cada grupo apresentar o trabalho desenvolvido no seu país com o Teatro do Oprimido, seja montando peças ou expondo para o público suas experiências. Um ciclo sobre teatro mundial contemporâneo; o fórum nacional e internacional, onde os grupos se apresentaram; e o "espaço aberto", destinado a qualquer tipo de representação artística popular, foram algumas das atividades que agitaram, simultaneamente, diversos lugares do Rio. Além disso, vídeo-conferências, oficinas livres e workshops também fizeram parte do festival.

Já o programa "Teatro na Praça" transformou espaços públicos como o Aterro do Flamengo, Parque do Arpoador, em Ipanema, e Vila Kennedy, na Zona Oeste, em "celeiros" teatrais, com o público participando, ao ar livre, dos espetáculos, sen-

do uma peça a cada domingo numa área de lazer diferente.

Diretor de várias peças, como *La Malasangre* e *Fedra*, Augusto Boal introduziu no Brasil, em 1980, a principal forma do Teatro do Oprimido, o Teatro-Fórum, já idealizado e realizado anteriormente por ele em Paris, onde funciona há 14 anos com o apoio dos ministérios da Cultura, Saúde e Educação franceses.

Partindo do trinômio pessoa-personalidade-personagem, em que o primeiro é o mais importante porque pode criar situações cênicas a partir de emoções, idéias e sensações, o Teatro do Oprimido se caracteriza pela participação ativa do público no jogo cênico. Enquanto que no teatro convencional o espectador se limita a assistir ao espetáculo passivamente, no Oprimido a ele é permitido sugerir, contrapor e experimentar as idéias partilhadas no palco.

Utilizando técnicas de teatro-imagem, jogos, exercícios e formas teatrais alternativas, o Teatro do Oprimido não admite a separação entre ator e espectador. A cada momento, o público é convidado a entrar em cena, mostrando sua potencialidade artística, seja como protagonista ou coadjuvante.

O publicitário Hyppolyte Ouangrawa, 30 anos, foi o primeiro a ingressar no Atelier e hoje o considera uma grande família, disposta a ajudar, através da arte, a população local. Com 15 anos de experiência em teatro, ele afirma, orgulhoso, que o ATB troca experiências enriquecedoras não só com grupos de seu país, mas com todos os outros que adotaram o Teatro do Oprimido como prática.

Odilia Yoni, 36 anos, funcionária do Ministério das Comunicações, também já trabalhou com outros grupos até conhecê-los e se interessar pelo ATB. "Des-

cobri que o grupo não só fazia as pessoas rirem, mas pensarem e aprenderem coisas novas, e sendo assim é muito gratificante fazer teatro."

Foi ela a responsável pela iniciação da atriz e também cabeleireira Alizeta Tiendrebeogo, a mais nova no grupo, com 22 anos, que diz: "Quando entrei para o Atelier eu não me sentia à vontade. Tive problemas de comunicação com o resto do grupo. Ficava sempre calada nos cantos e não falava com ninguém. Hoje já estou integrada e me orgulho do trabalho comunitário que realizamos."

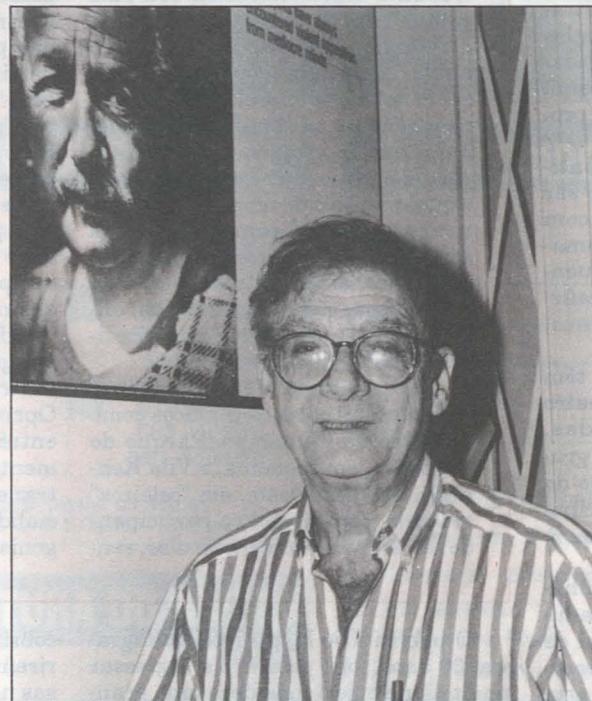
Aprendendo a aprender

Mistérios e potenciais do cérebro são explorados num método de ensino e num museu dedicado ao tema

Quando se fala em cérebro, geralmente pensa-se em doenças ou problemas que ele pode ter. Todavia, para o professor de Línguística da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj), Luiz Machado, o cérebro significa o próprio desenvolvimento e a evolução do ser humano. E para se promover tal evolução, só através do conhecimento.

Pensando assim, ele criou o Museu do Cérebro, na Uerj, onde é possível consultar livros, fitas de vídeo, material de pesquisa e até cérebros para conhecer todos os segredos que esse órgão oculta. "O homem o usa muito pouco. É preciso otimizar sua capacidade para aprender", afirma o professor. Estudioso do cérebro há 30 anos, Luiz Machado é chefe do Programa de Ensino de Idiomas da Uerj, um curso que existe há 17 anos e um dos mais conhecidos do estado. É ali que aplica o método chamado de Aprendizagem Acelerativa, que desenvolve a aprendizagem mais rápida de inglês e alemão. A Faculdade Estácio de Sá (RJ) também ministra cursos de inglês, francês, alemão, espanhol e italiano com este método há nove anos. Segundo o professor, não existe ninguém burro, mas sim métodos de ensino errados: "Toda criança nasce com capacidade para aprender tudo. Mas muitas não desenvolvem a inteligência da maneira correta." E explica que existem três fatores determinantes para o desenvolvimento da inteligência: o genético, o berço (o ambiente onde ela nasce) e a

educação (o modo pelo qual esse potencial é tratado). O berço e a educação são os mais importantes, sendo o fator genético determinante só em casos de doenças que danificam a capacidade de aprender da criança, mas, mesmo



Luiz Machado afirma que toda criança nasce gênio

assim, é possível fomentar os outros potenciais que o deficiente possui. "O carinho é muito importante para desenvolver a inteligência da criança porque cria autoconfiança", afirma Luís Machado, completando que a superproteção pode ser prejudicial, pois inibe a vontade infantil de descobrir o mundo sozinha.

O professor garante que o que diz é comprovado cientificamente: "O problema é que a ciência ficou muito distante do homem. A tecnologia que cria a bomba atômica não está preocupada com o homem. Ele é o fim para todas as coisas, e isso se perdeu. Nós estamos querendo resgatar isso."

O método de Aprendizagem Acelerativa visa principalmente a um ensino compatível com as aptidões cerebrais de cada um. Para isso, o aluno faz um teste de lateralidade cerebral, que indica qual o hemisfério do cérebro mais usado por ele. O hemisfério esquerdo é responsável pela racionalidade: é verbal, analítico, opera linear e sucessivamente no tempo, processa a informação de maneira lógica, serve de razão para conhecer a verdade.

Já o hemisfério direito responde pelo lado intuitivo: é não-verbal, tem uma visão sintética e global das coisas ao mesmo tempo, é mais imaginativo e artístico. Descoberto, por exemplo, que o hemisfério direito do aluno é o mais usado, começa-se a trabalhar para que ele desenvolva o potencial do esquerdo. Mas cada caso é um caso, segundo o professor: "Não existem regras fixas. É como um carinho, deve ser internalizado. Ensinar é sempre levar o aluno a descobrir as coisas." Mas, acima de tudo, tenta-se tornar a aprendizagem agradável e prazerosa.

Luiz Machado é um dos diretores da Sociedade International de Aprendizagem Acelerativa, entidade presente na Inglaterra, Austrália e Estados Unidos, que desenvolve esse método em estabelecimentos de ensino. O professor inaugurou ainda a Cidade do Cérebro, na Tijuca, um centro internacional de estudos, pesquisas e intercâmbio de informações sobre o cérebro: "Aqui, posso ensinar como quero, sem ficar subordinado a currículos e metodologias das universidades."

O professor afirma que seu trabalho tem um único objetivo: despertar as pessoas para o fato de que todas elas têm um grande potencial: "Todo mundo tem como aprender o que quiser. Basta querer." (P. Costa)

SUPLEMENTO

ESPAÇO DE REFLEXÃO SOBRE TEMAS ALTERNATIVOS

A. C. JÚNIOR

HOSPEDAGEM
CANARINHO
QUARTOS
PARA RAPAZES
RUA TAYLOR, 11

26



Africanos: a dura integração no Rio

Página 1

ENXAQUECA

A origem
do mal

Página 2

MULHER

No Brasil
e na China

Página 3

Juliana looty

África no Rio

Perseguidos nos seus países de origem, africanos sofrem com a adaptação no Brasil e a vida no exílio

Em todo o mundo, milhões de pessoas são forçadas a deixar seus países de origem em busca de uma vida livre de ameaças. Esta realidade era algo distante para a população brasileira. No entanto, ao menos para os moradores do Rio de Janeiro, a saga dos refugiados transformou-se em um dado do cotidiano.

A partir da segunda quinzena de dezembro de 1992, a guerra civil e os conflitos políticos de países como Libéria, Zaire e Angola trouxeram ao Rio centenas de pessoas. A grande maioria são homens, mas há algumas famílias e até mulheres sozinhas fugindo da perseguição e da violência.

Atualmente o Rio abriga cerca de mil refugiados, sendo 95% de angolanos que fugiram da luta gerada pela disputa do poder entre a União Nacional pela Independência Total de Angola (Unita) e o governo de José Eduardo dos Santos.

O confronto armado angolano começou há 17 anos e mata mais de mil pessoas por dia. Na época da chamada "guerra dos quatro dias" – uma alusão ao perío-

do de 31 de outubro e 4 de novembro passado, um dos mais violentos do conflito – foi registrado o pico do fluxo de refugiados para o Rio.

Parceria – A ONU, através de um de seus braços, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (Acnur)¹ – é responsável pela situação dos refugiados. O Acnur estabelece uma parceria com agências voluntárias. No Brasil, tem sede em Brasília e age no Rio através da Caritas – organização da Igreja católica. O Acnur só costuma atender diretamente nas situações de emergência, como na Bósnia, ou no caso dos curdos, na Turquia e no Iraque, onde cria campos de refugiados.

O pressuposto do Alto Comissariado é de que os governos ou a sociedade civil devem se mobilizar para encontrar soluções. "Este é o fundo um problema social, da comunidade", declara Cândido Feliciano da Ponte Neto, diretor da Caritas.

No coração da cidade – Apesar dos dramas particulares, a maior parte dos casos é semelhante. Alguns embarcaram como clandestinos em navios, como vários liberianos, mas a grande maioria (angolanos) veio através de pedido do visto de turista na embaixada brasileira em Luanda, a única que ainda concedia autorização de entrada após o recrudescimento da guerra.

Ao chegar no Brasil, entram com o pedido de asilo e têm seus casos avaliados pelo Acnur. O Comissariado envia seu parecer ao Itamaraty, que decide se a pessoa permanece ou não no Brasil como refugiado. Enquanto aguardam o parecer do Comissariado, os africanos recebem da Caritas um "pacote assistencial", que varia de acordo com a gravidade do caso. Alguns têm mais problemas do que outros, então o serviço social, o psicólogo e o médico da Caritas procuram encaixá-los de acordo com as necessidades de cada um.

Os homens são hospedados em hotéis baratos, os conhecidos "Hotéis para rapazes", cujas instalações são precárias, situados nos bairros centrais como Lapa, Catete e Glória. Todos recebem uma espécie de tíquete refeição, válido para alguns locais que fornecem comida caseira. A Caritas dá ainda assistência médica gratuita e permanente, enquanto exames e remédios são pagos pelo Acnur. A média de custo de cada um dos refugiados oscila em torno de U\$ 70 por mês, incluindo hospedagem, alimentação e ajuda de custo de 600 cruzeiros reais, valor não-reajustado desde janeiro.

Entretanto, nem todos os que pedem asilo no Brasil se encaixam no perfil do Acnur de refugiados políticos, ou seja, migraram para escapar da destruição

Fotos: A.C. Junior



Nos hotéis do Centro do Rio os refugiados esperam que sua situação seja definida

REFUGIADOS

ÁFRICA NO RIO

gerada pela guerra ou então por sofrerem perseguição política direta. "Existe entre os que chegaram aqui um número muito pequeno de pessoas que realmente não se caracteriza como refugiado", admite Feliciano. Mas acrescenta que deveria se encontrar uma solução para o problema particular destes migrantes: "A guerra é uma situação difícil. Se estes homens e mulheres voltarem a seus países provavelmente não serão recebidos de braços abertos", adverte.

Existem, em todos os meios, uma grande discussão sobre esta questão. Refugiados, ou seja, aqueles desalojados pela guerra ou perseguição, merecem assistência mais direta, enquanto migrantes, que saem por dificuldades econômicas, também precisam ser assistidos, mas, em princípio, não vivem uma situação tão emergencial. De qualquer forma, é muito tênue a fronteira entre uma e outra categoria.

O diretor da Caritas elogia a sensibilidade e tolerância do governo brasileiro ao conceder o visto de saída a tantos angolanos, mas critica a falta de apoio das organizações humanitárias brasileiras. Até julho deste ano nenhuma organização não-governamental se interessou em dar apoio aos africanos.

A reação da população – A presença dos novos habitantes, com roupas coloridas e dialetos, mudou o cenário do Centro do Rio, e vem gerando reações diversas.

Os refugiados se dizem hostilizados e vítimas de ofensas e piadas racistas. "Somos xingados de macacos nas ruas", afirma o economista angolano Sebastião Sapalo, 32 anos. "Será que os brasileiros não sabem que a origem do brasileiro também é africana?", pergunta.

O também angolano João Claude Manoel, 25 anos, afirma que o racismo deixa marcas mais profundas em refugiados do que em pessoas em uma situação regular: "Viemos pedir refúgio, sofrendo com a saudade de nossas famílias, e ainda recebemos este tratamento."

Alguns chegaram a ter sua integridade física ameaçada. Um morador do hotel Iguaçu disparou uma arma contra um angolano, também hospedado lá, que não sofreu ferimentos graves. "Por que ele atirou em alguém que não lhe fez nada?", pergunta, assustado, Sapalo.

Refugiados não-econômicos – Estes homens e mulheres não vieram à procura de melhores empregos. O refugiado por motivos econômicos é um fenômeno muito comum em nações industrializadas como os Estados Unidos e alguns países da Europa.

Os cariocas, na opinião dos refugiados, pensam que os africanos vieram para o Brasil ganhar dinheiro. Isso gera uma xenofobia por parte dos menos informados, que acreditam que o imposto pago pela população é usado com os estrangeiros.

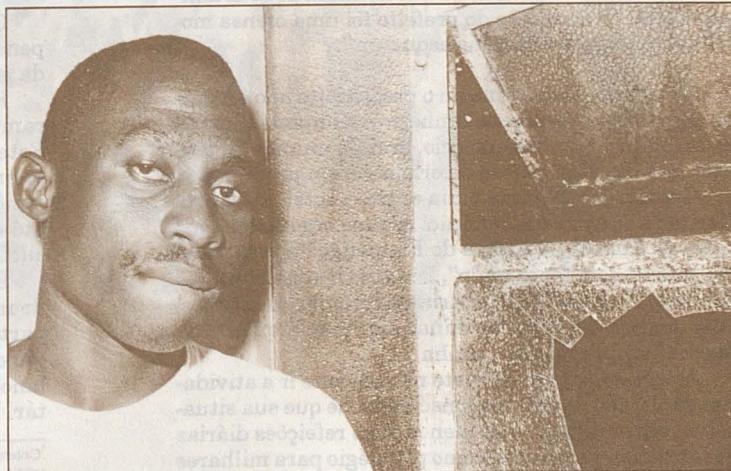
Na verdade, há entre eles membros da clas-

se média e média alta africana, que tinham bons empregos e uma situação confortável em seu país. São economistas, contadores, engenheiros e artistas que fugiram temendo por suas vidas e a de suas famílias. Apesar de sofrerem com a rejeição, eles tentam compreender a reação dos cariocas e encontram uma explicação na difícil situação financeira e social brasileira. Por outro lado, como vivem inseguros pelo trauma da guerra e eles próprios divididos entre gente de várias regiões e etnias e sobretudo entre "regressados" (os que estudaram fora de Angola e depois voltaram) e "chunguras", os que nunca haviam saído antes de seu país, os africanos sentem dificuldades em se adaptar no Rio.

Sebastião Sapalo, por exemplo, deixou emprego e casa em Angola após ter perdido parte de sua família na guerra. Ele afirma que, no começo, a acolhida brasileira foi calorosa, mas mudou após uma reportagem em um grande jornal carioca garantindo que recebiam cerca de US\$ 1.500 por mês. A informação errada provocou a antipatia de pessoas que até então o tratavam bem. "Se os brasileiros pobres acreditarem que recebemos todo este dinheiro por mês vão nos odiar", exclama.

Racismo duplo – O racismo é outra triste face do problema. Os africanos esperavam tratamento semelhante ao dado aos brasileiros que trabalham em Angola. "Nunca soube de nenhum brasileiro maltratado por um angolano, que é muito hospitalar", garante Sebastião.

Segundo a assistente social Heloísa Nunes, que trabalha com os refugiados, a maioria considerava o Brasil um paraíso multirracial. Terminaram, porém, enfrentando um preconceito duplo, por serem negros e africanos. "Gostamos dos brasileiros", diz o contador angolano Masembo Cristo, 33 anos. "Nossos países têm relações diplomáticas, pedimos que nos olhem com bons olhos. Somos um povo como qualquer outro", pede.



João Claude diz sofrer com o racismo

A arte no exílio

Alguns refugiados traduzem em arte a saudade que sentem. Este é o caso do angolano Augusto Antônio e do zairense José Zenga, ambos artistas plásticos que trouxeram algumas obras que produziram em seus países.

Augusto, 21 anos, é autor de quadros vigorosos, de cores exuberantes. "Retrato a vida da minha tribo", enfatiza ele, que exerce a profissão há seis anos. Há apenas seis meses no Brasil, Augusto já vendeu alguns quadros na feira da Avenida Atlântica, em Copacabana, a U\$ 70 em média, dinheiro que economiza e usa na confecção de outros

quadros. Ele está fazendo contatos com a Maison de France, consulado francês no Rio de Janeiro, para tentar realizar uma exposição. Entretanto, a vida de um artista africano não é diferente da dos milhares de artistas anônimos do Brasil. "Demoro muito a vender e apenas os turistas se interessam pela minha obra", diz Augusto.

O zairense José Zenga é escultor

e constrói sua arte baseada nas imagens de seu continente, como "o colhedor de nozes", uma estatueta de cerca de 30 centímetros, esculpida em ébano.

Está no Brasil desde fevereiro deste ano, fugindo do Zaire por pertencer a um partido de oposição ao governo do presidente Mobutu Sese Seko. Suas matérias-primas são basicamente o marfim e a madeira, mas ele não tem dinheiro para comprar material. "Ainda não consegui vender nada", lamenta, e completa: "Gosto do Brasil, mas queria ter material para trabalhar."

Outro fator que aguçou a discriminação foi a notícia de que alguns dos africanos estariam contaminados pelo vírus da Aids. Feita pelo prefeito César Maia através de um jornal carioca, a acusação de serem portadores do vírus HIV-2, uma das formas mais perigosas da doença, caiu como uma bomba sobre eles. "O prefeito deve ter sido mal-informado", diz Cândido Feliciano. A reação dos refugiados foi de revolta. Francisco garante que não é portador do vírus e não acredita que nenhum de seus amigos o seja: "A acusação do prefeito foi uma ofensa moral que não podemos mais esquecer."

A rotina - Conviver com o preconceito não é a única dificuldade. A falta de dinheiro e a impossibilidade de trabalhar resultam no ócio, grande inimigo de pessoas que em seus países de origem eram produtivas.

Grande parte passa o dia entre o hotel, a sede da Caritas e os locais de refeição. Alguns organizam partidas de futebol no Aterro do Flamengo. "Passamos o dia inteiro sem fazer nada", lamenta o angolano João Claude, 25 anos. "Eu gostaria de retomar os estudos, pois quando a guerra terminar em Angola quero voltar melhor preparado", sonha.

A pequena ajuda de custo não permite ir a atividades culturais. Apesar de conscientes de que sua situação - com habitação e ao menos duas refeições diárias garantidas - possa soar como privilégio para milhares de brasileiros, os refugiados também anseiam por se



Augusto trouxe um pouco de arte africana para o Rio

integrarem no mercado de trabalho.

Para Cândido Feliciano, o melhor seria trabalhar. "O homem quando não gera sua renda fica abalado moral e espiritualmente", teoriza. A legislação brasileira, porém, os impede de trabalhar até que tenham sua situação regularizada. Para os que conseguirem o *status* de refugiados, a Portaria Interministerial 394 garante a concessão da carteira de trabalho.

O futuro - Apesar das dificuldades, alguns não pensam em voltar a seus países de origem. O trauma da guerra ainda não foi superado.

Há, entre os refugiados, alguns que já se legalizaram, tendo inclusive recebido carteira de trabalho. Este é o caso de um liberiano, que trabalha atualmente em um estaleiro carioca. Por enquanto, a grande maioria aguarda ainda o *status* de refugiado, e alguns até sonham em trazer suas famílias para viver no Brasil. Outros pensam em migrar para o Primeiro Mundo.

Entretanto, a tônica entre estes homens é o desejo de retornar aos seus países e ter paz. Vivem, a maior parte do tempo, de alimentar esta esperança, que, segundo Masembó Cristo, parece ser um dom dos angolanos: "Somos um povo que nada faz além de acreditar. Nós queremos a paz."

¹ Criado em 1950 pela ONU, o Acnur protege os que fogem de perseguição política, religiosa ou racial e da guerra. É o Acnur que reconhece o *status* de refugiado de quem pede asilo em todo o mundo.

Enxaqueca uma doença pouco valorizada

Uma tortura na vida de 30 milhões de brasileiros e que nem por isso é levada a sério. A maioria convive com a enxaqueca do jeito que pode, sem procurar a ajuda do médico. Embora seja um problema hereditário e ainda sem cura, os fatores que a desencadeiam já estão bem definidos

Márcia Schmidt

Aenxaqueca é motivo frequente de falta ao trabalho e atinge a milhões de brasileiros. Mesmo assim, a idéia de que é normal ter dor de cabeça, qualquer que seja o tipo dela, e de que não é necessário ir ao médico por causa disso é muito aceita culturalmente.

Mas até que ponto é normal ter dor de cabeça? É possível ter uma dorzinha leve se você estudou ou leu muito, não se alimentou ou dormiu pouco.

Esta dor passa logo, com o repouso ou o sono, vai embora depois que você come e, é claro, não precisa de atendimento especializado.

Agora, se você tem uma dor forte na cabeça, sem causa aparente, que às vezes avisa antes de chegar na forma de uma visão turva, indisposição, falha de memória, e depois que vem causa náuseas, enjôo, fotofobia, e não cede com facilidade, então é necessária a intervenção médica.

Para a neurologista Suzanmeire

Minotti-Hannuch, da Escola Paulista de Medicina, ninguém precisa ter dor de cabeça e muito menos enxaqueca. Segundo Suzanmeire Hannuch, a pessoa que não valoriza a própria dor de cabeça, que não procura o médico para diagnosticar esta dor, cai em duas armadilhas. Primeiro, pode deixar sem diagnóstico e tratamento doenças mais graves, como meningite e sinusite. Neste caso, a dor de cabeça é apenas um sintoma destas doenças — são as céfaléias secundárias. Em segundo



Para muita gente, a dor de cabeça é aceita como um sintoma cultural, que ataca milhões de brasileiros

lugar, a pessoa pode passar a se automedicar, a ingerir grande quantidade de medicamentos, que por si só são capazes de causar a dor. Ela não entende por que a dor aumenta e toma mais remédio. Aí vem o efeito colateral das drogas. Agora, além da dor de cabeça, o indivíduo tem dor no estômago, distúrbios de memória, dificuldade de concentração e problema com o sono. A automedicação é um problema grave no Brasil.

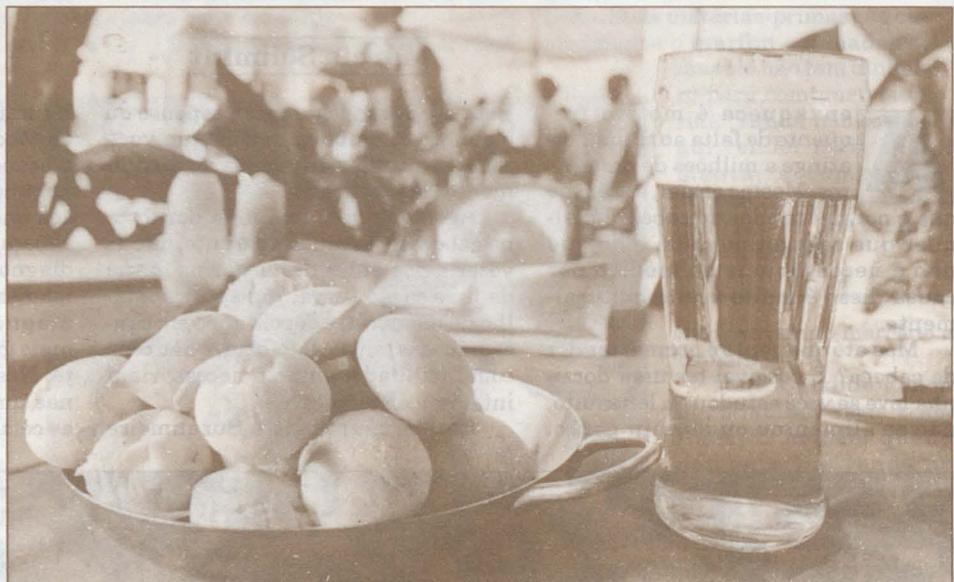
A terrível enxaqueca – Nem toda dor de cabeça é enxaqueca. Para o neurologista José Geraldo Speciali, do Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto (SP), dor de cabeça é qualquer tipo de dor que ocorre do pescoço para cima. Já a enxaqueca tem características bem definidas: é uma dor pulsátil, sem causa orgânica aparente, que ocorre em crises e é hereditária.

Existem vários fatores que podem desencadear a enxaqueca. A tensão emocional está em primeiro lugar para ambos os sexos, seguida pela menstruação nas mulheres e alimentação nos homens. A alimentação que inclui bebidas alcoólicas é o terceiro fator para as mulheres. Dentro os alimentos que dão margem à dor destacam-se o queijo, nozes, vinho tinto, chocolate, frutas ácidas e frituras com óleo saturado. A fome, cheiros fortes como perfume, tinta, gasolina, inseticida, assim como as variações de temperatura e umidade também podem provocar enxaqueca.

Suzanmeire Hannuch, que pesquisa a participação do sono nas crises de enxaqueca, aconselha às pessoas portadoras da doença a respeitarem a própria necessidade de dormir, mantendo um ritmo de vida compatível com ela. Isto porque a neurologista concluiu que, entre as pessoas cuja enxaqueca tem relação com o sono, 24% delas manifestam a doença por dormirem menos do que necessitam, e 6% por dormirem além de suas necessidades. Ela verificou

também, num estudo com 111 pacientes, que depois de duas horas de sono, sem medicação, 80% deles melhoravam, enquanto alguns pioravam. "Nunca, a privação do sono causa crise, que pode ser aliviada com o sono; e, em outros, a privação também desencadeia a crise, que, no entanto, piora com o sono." Associando o sono à medicação, a neurologista obteve bons resultados: "O sono contribui para a redução da medicação e a abreviação das crises", conclui.

A enxaqueca é comum em certas famílias, embora a maneira como a doença se expresse seja muito variada. Isto porque muitos genes devem estar envolvidos para determinar quem terá a doença, como será esta enxaqueca e com que frequência ocorrerá. "Hoje se sabe que o indivíduo com enxaqueca tem um limiar de dor abaixo do normal, o que faz com que ele responda com dor a uma grande variedade de estímulos internos e externos. E esta reação é herdada", explica Hannuch.



A alimentação que inclui bebidas alcoólicas está entre os fatores que provocam a enxaqueca

A incidência de enxaqueca é três vezes maior nas mulheres do que nos homens, mas, antes da puberdade, meninos e meninas são igualmente atingidos, o que indica a influência dos hormônios sexuais no desencadeamento da doença.

"É muito provável que aquela menina que tem mãos frias e pressão baixa tenha enxaqueca assim que começar a menstruar, e que tenha uma menopausa complicada. Na menopausa, a enxaqueca passa, mas ela terá calor, tontura, zumbido na cabeça, e isso nem sempre estabiliza", explica a neurologista Cláudia Baéta Panfílio, da Santa Casa da Misericórdia de São Paulo, mostrando a evolução da doença em determinadas mulheres.

Ela diz que, para quem nasce com este padrão genético, o excesso de excitação pode desencadear as crises, mesmo quando o fator desencadeante é altamente positivo. Também tristeza, ansiedade, angústia e depressão podem levar à dor, assim como deixar de comer ou dormir demais.

Para tentar esclarecer o papel da hereditariedade na enxaqueca, o médico José Geraldo Speciali acompanhou, no Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto, 80 crianças com enxaqueca, bem como os pais dessas crianças. Ele verificou que a doença é herdada principalmente do genitor masculino: a percentagem de pais que tinham enxaqueca foi maior do que a de mães. O passo seguinte será aumentar a



A automedicação acaba trazendo outros problemas além da dor de cabeça

Enxaqueca

amostra de crianças e pais, visando confirmar o resultado.

Em outra pesquisa, o médico constatou que 95% das pessoas que chegaram ao hospital, em 1990, com dor de cabeça intensa tinham enxaqueca, e apenas 5% cefaléia secundária, decorrente principalmente de febre.

Hoje há um progresso muito grande no estudo da enxaqueca. Já se sabe, por exemplo, que ela é desencadeada por problemas cerebrais, que está li-

gada à produção de neurotransmissores, substâncias que transmitem o impulso nervoso de um neurônio a outro. A enxaqueca está relacionada com a falta ou excesso de dois deles: a serotonina e a noradrenalina.

Na primeira etapa da doença há uma descarga exagerada de noradrenalina, que leva à constrição de vasos da cabeça. Então, o paciente tem sintomas neurológicos como alterações visuais, sensação de formigamento, falha de memória e falta de força, embora não sinta dor. Em seguida, os vasos da cabeça se dilatam, sobretudo os vasos externos, e aí vem a dor.

Mas a causa específica, ou seja, o que leva o cérebro a alterar a produção de neurotransmissores e ordenar a descarga anómala destes sobre os neurônios ainda é desconhecida. Já se sabe que os alimentos desencadeadores de enxaqueca possuem substâncias que provocam a descarga de neurotransmissores.

Por observação clínica, Speciali notou que alguns indivíduos com enxaqueca têm tendência à depressão. O distúrbio bioquímico da depressão é parecido com o da enxaqueca: ambos envolvem transmissores.

A medicação ideal deve atuar antes dos vasos se contraírem e dilatarem. Como ela ainda não existe, os médicos estão obtendo resultados satisfatórios em 80% dos pacientes com o uso de flunarizina, uma droga que não deixa o vaso contrair ou dilatar demais, impedindo a dor. A medicação não é um analgésico para a dor: ela trata a doença. Devido a alguns efeitos colaterais, é usada no máximo por seis meses, e livra os pacientes das crises por um ou dois anos.

Os antidepressivos também são utilizados no tratamento da enxaqueca com bons resultados, principalmente em pacientes com marcada tendência à depressão.

A enxaqueca é uma doença que exige tratamento personalizado, pois cada indivíduo responde de uma forma diferente à medicação. "Não tratamos a doença enxaqueca, e sim a pessoa que tem enxaqueca", explica José Geraldo Speciali.

Causas e sintomas

Aenxaqueca é a mais freqüente das cefaléias primárias ou cefaléias sem causa orgânica definida, e se caracteriza por dores que acometem adolescentes, adultos jovens e até crianças. Em geral, se inicia antes dos 30-35 anos. São dores que ocorrem em crises de freqüência variável, desde uma a duas vezes por ano até uma a duas vezes por semana.

A dor da enxaqueca tem caráter pulsátil, pois decorre da dilatação dos vasos da cabeça, e pode ser unilateral ou bilateral, começar de um lado e passar para o outro ou variar de lado em cada crise. A dor pode, também, localizar-se nas têmporas, no fundo do olho ou ao redor dele.

A duração das crises também varia – de quatro a 12 horas, em geral, até três dias –, e a dor vem sempre acompanhada de pelo menos dois dos quatro sintomas: náuseas, vômitos, intolerância à luz e ao barulho.

A enxaqueca pode se manifestar com ou sem aura, isto é, com ou sem

distúrbio visual, que aparece antes do início da dor. A aura decorre da constrição de vasos da retina. "A pessoa enxerga uma mancha preta que vai aumentando, pode brilhar ou piscar, até que cobre total ou parcialmente o campo visual", esclarece a neurologista Cláudia Baéta Panfilio.

Algumas pessoas pressentem a chegada da enxaqueca. Elas se sentem mal 12 a 24 horas antes do início da dor. Pode ocorrer também o período de indisposição sem o aparecimento da dor. A doença é hereditária, desencadeada por fatores internos e externos. A causa primária, ou seja, a alteração cerebral que a provoca, por enquanto é desconhecida, e ainda não existe uma medicação que a cure – apenas remédios que abreviam as crises ou as tornam mais esparsas.

Dois médicos (Alexandre Feldman e Luciano Stancka) e uma psicóloga, Denise Carpegiani, montaram em São Paulo o SOS Enxaqueca, uma espécie de pronto-socorro telefônico para orientação dos pacientes crônicos de cefaléia durante suas crises. O serviço é gratuito, e conta com o apoio de voluntários treinados para atender a todos os tipos de dúvidas.

Além de prestar informações e dar dicas práticas para os casos mais urgentes, o SOS Enxaqueca – que atende pelo telefone (011) 851-2566 – vai oferecer em breve uma lista de médicos especializados no diagnóstico e tratamento da doença.



A cidadania feminina

Encontro considera que ainda é longo o caminho para acabar com a discriminação

Rosângela Trolles

Esse reconhecendo que muito tem se avançado neste século na luta pelos direitos da mulher, é ainda longo o caminho a percorrer até a construção de uma sociedade sem discriminações de gênero. Esta foi, sumariamente, a mais importante constatação de militantes de movimentos feministas, especialistas na questão da mulher, jornalistas, mulheres com militância sindical e política e autoridades civis que discutiram, ao longo de vários meses, em sucessivas mesas-redondas, temas como a questão de gênero no trabalho, na educação, na cultura, na saúde e no poder; a violência contra a mulher; e o desafio de construir uma verdadeira democracia. Os debates faziam parte do Fórum Mulher e Cidadania, organizado pelo Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (Cedim) do Rio de Janeiro.

O Fórum dividiu-se em seis mesas-redondas, com os temas: "Mulher, violência e direitos humanos"; "Trabalho feminino: valorização e discriminação"; "Mulher, educação e cultura"; "Saúde da mulher"; "Mulher e poder: uma nova ética"; e "Conselho dos direitos da mulher e cidadania".

Na abertura do evento, Lígia Doutel de Andrade, presidente do Cedim-RJ, mostrava que a igualdade de direitos e oportunidades para todos, "inclusive a igualdade entre homens e mulheres, deve ser o fundamento de uma sociedade justa, humana, fraterna, genuinamente democrática". O raciocínio foi reforçado pelo chefe do Gabinete Civil da Governadoria do Estado do Rio de Janeiro, Carlos Siqueira Castro (que representou o governador Leonel Brizola), para quem "o discurso feminista é um questionamento à democracia, que obriga a expurgar os regimes de intolerâncias e desigualdade". Segundo Siqueira Castro, a ordem jurídica, preconceituosa e contrária à mulher, reflete um poder individualista e possessivo.

Sair do diagnóstico – Com a participação de uma média de seis conferencistas em cada dia de debate, o Fórum traçou um panorama da condição atual da mulher brasileira. Ficou claro que existe um avanço



O desafio é sair do diagnóstico para novas possibilidades de atuação e expressão

no reconhecimento por parte da sociedade dos mecanismos que limitam a mulher. O desafio é sair do diagnóstico e inventar novas possibilidades de atuação e expressão, para conquistar a cidadania plena.

O ingresso no mercado de trabalho foi fundamental para a criação de uma nova mentalidade. Porém, foi uma faca de dois gumes, pois a mulher ganhou novas responsabilidades sem que a sociedade se preparasse para dividir com ela suas funções mais tradicionais no lar. Segundo uma pesquisa realizada pela ONU, a mulher representa apenas um terço da força de trabalho mundial, mas responde por dois terços do trabalho e arrecada somente 10% da riqueza gerada.

Lena Lavinas, editora da *Revista de Estudos Femininos*, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), ressaltou que o trabalho fora do lar trouxe à mulher a possibilidade de independência econômica, mas criou a dupla ou, muitas vezes, tripla jornada de trabalho.

Associada a essa sobrecarga, lembrou a antropóloga Maria Luiza Heilborn, ela é discriminada nos salários, já que, na mesma função, o homem ganha mais. Maria José S. Bonfim, diretora da Central Única dos Trabalhadores (CUT/RJ), completou a descrição da discriminação contra a mulher que trabalha fora, assinalando que ela ainda tem que se submeter ao abuso de poder, ao assédio sexual, à exigência de "boa aparência", demissão por gravidez, exigência de atestado de esterilização e troca de títulos (nomes di-



Lígia Doutel
de Andrade

"A igualdade entre homens e mulheres deve ser o fundamento de uma sociedade justa"

ferentes para iguais responsabilidades), para a não-equiparação salarial com os homens.

A situação legal – Foi focalizado também o Código Penal brasileiro, que, de acordo com a promotora Luiza Nagib Eluf "não protege a integridade da mulher". Elaborado em 1940 e promulgado em 1942, está em fase de revisão. Mas a promotora – que participa da Comissão de Reforma do Código –, afirma que a participação das mulheres nesse debate é quase nula. A própria comissão é formada por 11 homens e somente uma mulher. "Na verdade, ela é vista como uma idiota. Sua honra é uma extensão da honra masculina. Os crimes contra a mulher são vistos como uma investida contra a honra do homem, nunca contra o ser humano mulher", disse.

Leila Linhares, diretora da ONG Cidadania, Estudos, Pesquisas, Informação e Ação (Cepia), acrescentou que a violência contra a mulher tem sido considerada como *menor* e incorporada como *natural*.

A juíza federal Salete Macaloz mostrou que na legislação trabalhista a mulher sofre clara discriminação. A legislação se mostra como um obstáculo ao pleno exercício do trabalho feminino. As conferencistas consideram que, na Constituição Federal, muitas vitórias foram obtidas no que diz respeito à mulher. Mas, em geral, concordam que, com a revisão da Carta, corre-se o risco de perder muitas delas.

Rosiska Darcy de Oliveira, diretora do Instituto de Ação Cultural (Idac) lembrou que as mulheres iniciaram sua luta em favor da igualdade com os homens, compreendendo, só mais tarde, que deveriam procurar uma identidade própria. Emergia assim a questão de gênero como determinante para a estrutura social. "Hoje, quando as mulheres têm diante de si a possibilidade de uma participação política e cultural, abre-se a questão de fundo de saber 'quem somos e como vamos agir'", afirmou Rosiska.

Helelith Safiotti, pesquisadora do CNPq e professora da Universidade de São Paulo, lembrou que o gênero é uma elaboração cultural que aponta para a construção dos papéis sociais dos sexos feminino e masculino: "Independentemente do sexo anatômico, os bebês recebem tratamento diferenciado desde os primeiros anos." A maternagem, na sua visão, estabelece que os bebês do sexo masculino devem ser bem alimentados, preparando um futuro homem forte, insaciável e ativo. Já os do sexo feminino devem receber poucos alimentos, educando a futura mulher a ser magra – logo, fraca, frágil e passiva.

A educação diferenciada nas escolas pode ser a op-

ção para reverter este processo. Moema Toscano, socióloga e conselheira do Cedim/RJ, afirmou que as práticas escolares devem ser estudadas, observando a diferença de motivações para meninos e meninas. Em campos que pressupõem iniciativa própria e curiosidade, como ciência ou esportes, as crianças devem ser incentivadas levando-se em conta as aptidões, e não uma determinação sexual.

Na mesa que se discutiu a saúde da mulher, Josenilda Brandt, representante do Ministério da Saúde, lembrou que no ano de 1990 foram realizados cerca de um milhão de abortos no Brasil. Por outro lado, a deputada estadual Lúcia Souto, que presidiu a Primeira Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a saúde da mulher, afirmou que no Brasil está sendo feita uma castração em massa das mulheres, já que a esterilização é o anticoncepcional mais usado.

Mídia e mensagem – A mídia como instrumento que reforça o estereótipo da mulher – sem refletir as mudanças ocorridas na sociedade – foi motivo de reflexão de vários debatedores. Através da comunicação convivemos com uma mulher "totalmente idealizada", na opinião de Muniz Sodré, professor da UFRJ. Para ele, essa *mulher-simulacro* não possui variações de humor nem defeitos físicos, é sedutora, atraente, disponível à vontade masculina, uma máquina de prazer. "Esta construção viola a realidade das diferentes mulheres e atua como estuprador das consciências femininas", concluiu o professor.

Essa versão idealizada da TV estende-se também a outras figuras do universo feminino. E assim "somos levados a admirar os 'bebês Johnson', incentivando o preconceito e a culpa nas mães de excepcionais", denunciou Cândida Carvalheira, presidente da Associação Brasileira de Ostomizados.

A última mesa-redonda reuniu várias presidentes de conselhos estaduais dos direitos da mulher. Maria Tereza Augusti, presidente do Conselho Estadual da Condicão Feminina de São Paulo, disse que as mulheres não querem mais delegar a quem detém o poder a definição das políticas que dizem respeito a elas.

Branca Moreira Alves, representante do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem), ressaltou que duas importantes oportunidades para o movimento de mulheres se avizinharam: em setembro de 1995, a IV Conferência da ONU para a Mulher, a realizar-se em Pequim; e em setembro de 1994, em Buenos Aires, a conferência preparatória da América Latina e Caribe, que definirá as propostas para a Conferência na China (*ver matéria a seguir*). ■

CONFERÊNCIA DE BEIJING

Igualdade, uma meta distante

Vinte anos depois da I Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher, realizada no México em 1975, a ONU volta a convocar uma reunião de alto nível para definir as estratégias do ano 2000

Micaela Ramada

Gertrude Mongella há anos trocou sua profissão de educadora pela atividade política e diplomática. Mas a maior mudança de sua vida se deu há poucos meses, quando o secretário geral das Nações Unidas, Boutros-Boutrous Ghali, a escolheu para ocupar a Secretaria Geral da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, que se realizará em Beijing (Pequim), de 4 a 15 de setembro de 1995.

Ao ver coroada sua carreira com essa alta responsabilidade, Gertrude – nascida em Dar-es-Salam, Tanzâ-

nia, em 13 de setembro de 1945 –, dificilmente poderia comemorar melhor seus 50 anos: nesse dia estará rodeada de milhares de mulheres, orientando os debates de uma conferência que, de certa forma, culminará um século de lutas em favor da igualdade entre os dois sexos.

Experiência não lhe falta. Já foi ministra dos Assuntos da Mulher, da Agricultura, Recursos Naturais e Turismo, ministra sem Pasta adjunta à Presidência, membro do Comitê Executivo Nacional do partido de governo da Tanzânia (o Chama-cha-mapinduzi), representante de seu país na Índia e chefe da delegação tanzaniana em

numerosas conferências internacionais. Foi, também, presidente do Grupo Africano e vice-presidente da Conferência Mundial realizada em Nairóbi em 1985, para avaliar as conquistas da Década das Nações Unidas para a Mulher.

Exemplo do papel que a mulher aspira a desempenhar na sociedade contemporânea, Gertrude tem consciência de que muito poucas têm oportunidade de chegar onde ela está, e demonstra possuir vontade de lutar para aumentar as brechas que já existem e abrir novos caminhos para suas companheiras de sexo.

"As estratégias de longo prazo que

Segundo a ONU, as mulheres são responsáveis por quase metade da produção mundial de alimentos, mas não controlam a propriedade da terra



MULHER

CONFERÊNCIA DE BEIJING



Um dos grandes desafios da mulher é se capacitar melhor no campo profissional

foram traçadas em Nairóbi (em 1985) continuam sendo a expressão mais detalhada da posição internacional sobre o avanço da mulher. Estavam pensadas para ser implementadas antes do ano 2000; mas obviamente ainda falta muito por fazer", reconheceu em uma recente reunião com organizações não-governamentais (ONGs), preparatória da Conferência de 1995.

Uma plataforma - Em Beijing, a ONU pretende definir uma plataforma de trabalho para implementar as resoluções de Nairóbi. Mas existe a convicção de que só com o esforço de todas as mulheres, nas diferentes sociedades do planeta, se poderá avançar nesse campo.

A proximidade do século XXI exige da mulher um esforço em terrenos como a formação científica e técnica, a participação política e o desenvolvimento econômico. "Com a pressão crescente em todo o mundo para a democratização dos sistemas político e econômico, é crucial que a Conferência de Beijing encare a questão do fortalecimento do poder político feminino. Devemos discutir como conseguir que a mulher seja uma peça chave na tomada de decisões sobre todas as questões que afetam a sociedade", afirmou Gertrude Mongella.

Em Beijing serão examinados os obstáculos e definidos os passos práticos para que nos últimos cinco anos do século a comunidade internacional impulsionne as mudanças que garantam sua plena inserção na sociedade.

O processo preparatório da Conferência de Beijing foi deflagrado este ano. A Comissão da Condição Jurídica e Social da Mulher, com sede em Viena, foi escolhida como o órgão encarregado de preparar a Conferência. De acordo com a tradicional forma de trabalho do organismo mundial, em 1994 se realizarão reuniões preparatórias regionais (na Tunísia, Áustria, Finlândia, Argentina, Senegal, Indonésia), que, a partir dos relatórios nacionais de cada país, elaborarão recomendações para incluir no plano de ação a ser redigido em Beijing.

A reunião regional da América Latina se realizará no mês de setembro de 1994 em Buenos Aires, Argentina. Além da análise dos informes nacionais dos países da área, a agenda inclui temas como a participação política e a violência contra a mulher.

A conferência paralela - Como em todas as conferências das Nações Unidas, também em 1995 se realizará um encontro paralelo de ONGs, com uma agenda similar à da reunião oficial. Mas as ONGs também participarão na Conferência governamental. Não só aquelas que já são reconhecidas como entidades consultivas pelo Conselho Econômico e Social (Ecosoc) das Nações Unidas, mas todas as que reúnem as condições para a creditação específica.¹

O planejamento do foro paralelo está a cargo de um Comitê de ONGs estabelecido pelas entidades que têm

caráter consultivo perante a ONU, cuja coordenadora é Marlene Parenzan, que representa a World Association of Girl Guides and Girl Scouts (WAGGGS).²

O Comitê Preparatório do foro paralelo – integrado atualmente por 60 organizações – vai realizar três consultas prévias à Conferência, entre este ano e 1995. Reuniões regionais serão organizadas simultaneamente às das Nações Unidas. Em 1994, a reunião do Comitê Preparatório está prevista para março, em Nova Iorque. Será uma consulta de dois dias, imediatamente antes da reunião da Comissão da ONU para a Condição da Mulher.

Contra a violência - Junto ao incentivo à participação política feminina e à sua incorporação aos níveis de direção, o tema da violência na família, na sociedade e nas relações internacionais marcará a conferência de Beijing. Gertrude Mongella afirmou que a busca de novos caminhos para atuar contra a violência deve ser uma prioridade do encontro.

"A mulher deve estar na linha de frente da luta contra a violência em suas diferentes manifestações. Por que as mulheres dos países desenvolvidos e do Terceiro Mundo não unem esforços para deter a produção e as vendas de armas que alimentam os conflitos em tantas partes do mundo? Por que temos tolerado por tanto tempo os sofrimentos causados pela violência, uma violência resultante de decisões adotadas sem nossa participação?", questiona a educadora.

As perguntas de Gertrude indicam quais serão os rumos dos debates da Conferência em 1995.

¹Os critérios para definir a escolha das ONGs sem caráter consultivo perante a ONU deverão ser definidos pela Secretaria Geral da Conferência. Para maiores informações, dirigir-se a:

Secretaria da Conferência:
Divisão para a Promoção da Mulher
P.O. Box 500 A-1400 – Viena – Áustria – Tel.: 431-211-131 / ramal: 4270 – Fax: 431-237-495

Meios de comunicação:
Departamento de Informação Pública – Nações Unidas – Escritório S-1040 – Tel.: (212) 963-1262 – Fax: (212) 963-4556 – Nova Iorque

²Marlene Parezan (Coordenadora do Foro):
Kirchengasse, 26/14 A-1070 – Viena – Áustria – Tel. e fax: 526-1899

NICARÁGUA

Seqüelas da guerra

A crise dos reféns desencadeada na Nicarágua revela feridas não-cicatrizadas da guerra civil de oito anos (1982-90), que marcam profundamente a sociedade, ao causar profundas perdas humanas e materiais.

Em 19 de agosto passado, uma facção armada de direita conhecida como os *recontras* – integrada por antigos membros desmobilizados da organização que combateu o governo sandinista com o apoio dos Estados Unidos – tomou como reféns 41 pessoas, entre os quais o vice-presidente, Virgilio Godoy, altos funcionários do governo, soldados e dois deputados sandinistas, no Norte do país.

José Angel Talavera, chefe do comando, exigiu do governo Violeta Chamorro a renúncia do general Humberto Ortega como chefe do Exército e de Antonio Lacayo, ministro da Presidência, responsável pela administração da máquina estatal.

Como resposta, um comando de ex-sandinistas (conhecidos como *recompas*), que também voltaram a pegar em armas contra o governo, ocupou em Manágua a sede da conservadora União Nacional Opositora (UNO), tomando como reféns 50 membros do conselho político da organização. O comando de Manágua exigiu como condição para libertar a direção da UNO



O vice-presidente Virgilio Godoy (centro) ao ser libertado

que os *recontras* soltassem primeiro seus reféns.

Os cerca de 1.500 *recompas* e *recontras* – inimigos ferozes no passado – compartilham atualmente a mesma frustração: o fato do governo Chamorro não ter cumprido sua promessa de lhes dar terras e empregos para que pudessem recomeçar suas vidas depois da pacificação. Voltar a pegar em armas foi a forma de mostrar sua indignação diante do abandono a que se sentem relegados pelas autoridades governamentais.

O governo de Violeta

Chamorro se desgastou muito com essa crise – apesar de todos os reféns terem sido libertados sãos e salvos, após vários dias de negociações – pois se mostrou incapaz de encaminhar uma solução a curto prazo.

A crise levou os presidentes Rafael Callejas, de Honduras, Alfredo Cristiani, de El Salvador, e Rafael Calderón, da Costa Rica, a promover uma reunião de cúpula de emergência em San Salvador, para buscar saídas ao recrudescimento da violência na Nicarágua.

PARAGUAI

Desenvolvimento numa democracia

Juan Carlos Wasmosy, o primeiro presidente eleito democraticamente nos últimos 40 anos no Paraguai, afirmou que centrará sua gestão no impulso ao desenvolvimento econômico, uma vez que a vigência dos direitos civis foi consolidada durante a gestão do seu antecessor, o general Andrés Rodríguez.

No discurso de posse, o empresário Juan Carlos Wasmosy se comprometeu a tirar o país do atraso econômico em que se encontra “modificando as condições de baixa produtividade de sua economia, superando as múltiplas limitações que hoje a caracterizam”.

Nas cerimônias de transmissão do cargo, em Assunção, estiveram presentes os presidentes da Argentina, Carlos Menem; do Brasil, Itamar Franco; e do Uruguai, Luis Alberto Lacalle. Os três países, vizinhos do Paraguai, são signatários junto com este do Tratado de Assunção, que estabelece a instalação entre eles do Mercado Comum do Sul, Mercosul, a partir de 1º de janeiro de 1995.

Mas chamou a atenção dos observadores presentes à cerimônia que o presidente Wasmosy não tenha feito referência ao Tratado de Assunção no seu discurso de posse. Embora o novo chefe de Estado tenha dito que “a integração é o único fator capaz de superar os agudos problemas econômicos que afetam os países latino-americanos”, o Mercosul não foi mencionado especificamente.

Pouco antes da cerimônia, Wasmosy suscitou uma polêmica – devido a um incidente com a Argentina por problemas de exportação – em relação ao Tratado de Assunção, quando disse que no Mercosul “cada um faz o que quer e isso não é integração”.

O novo presidente paraguaio anunciou que adotará um tipo de câmbio favorável às exportações e uma política de créditos para estimular a indústria nacional. Essas duas áreas são muito importantes para a economia paraguaia e em ambas existem receios pelo impacto que a integração possa ter sobre elas.



Juan Carlos Wasmosy

Após a suspensão do embargo de petróleo ao Haiti – em consequência da confirmação do empresário Robert Malval para o cargo de primeiro-ministro pela Câmara de Deputados daquele país –, a ONU vai enviar uma missão com o objetivo de preparar a polícia haitiana para o novo contexto de democracia.

Tanto a reestruturação da polícia quanto a confirmação de Malval – indicado pelo presidente no exílio Jean-Bertrand Aristide – são pontos do

PORTO RICO

Organizações porto-riquenhas questionaram perante o Comitê de Descolonização das Nações Unidas a validade do plebiscito convocado para 14 de novembro, que pretende definir a relação dessa ilha com os Estados Unidos. Na consulta, os porto-riquenhos definirão se querem se transformar no Estado número 51 da União norte-americana, se preferem manter o atual status de “estado livre associado” ou se desejam obter a independência total de Washington.

Juan Mari Bras, presidente da organização Causa Comum Independentista, questionou o critério que impede os quase dois milhões de porto-riquenhos residentes nos Estados Unidos de votar na consulta.

Por sua vez, o presidente do Colégio de Advogados de Porto Rico, Carlos Noriega, criticou a consulta, alegando que carece de valor legal, “tanto em termos de direito constitucional dos Estados Unidos, quanto do direito internacional”. Lembrou ainda que os Estados Unidos rejeitaram de forma constante as resoluções do Comitê de Descolonização das Nações Unidas sobre Porto Rico, que pediam o fim da “situação colonial”.

HAITI

Novo primeiro-ministro



Votação no Senado haitiano confirma a nomeação de Malval

acordo assinado em julho passado, em Nova Iorque, entre o governo deposto e a junta militar que tomou o poder em setembro de 1991.

Membro da elite mulata do Haiti, Malval – embora desconhecido da maior parte dos haitianos – tem condições de atrair o apoio de setores que se opuseram a Aristide no seu curto governo.

O premier afirmou que pretende permanecer no cargo por três ou quatro meses, tempo que considera suficiente para que Aristide reassuma o poder.

HONDURAS

A esquerda nas urnas

Depois de décadas de luta pela via armada, seis grupos guerrilheiros de Honduras irão se incorporar à disputa eleitoral do próximo dia 28 de novembro. Sua participação só será possível graças a um acordo feito com o candidato à presidência pelo situacionista Partido Nacional, Oswaldo Ramos, para que seja reformada a atual legislação eleitoral.

Como resultado desse acordo está a proposta apresentada em fins de agosto pelo vice-presidente do Congresso, Carlos Kattan, de adaptar as exigências legais às possibilidades das seis organizações.

O projeto de Kattan estabelece que, para obter o registro no Tribunal Eleitoral, esses seis grupos deverão apresentar apenas 10 mil e não 30 mil assinaturas, como se exige de todos os partidos. A obrigatoriedade de contarem com uma estrutura

montada em 290 municípios de todo o país também foi eliminada.

O plano das seis organizações de esquerda que abandonaram a luta armada – o Partido Morazanista de Libertação (PML), Partido Revolucionário Hondurenho (PRH), Partido para a Transformação de Honduras (PTH), Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Renovação Patriótica (PRP) e o Movimento Democrático do Povo (MDP) – é formar um bloco para disputar o poder nas eleições gerais de 29 de novembro.



Há décadas o Exército combate a guerrilha



Província de Bengo: soldados vigiam a represa de Mabuba

ANGOLA

Impasse nas negociações de paz

Em Angola, não há soluções militares, há soluções justas ou injustas. Assim pensa o presidente José Eduardo dos Santos, que deu essa declaração a uma emissora portuguesa, em meados de agosto. O chefe de estado angolano considera que a Unita, de Jonas Savimbi, ao não aceitar o resultado das eleições de setembro de 1992 e insistir em tomar o poder pela via militar, "está lutando contra as soluções democráticas em geral", e não combatendo apenas o seu governo.

Em março e abril deste ano, com o aval das Nações Unidas, o governo de Luanda e a Unita negociaram a paz durante cinco semanas na capital da Costa do Marfim, mas não chegaram a um acordo.

Na última hora, o movimento rebelde – financiado por setores conservadores sul-africanos – se recusou a firmar o acordo de cessar-fogo elaborado pela ONU com o apoio dos Estados Unidos, Rússia e Portugal. Dos Santos descreve novas negociações a curto prazo, porque "Savimbi não está preparado para a paz".

Pelo menos 14 mil pessoas morreram desde que a Unita retomou a atividade militar em outubro do ano passado, desconhecendo os resultados das primeiras eleições livres desde a independência de Portugal em 1975, que deram uma clara vitória para o partido do governo, o MPLA. Desses vítimas, mais de dez mil morreram na luta de dois meses pelo controle da cidade de Huambo, a segunda maior do país, que se converteu em um baluarte da Unita.

Bispos católicos, missionários e civis de várias nacionalidades têm sido seqüestrados pelos rebeldes como parte de sua ofensiva na região central de Angola. Os homens de Savimbi controlam 80% do território do país, inclusive a região produtora de diamantes, mas não têm condições militares de se aproximar de Luanda e seus arredores, onde se concentram mais de 80% da população. Também lhes falta um porto que permita estabelecer uma linha de abastecimento direto para suas tropas no interior do país.

A ofensiva lançada pelo governo em agosto provocou pesadas baixas nas fileiras contra-revolucionárias, reconhecidas pelo secretário-geral da Unita, Eugenio Manvakola.

SUDÃO

Duros combates no Sul

Em tom eufórico, o presidente do Sudão, Omar Al-Bashir, anunciou em meados de agosto que as tropas governamentais tinham infligido sérias derrotas ao Exército Popular de Libertação do Sudão (EPLS), principal grupo rebelde do sul do país. A ofensiva do governo parece ter obrigado os guerrilheiros comandados por John Garang a retrocederem em suas posições na vital rota de abastecimento, na fronteira com Uganda.

Segundo denúncias do EPLS, em seu afã de reprimir os rebeldes, o governo bombardeou alvos civis.

A guerra civil começou pouco depois do golpe de estado de 1985, quando o governo muçulmano – domi-

nado pela elite árabe do norte do país – pretendeu estabelecer a lei corânica (*a Shariah*) no sul, habitado majoritariamente por negros cristãos ou animistas.

As Nações Unidas denunciaram que, em consequência da recente ofensiva, 200 mil sudaneses fugiram para



A ofensiva do governo obrigou o EPLS (foto) a recuar para o Sul

Uganda e Zaire. A destruição da infraestrutura e da economia da região sul, após anos de guerra, pode levar quase um milhão de pessoas a morrer de fome.

Para piorar a situação, desde o mês passado o Sudão integra a "lista negra" do Departamento de Estado norte-americano, sob a acusação de patrocinar o terrorismo internacional. O regime de Al-Bashir é acusado de treinar extremistas, entre eles membros do Hizbolah.

As leis dos Estados Unidos estabelecem que os países da lista (Iraque, Irã, Síria, Líbia, Cuba, Coréia do Norte e, agora, Sudão) não poderão receber ajuda desse país, exceto a humanitária. Al-Bashir negou a acusação e afirmou que a Casa Branca sente particular rejeição ao Islã (cinco dos sete países da lista têm governos islâmicos) e que este é o motivo da sua punição.

Uma vitória para o Terceiro Mundo

SOMÁLIA

Clãs firmam acordo

Quinze organizações políticas da Somália – entre elas a Aliança Nacional Somaliana (ANS), do líder militar Mohammed Farah Aidid – participaram da assinatura do acordo de paz na cidade portuária de Kisimayu, em 6 de agosto passado.

A Força das Nações Unidas para a Somália (Unosom), que tem sido muito criticada por instituições humanitárias pelo seu papel basicamente militar nesse país africano, foi testemunha do acordo.

Durante quase um mês 150 delegados de mais de 20 clãs se reuniram em Kisimayu para superar suas divergências. Os aspectos mais importantes do acordo são o cessar-fogo imediato e o início de um programa de desarmamento geral. Também se permitirá o livre trânsito de pessoas em todo o país.

Pela primeira vez desde o auge da luta, as duas



Somália: perspectiva de paz

mais importantes facções concordam em trabalhar juntas em favor da paz. A Aliança Nacional Somaliana e os rebeldes de Mohamed Hersi, conhecido popularmente como Morgan, filho político do deposto general Mohamed Siad Barre, disputaram durante longo tempo o controle de Kisimayu. Agora, a cidade foi o cenário escolhido para assinar um acordo que – se não surgirem imprevistos – dará início a uma nova etapa na vida do país.

RUANDA

Rumo à democracia

Após 12 meses de negociações, foi assinado em 3 de agosto passado o acordo de paz entre o governo de Ruanda e o movimento guerrilheiro que há três anos vem tentando derrubá-lo. O presidente Juvenal Habyarimana e o chefe da Frente Patriótica de Ruanda, Alexis Kanyarengwe, assinaram o documento, em um ato realizado em Arusha, ao norte da Tanzânia, na presença dos presidentes do Burundi, Melchior Ndadaye; da Tan-

zânia, Ali Hassan Mwinyi; de Uganda, Yoweri Museveni; e o primeiro-ministro do Zaire, Faustin Birindwa.

A cerimônia também contou com a presença do secretário geral da Organização de Unidade Africana (OUA), Ahmed Salim. Em uma reunião realizada no Cairo, em junho deste ano, a OUA decidiu participar ativamente nas negociações para pôr fim aos conflitos que dilaceram o continente. O acordo de Ruanda é o primeiro resultado dessa decisão.

NIGÉRIA

As artimanhas de Babangida

A crise institucional da Nigéria revelou um personagem caricatural, digno de constar do anedotário que povoia a história do Terceiro Mundo: o general Ibrahim Babangida. Em 27 de agosto, o ditador anunciou sua renúncia, declarando que oferecia em prol do país "o seu sacrifício pessoal de abandonar o cargo de presidente e de comandante em chefe da Nigéria".

Sua renúncia, porém, não satisfez a população, já que Babangida instalou no poder um governo interino, encabeçado pelo empresário Ernest Shonekan. A maioria dos nigerianos não respalda o novo gabinete e quer a posse de Moshood Abiola, vencedor das eleições presidenciais de 12 de junho, anuladas pelo ditador.

Babangida começou a prometer eleições livres em 1989, mas sempre lançou mão de alguma desculpa para adiar a consulta popular. Finalmente, em 12 de junho passado as eleições se realizaram, saindo vencedor o social-democrata Moshood Abiola. Mas Babangida resolveu anular as eleições diante do protesto da população e uma série de ações na Justiça.

O escrutínio foi suspenso quando faltavam poucas urnas para apurar e a vitória de Abiola já era dada como certa. A candidatura do líder social-democrata não agrada os militares que controlam o poder por seus vínculos com a Casa Branca e com alguns governos europeus.

Com a anulação do pleito, setores organizados da sociedade nigeriana fizeram uma série de protestos e atos de desobediência civil com a intenção de obrigar os militares a entregar o poder. A força dos protestos civis levou o governo a fechar os meios de comunicação da oposição em julho.



Habyarimana

O conflito começou em 1990, quando um exército de 10 mil homens, membros da etnia *tutsi*, invadiu o país pela vizinha Uganda com a finalidade de derrubar Habyarimana, a quem acusavam de genocídio. O presidente, da maioria *hutu*, governou com mão de ferro durante 20 anos, dando origem à rebelião *tutsi*, que provocou uma guerra civil na qual morreram três mil pessoas e milhares tiveram que abandonar suas casas.



Monge budista reza pela libertação de Aung Suu Kyi

MYANMAR

Governo isolado

Cinco anos depois de ter sido condenada à prisão domiciliar pelo regime militar de Myanmar (ex-Birmânia), continua inalterada a situação da Prêmio Nobel da Paz, Aung San Suu Kyi. A ativista pelos direitos humanos, cujo partido ganhou as eleições de 1990 – posteriormente anuladas – se nega a aceitar a liberdade em troca do compromisso de abandonar seu país.

Apesar das pressões internacionais – incluindo um apelo pessoal do presidente Bill Clinton

para que ela e os demais presos políticos sejam libertados – o governo de Rangum mantém suspensas todas as liberdades civis e se nega a reconhecer sua derrota nas eleições de 1990.

Em uma recente reunião de chanceleres da Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean), em Cingapura, o secretário-adjunto de Estado norte-americano Winston Lord advertiu que a deterioração da situação em Myanmar “é uma fonte de instabilidade” na área.

A guerra travada pelos muçulmanos na fronteira com Bangladesh já expulsou para esse país vizinho 250 mil refugiados birmaneses, além dos 60 mil que fugiram para a Tailândia.

Cada vez mais isolada na comunidade internacional, a ditadura birmanesa trata de consolidar internamente o seu poder. No momento, a junta militar trabalha na elaboração de uma nova Carta, que lhe permitiria silenciar legalmente qualquer tipo de oposição.

Para obter a aprovação para o seu projeto de Constituição, o governo de fato do presidente Saw Maung convocou uma convenção em janeiro, na qual reuniu cerca de 700 representantes de partidos políticos e dirigentes das minorias étnicas que vivem no país. Porém, a oposição à nova Carta levou as negociações a um impasse.

CAMBOJA

Passados três meses do alívio geral que representou a formação de um governo de coalizão, arduamente costurado com a mediação da ONU, a população volta a viver momentos de angústia e incerteza. Os recentes ataques do Khmer Vermelho – organização que estabeleceu um regime de terror no país até ser derrubada do poder, em 1979 – parecem indicar que a paz ainda é um sonho distante. Enquanto as tropas de paz das Nações Unidas iniciam sua retirada desse país do Sudeste asiático, surgem informações de que o Khmer Vermelho voltou a atacar o pessoal da ONU, civis cambojanos e outros alvos para garantir que a frágil coalizão de governo (ver cadernos, nº 163) não os ignore.

“Como sempre, o Khmer Vermelho está à espera de uma oportunidade para expandir seu domínio”, disse a propósito um membro da campanha promovida nos Estados Unidos para impedir o retorno da organização ao poder.

A ameaça representada pelo Khmer ao processo de democratização do Camboja se soma à instabilidade criada pelas abertas divergências entre os dois partidos da coalizão governamental, o Partido Monarquista, liderado por Norodom Ranariddh, e o Partido Popular, do ex-primeiro-ministro comunista Hun Sen.

TIMOR LESTE

Referendo em estudo

Aluta pela independência de Timor Leste, ex-colônia portuguesa na Ásia, ocupada desde 1975 pela vizinha Indonésia, poderá ganhar novo impulso com a possibilidade da ONU de levantar a bandeira de um referendo sobre a autodeterminação da ilha.

Segundo José Ramos Horta, representante do Conselho Nacional da Resistência Maubere – que reúne os setores timorenses engajados na luta contra a anexação do país pela Indonésia –, a Subcomissão de Direitos Humanos das Nações Unidas está estudando uma proposta para realizar um referendo sobre a autodeterminação da ilha, ao estilo do que está sendo tentado para o Saara Ocidental, na África.

José Ramos Horta lembrou que não

é de hoje que as Nações Unidas vêm tomando uma posição clara sobre o assunto. Em 1975 e 1976, o Conselho de Segurança aprovou resoluções garantindo o direito à autodeterminação de Timor Leste. Em 11 de março último, a Comissão de Direitos Humanos aprovou por 22 votos contra 12 e 15 abstenções uma moção exigindo que a Indonésia melhore a situação das liberdades civis em Timor Leste.

Também está previsto um encontro de Alvaro Soto – representante do secretário-geral da ONU, Boutros Ghali – com membros do governo da Indonésia e Portugal, ainda este mês, com o objetivo de encontrar uma solução negociada para o conflito, que já provocou a morte de quase um terço da população.

Uma vitória com sabor de derrota



O presidente Carlos Menem pretende modificar a Constituição para tornar realidade seu sonho de reeleição

Marcelo Erico

Em 3 de outubro os argentinos irão escolher 127 dos 257 membros da Câmara dos Deputados na segunda e última eleição legislativa ainda durante o mandato de Carlos Menem. O presidente assumiu em 8 de julho de 1989 respaldado pelo voto de uma maioria absoluta, seduzida pelo discurso com um profundo conteúdo social (que prometia saúde, moradia, trabalho e um salário digno para todos). Uma vez no poder, porém, aplicou como nenhum outro as receitas do ajuste neoliberal.

Mas, o certo é que a falta de opções tornará possível que Menem saia triunfante nesta nova batalha da qual, porém, se sentirá paradoxalmente perdedor.

Estas serão as quintas eleições realizadas pontualmente desde a posse de Raúl Alfonsín (1983), que marcou a reinstitucionalização da Argentina. Um país que desde 1930 tem vivido de golpe em golpe e que, desde o início do século, viu apenas uma única vez a passagem de um governo constitucional para outro.

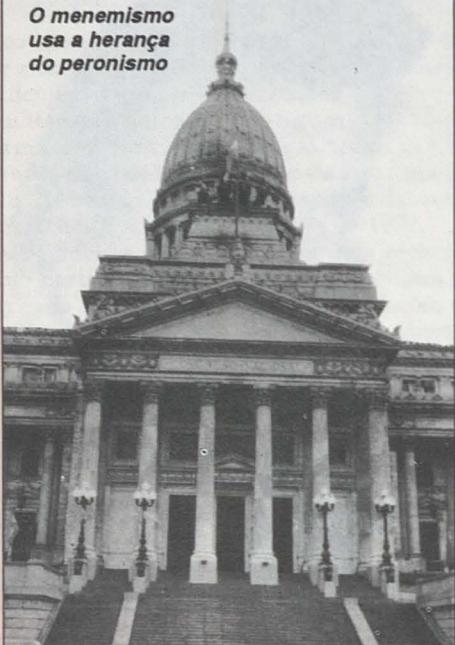
Nesse novo cenário, Menem poderá contar com o privilégio de ser o único presidente que, cumpridos dois terços de seu mandato, conseguirá igualar o recorde do chileno Salvador Allende, quando este logrou em 1972 ampliar sua base parlamentar em eleições transparentes como água.

Mas, para o presidente argentino não basta conseguir a consolidação de um projeto político. Menem apresentou estas eleições como um virtual plebis-

Apesar da certa vitória do presidente Menem nas eleições de outubro, ela será insuficiente para lhe garantir o apoio do Congresso ao seu projeto de reformar a Constituição para aprovar sua reeleição



O menenismo usa a herança do peronismo



Com cinco eleições em dez anos, a Argentina poderia parecer uma democracia sem riscos à vista. Isso, porém, não corresponde à verdade

CAPA

ARGENTINA

circuito smu

cito e, acima de tudo, como a possibilidade de perpetuar-se no governo mediante uma reeleição que a Constituição não contempla.

Em outras palavras, uma esmagadora maioria pró-Menem em 3 de outubro – algo altamente improvável – facilitaria os seus esforços para garantir uma base de sustentação parlamentar que permita a aprovação da reforma da Constituição, onde o único ponto realmente em discussão é a reeleição do presidente.

Polarização – Como todas as últimas eleições, estas estarão polarizadas entre o Partido Justicialista (PJ), criado por Juan Domingo Perón e hoje liderado por Carlos Menem, e a União Cívica Radical (UCR), uma tímida e dividida oposição na qual crescem, também, os que proclamam as vantagens do neoliberalismo.

Para a esquerda, atomizada em 47 partidos, que eleição após eleição se agrupam em diferentes e efêmeras frentes, existe a possibilidade de ficar com alguma cadeira na Capital Federal e na província de Buenos Aires, os maiores distritos do país. Mas apenas isso.

Já o ultranacionalismo dos militares golpistas – conhecidos como *carapintadas* – começou a ler na cartilha da democracia há apenas dois anos, nas primeiras eleições parlamentares realizadas durante a administração Menem. Mas agora também está dividido e sem qualquer perspectiva de bons resultados.

Por outro lado, as cerca de dez legendas provinciais, que respondem aos interesses regionais e barganham apoio com todos os governos em troca de vantagens e mordomias, conservarão seus deputados – nem um a mais, nem um a menos –, como ficou comprovado em todas as eleições legislativas disputadas desde 1983.

Com cinco eleições em dez anos, onde disputaram partidos de centro, esquerda, direita e extrema-direita, a Argentina pode parecer uma democracia bem encaminhada e sem riscos à vista. Porém, Menem e o neoliberalismo ergueram novos obstáculos. O presidente, ao governar por decreto e usar o antigo peronismo a serviço de suas ambições pessoais. O neoliberalismo, ao valer-se de seu enorme poder para desacreditar sutilmente o papel dos partidos políticos, dos sindicatos e das organizações sociais, aos quais expõe como um símbolo da corrupção, enquanto reivindica como paradigmas da pureza as mais bem-sucedidas figuras do empresariado, do mundo do espetáculo e dos esportes.

Adeus à reeleição – Menem tem se caracterizado por possuir um invejável faro político. Mas, levado por suas ambições pessoais (“O homem que deseja reinar”, escreveu dele o jornal *El País*, de Madri) caiu no triplo erro de desprestigar a democracia, dividir o país em menemistas e antimenemistas (ou seja, pró ou contra sua reeleição) e sobretudo dividir seu próprio eleitorado e a direção do PJ. Consciente das escassas perspectivas de êxito da reforma constitucional, o Partido Justicialista viu nascer em suas fileiras muitos e inesperados aspirantes à candidatura presidencial para as eleições de 1995.

Seu primeiro grande erro foi de avaliação. Diante de uma oposição desacreditada e da qual o eleitorado guarda as piores lembranças, disse e desmentiu até a exaustão que não tinha ambições de ser eleito para um segundo mandato.

Porém, seus atos e toda atividade política em volta dele estão direcionadas há mais de um ano no sentido de somar votos para o caso de uma eventual reforma constitucional. Adiantou perigosamente a campanha para estas eleições e, em função de suas ambições, pôs em andamento a máquina partidária e do Estado sem medir o desgaste político e as consequências institucionais que poderia provocar uma vitória clara, mas insuficiente para reformar a Constituição.

O que acontecerá depois de 3 de outubro, se não conseguir a maioria necessária para que seja consagrado o seu direito à reeleição? Não parece que o presidente tenha se feito essa pergunta, cuja resposta é tão clara: haverá 22 meses (entre outubro e julho de 1995),

POSTAL NORTE SUL



A ANISTIA INTERNACIONAL – Uma porta para o futuro
Rodolfo Konder
O drama dos desaparecidos, a fragmentação das mentes dos torturados, os tipos de violência cometidos contra os que pensam diferente dos governos totalitários. O autor ajudou a organizar a Anistia no Brasil
96pp
E-307 CR\$ 1.080,00

NÃO VERÁS NENHUM PAÍS COMO ESTE
Sebastião Pereira da Costa
Relato cronológico da ascensão e queda do poder militar no Brasil desde a conspiração que depôs João Goulart em 1964 até o final do ciclo, em 1985, passando pela luta armada.
400 pp
E-310 CR\$ 2.030,00

DEPOIS DA QUEDA – O fracasso do comunismo e o futuro do socialismo
Norberto N., Ralph M., Eric H. e outros
Onze ensaiistas de diversas áreas e nacionalidades analisam a trajetória e o colapso do comunismo a partir de 1989, as razões de seu fracasso, a nova ordem que se seguiu à sua derrocada e o futuro do socialismo. Leitura imprescindível para quem está preocupado com os rumos do mundo contemporâneo.
271 pp
E-290 CR\$ 1.750,00

POLÍTICA LINGÜÍSTICA NA AMÉRICA LATINA
Vários autores

Reflexões sobre a política da linguagem no continente, num volume organizado por Eni Puccinelli Orlando e que reúne, entre outros, Alberto Escobar, Tania de Souza, Xavier Albó, Bartolomeu Meliá, Carlos Vogt, Peter Fry e Sergio Valdés Bernal.
191 pp
E-295 CR\$ 1.750,00

LIVRES ACAMPAMENTOS DA MISÉRIA

Ana Lúcia Lucas Martins
Um tema original dentro de um universo muito explorado: as várias formas de habitação de rua, desde os casebres até as instalações nas calçadas e sobre carroças. Não só a casa é assunto, mas também os modos de vida e as relações entre as pessoas.
97pp
E-300 CR\$ 1.080,00

A IMAGEM REBELDE – A trajetória libertária de Avelino Fóscolo

Regina Horta Duarte
Biografia de um anarquista republicano e abolicionista que atuou em Minas Gerais e cuja sede de justiça o levaria a identificar-se com os ideais socialistas e, mais tarde, com o comunismo libertário. O mérito maior do trabalho de Regina foi reconstituir os passos da relação entre o autor e sua obra.
133pp
E-308 CR\$ 1.150,00

NÃO VERÁS NENHUM PAÍS COMO ESTE

Sebastião Pereira da Costa
Do ideal socialista ao socialismo real. Ensaio de história política que começa com a derrota alemã na guerra de 1914/18, passa pela criação das duas Alemanhas depois da Segunda Guerra e analisa a reunificação.
182 pp
E-286 CR\$ 900,00

A REUNIFICAÇÃO DA ALEMANHA

Moniz Bandeira
Do ideal socialista ao socialismo real. Ensaio de história política que começa com a derrota alemã na guerra de 1914/18, passa pela criação das duas Alemanhas depois da Segunda Guerra e analisa a reunificação.
182 pp
E-286 CR\$ 900,00

A CHINA LIGADA – Televisão, reforma e resistência

James Lull
A introdução da televisão no contexto do ambiente político e econômico da China acabou tornando-a o porta-voz oficial do Partido Comunista e a forma mais popular de entretenimento dos chineses, alargando a consciência cultural e política do povo e até fortalecendo a oposição.
170pp
E-305 CR\$ 1.200,00

ATENÇÃO: Se, por motivo de insuficiência de estoque, faltar algum livro de seu pedido, a entrega será feita parcialmente e completada posteriormente.

UMA EDUCAÇÃO PARA A SOLIDARIEDADE

Regina Celia Mazoni Jomini
Antes de 1930, as idéias anarquistas predominavam nas organizações operárias brasileiras. O livro pretende contribuir para o estudo das conceções e experiências educacionais lideradas por anarquistas na República. Veila que a História oficial esqueceu.
135 pp
E-297 CR\$ 1.200,00

LEONOR E A MODERNIDADE – O urbano e o agrário na experiência periférica

Luiz Ricardo Leitão
Uma análise aprofundada de duas vanguardas literárias brasileira e argentina, que se detêm em autores como Elias Castelnuovo, Jorge Luis Borges, Ernesto Sábato, Lima Barreto, Mário de Andrade, José Américo de Almeida e Graciliano Ramos.
219pp
E-299 CR\$ 1.230,00

POR QUE CUBA?

Coordenação: Emir Sader
Textos de Darcy Ribeiro, Antônio Houaiss, Ferreira Gullar, Luis Pingueli Rosa, Severo Gomes, Oscar Niemeyer e outros brasileiros de diversas áreas compõem uma reflexão sobre a situação atual e as perspectivas cubanas.
182 pp
E-285 CR\$ 1.050,00

O PILÃO DA MADRUGADA

Neiva Moreira

Os repórteres são os narradores do cotidiano e do futuro. Este livro é a reportagem com um desses jornalistas. Aqui, na mais longa entrevista que já concedeu, Neiva dá o testemunho do que viu e participou.

Ele narra episódios marcantes, e permite ao leitor conhecer e avaliar fatos não apenas desconhecidos mas, sobretudo, tergiversados na "história oficial".

José Louzeiro

464 pp
E-208 CR\$ 880,00

LEITURA: ENSINO E PESQUISA

Angela Kleiman

Buscando reavaliar como se coloca o ato de ler na escola, o livro aborda a distância entre teoria e prática no ensino da leitura, o papel do aluno enquanto sujeito (e não mais objeto) do estudo e o do professor enquanto modelo do estudante.

213 pp
E-296 CR\$ 1.330,00

URSS – ASCENSÃO E QUEDA

Luiz Fernandes
O livro analisa as consequências econômicas, sociais e políticas da opção do Leste pela "economia de mercado", bem como os antecedentes e desdobramentos dos dramáticos acontecimentos que sacudiram a União Soviética recentemente. É leitura obrigatória para os que querem se situar diante das profundas transformações em curso nos países do Leste e refletir criticamente sobre a viabilidade do socialismo.

270 pp
E-256 CR\$ 1.1450,00



quando deve passar o cargo) durante os quais a Argentina viverá o paradoxo de ter um presidente de ampla base eleitoral e estreita margem de manobra. Afinal, passará da situação de mandatário com maioria legislativa simples mas ampla, à de derrotado político em um país que sempre defendeu a necessidade de reformar a fundo sua Constituição, mas que jamais imaginou, nem remotamente, a possibilidade de reeleger um presidente.

Corrida à presidência – Os erros de cálculo de Menem fizeram com que estas eleições legislativas tenham se convertido, na prática, no início da campanha para a disputa presidencial. Assim foi entendido pela UCR, onde já se desencadeou uma luta interna que já extrapolou o partido e apresenta três presidenciáveis dispostos a manter o mesmo programa neoliberal do menemismo, embora mudando as formas, eliminando da vida institucional do país, dizem, os sinais de autoritarismo justicialista.

Também estão entrando nessa corrida o PJ e o gabinete ministerial. Os atuais senadores, governadores e o ministro da Economia, Domingo Cavallo, querem tirar proveito da falta de opções e da impossibilidade de que Menem seja reeleito para postular-se à Presidência da República em 1995.

Advertido das consequências institucionais e políticas do seu erro de cálculo inicial, e certo de que no momento a liderança política está em suas mãos (embora a política econômica, que tantos dividendos lhe rende entre certos setores, é pensada e executada por Cavallo), Menem sabe que, se for reformada a Constituição, ele é o candidato natural do PJ. Daí que esteja decidido a travar a batalha pela reeleição até as últimas consequências. Por isso, pretende capitalizar a vitória que deve obter nas eleições parlamentares de outubro – insuficiente, porém, para atingir seus objetivos – para voltar à carga em novembro com um plebiscito que abra as portas à reforma da Carta.

Para que o Congresso declare a necessidade de modificar a Constituição se exigem dois terços dos votos, ou seja, 172 deputados. E para que o menemismo consiga atingir esse número, seria necessário obter o voto de 80% da popu-

lação, um luxo que nem o próprio Perón pôde se dar.

Como até agora, Menem tem conseguido o apoio dos partidos provinciais para sancionar algumas leis que exigem maiorias especiais, pode-se esperar um novo respaldo para que se declare essa necessidade. Mas, para isso, o PJ deveria conseguir pelo menos 55% dos votos, algo que não parece provável.¹

Como as contas não fecham de nenhuma maneira, Menem desenterrou agora a idéia de plebiscito. Não porque daí possa surgir uma maioria absoluta, mas porque considera que uma votação superior a 50% lhe permitirá persuadir a UCR da necessidade de chegar a algum acordo legislativo. Esse acordo poderia ajudá-lo a reabrir o caminho para a reforma da Carta, caminho este que deverá ser fechado pela insuficiente vitória em outubro.

Tanto as enquetes realizadas entre fevereiro e março (quando se aventou pela primeira vez a possibilidade de convocar um plebiscito), como as efetuadas mais recentemente, mostram resultados coincidentes e negativos para Menem: embora registrem 42% de opiniões favoráveis à reforma, assinalam que 51% dos consultados são contra introduzir a reeleição do presidente.

Democracia desprestigiada – Para sensibilizar a opinião pública, o presidente e seus assessores esgotaram todas as suas possibilidades. Aproximaram o PJ de personagens bem-sucedidos do esporte e do mundo do espetáculo, que devido à sua popularidade possam atrair votos, tentando-os com cargos eletivos, funções diplomáticas ou eventuais candidaturas a governador nas eleições gerais de 1995.

Com o mesmo objetivo jogaram para o alto certos princípios básicos do liberalismo, regulando setores que já tinham sido desregulados (aluguéis de moradias, escolas privadas e planos de saúde). E chegaram ao extremo de romper as leis do livre mercado e a concorrência comercial, ao obrigar por decreto uma das empresas do grupo do jornal *Clarín* a vender a todos os canais os direitos de transmissão das partidas classificatórias para a Copa do Mundo de Futebol. Com isso, o Canal 13 e as televisões a cabo do interior do país (todos



Nas eleições parlamentares de 3 de outubro haverá apenas dois grandes perdedores. A democracia, que ficará desprestigiada, e Menem, que será atropelado por suas ambições



Professores se mobilizam para defender a escola pública

O governo de Menem se caracteriza pelas contradições. Ganhou as eleições de 1989 com um discurso nacionalista, mas privatizou todo o setor público



propriedade do grupo *Clarín*) perderam uma exclusividade que lhes teria rendido grandes somas com publicidade.

O governo Menem tem primado pelas contradições. Ganhou as eleições de 1989 com um discurso nacionalista, mas privatizou todo o setor público. Convocou uma "revolução produtiva" e estabeleceu a paridade do peso em um para um com o dólar, com o que o país importa mais do que produz. Prometeu construir moradias, mas incrementou em 200 mil unidades o déficit habitacional e recentemente ordenou o despejo de todas as casas, barracos e terrenos baldios ocupados pelos crescentes setores marginalizados da produção.

Levantou as bandeiras da "pátria grande latino-americana" e acaba de desencadear uma campanha xenófoba (que obrigou as embaixadas do Brasil e Paraguai a sair em defesa dos seus imigrantes), aos quais acusa de usurpar a propriedade privada com a ocupação daquelas moradias precárias.

Menem disse que estava decidido a "derramar até a última gota de sangue para recuperar as Malvinas", e desde que assumiu contempla silenciosamente como a Grã-Bretanha estende sua soberania sobre as ilhas. Proclamou o direito dos povos à sua autodeterminação, mas estreita laços com os setores que nos Estados Unidos apregoam a intervenção e o bloqueio contra Cuba. Na

realidade, este governo rompeu com o peronismo para criar o menemismo.

Apoio devido à estabilidade – Mas, então, como se explica que – apesar de todas as contradições e promessas não-cumpridas – Menem obterá um triunfo, insuficiente para seus objetivos mas claro nos números, nas eleições de 3 de outubro?

Por um lado, como se disse, porque a oposição apresenta um programa neoliberal idêntico em sua essência. Por outro lado, porque uma confusão generalizada leva muitos – a maioria – a pensar que a economia argentina evoluiu desde que no dia 1º de abril de 1991 se estabeleceu o chamado plano de conversibilidade, que desvalorizou a moeda e decretou por lei uma rígida paridade de um a um com o dólar.

Nos 29 meses de vida da conversibilidade a inflação cresceu mais de 52%. Na Argentina há estabilidade, se diz, e nessa armadilha caíram desde a extrema-direita até a esquerda. A Argentina está no Primeiro Mundo, diz o governo, e quando se riem dele lembra a estabilidade. Mas se um peso é igual ao dólar, quer dizer que na Argentina a inflação dolarizada é superior a 52%. Em dois anos e meio, que país do Primeiro Mundo seria capaz de suportar semelhante índice de inflação?

É preciso situar-se na Argentina para entender o fenômeno. Embora o salário esteja congelado desde que se estabeleceu a conversibilidade, os preços aumentam lentamente mas em dólares (no último ano do governo Alfonsín e no primeiro de Menem se viveram dois períodos hiperinflacionários nos quais se alcançou índices próximos a 1.000% ao ano).

Mistérios econômicos – Os economistas falam dos "nove mistérios de Cavallo" quando analisam os resultados dos 29 meses de conversibilidade da moeda. Não se equivocam, mas isso não é facilmente comprehensível para a média das pessoas, que votarão em 3 de outubro.

Mistério I – Cresce a indústria, mas cai a oferta de empregos.

Desde a conversibilidade, o produto bruto das empresas manufatureiras continua crescendo, apesar de num ritmo

menor (11,9% em 1991, 7,3% em 1992 e se aguarda que em 1993 cresça 5%).

Segundo a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) em um estudo baseado em informações oficiais da Argentina, nesse mesmo período o nível de operários empregados caiu 8,4%. E o fenômeno não se observa só nos setores castigados pelo ajuste, mas também alcança os ramos em expansão, como o petrolífero, provavelmente o mais favorecido pela desregulação da economia.

Os trabalhadores são a variável de ajuste quando se fala de reduzir gastos porque na Argentina, alegam, os encargos trabalhistas aumentam em dólares.

Mistério II – Sobe o desemprego, mas aumenta o número de pessoas trabalhando.

Entre outubro de 1991 e junho desse ano a taxa de desemprego cresceu de 5,3% para quase 10% da população economicamente ativa, mas as mesmas estatísticas oficiais afirmam que nesses 32 meses se criaram 250 mil novos empregos.

Segundo fontes do governo, a expli-

cação para tal paradoxo é que nesse ínterim aumentou consideravelmente a população economicamente ativa "porque tudo vai melhor".

A verdade é que esse afã de trabalhar se deve a que grandes contingentes de jovens e mulheres se lançaram à busca de um emprego para reforçar a insuficiente renda familiar.

Mistério III – Recorde da produção industrial versus setores em crise.

Oficialmente, a produção industrial de junho chegou ao máximo nível histórico de crescimento, com 113,8%, comparada à de 1986. Mas há setores que, também segundo dados oficiais, estão em crise e muitas empresas foram à falência (química, petroquímica, siderurgia, papel, têxteis etc.).

Isso cria o paradoxo, afirma o economista Marcelo Zlotogwiazda, de que uma das características mais destacadas da conversibilidade é o crescimento da heterogeneidade dentro da indústria.

Mistério IV – Vende-se muito, mas ganha-se pouco.

Há inumeráveis casos de empresas



A lei de quotas

Embara as mulheres constituem quase 57% do total de eleitores da Argentina, só há 14 delas entre os 257 integrantes da Câmara dos Deputados e das 40 cadeiras do Senado, apenas uma pertence a uma mulher.

A velha sociedade machista da herança espanhola fez prevalecer seu domínio e a verdade é que muitas mulheres argentinas caíram no lugar comum de afirmar que "política é coisa de homem". No entanto, no momento de votar são decisivas. Elas levaram Raúl Alfonsín ao poder em 1983 e lhe impuseram uma esmagadora derrota em 1989. Em 1991, Carlos Menem voltou a receber o apoio feminino e compreendeu que era para lá que deveria voltar suas baterias.

Cinco dias depois das eleições parlamentares de 1991, ordenou aos seus seguidores no Congresso que

sancionassem uma lei obrigando a reservar para as mulheres 30% do total das listas para cargos eletivos nacionais.¹

Para entrar em vigor, toda lei tem que ser regulamentada pelo Poder Executivo. Menem deixou passar o tempo até março deste ano, para baixar o decreto de regulamentação exatamente no Dia Internacional da Mulher.

Além disso, nesse dia formou um gabinete de assessoras que, entre outras funções, deve velar pelo cumprimento à lei de quotas, como ficou conhecido o decreto. Enquanto Menem exortava os governos provinciais (vale lembrar que a Argentina é um Estado federal) a tomar uma decisão similar, começou a fazer-se sentir a pressão dos partidos.

Apesar da luta das mulheres para fazer valer a nova lei – recor-

rendo para isso até à Justiça Eleitoral –, o decreto ainda está longe de ser respeitado.

Desiludida, a ultramenemista ex-senadora Liliana Gurdulich, integrante agora do gabinete feminino, ilustrou em poucas palavras uma opinião generalizada: "A experiência que o gabinete de conselheiras presenciais está tendo, em função dos dados recebidos dos diversos distritos, não é alentadora".

Na realidade, a lei e o decreto regulamentar estão sendo violados, em praticamente todo o país.

(M.S.)

¹Na Argentina, os eleitores votam no partido e não em pessoas. Ou seja, os candidatos a cargos eletivos são escolhidos primeiro dentro de cada partido, compondo uma lista onde os mais votados nessa eleição interna ocupam os primeiros lugares. Segundo o total de votos recebidos pela legenda, entram para a Câmara os primeiros ou a lista toda de candidatos



que aumentaram suas vendas, mas reduziram seus lucros. Em geral, se observa uma queda da rentabilidade nas grandes empresas industriais (devido à concorrência dos produtos importados, pelos gastos com a reconversão e pela cobrança de impostos).

Por isso, muitos comerciantes e fabricantes de pequeno porte foram à falência com o surgimento do Estado como virtual "sócio" que lhes cobra agora os impostos que antes eram sonegados.

A vez dos artistas

Carlos Menem nunca escondeu sua paixão pelo futebol nem sua grande admiração pelo ex-presidente norte-americano Ronald Reagan. Dos dois aprendeu alguma coisa. Acossado pelos mais escandalosos atos de corrupção praticados por pessoas de sua confiança (narcotráfico, lavagem de dinheiro, suborno, estelionato, negociatas, roubo, extorsão, malversação de fundos etc.), Menem tomou dos torcedores uma frase que já se tornou célebre: a melhor defesa é o ataque.

Dante do risco de perder as eleições para governador em 1991, recorreu a figuras notórias do esporte, empresariado ou do mundo do espetáculo: se Reagan pôde ser presidente, e até foi reeleito, se o empresário Lee Iaccoca foi proclamado como a última reserva moral do Partido Democrata norte-americano e se a atriz pornô Cicciolina chegou a ocupar uma cadeira na Câmara dos Deputados da Itália, quer dizer que a fórmula dá resultado, insistiu diante daqueles que desconfiavam de seu faro político.

Incapaz de aceitar a derrota até no mais ingênuo jogo de cartas, Menem não percebeu os danos que causaria a uma frágil democracia, ao ignorar os partidos e recorrer a quem pudesse trazer alguns votos para seus projetos. E a fórmula deu resultados. Em 1991, conseguiu que quatro de seus escolhidos lhe trouxessem dezenas de milhares de



O ex-cantor Palito Ortega é hoje governador de Tucumán

votos: o piloto de automóveis Carlos Reutemann foi eleito governador da província de Santa Fé; Ramón Ortega, mais conhecido como Palito desde a época em que cantava, nas décadas de 60 e 70, ficou com o governo de Tucumán; Jorge Escobar, empresário bem-sucedido de San Juan, foi eleito governador de sua província, embora tenha renunciado logo depois por estar envolvido em atos de corrupção; e Luiz Ortega, irmão de Palito, outro cantorzinho daquela época, passou a ser prefeito de San Martín, um dos municípios mais povoados da província de Buenos Aires.

Agora, precisando de novos votos para alcançar a hipotética maioria que lhe permita reformar a Constituição e pleitear a reeleição, recorre ao mesmo expediente, sendo imitado por todos os outros partidos.

Mistério V – Com salários congelados, o consumo está em alta.

Embora nos últimos anos o poder aquisitivo do salário tenha caído 30%, o consumo aumentou em 1991 e 1992 e crescerá este ano. Ocorre, dizem os especialistas, que o poder de compra dos trabalhadores deixou de ser a determinante essencial do nível de consumo.

Na nova estrutura social posterior ao ajuste, a capacidade de gasto se concentrou nos setores mais ricos da sociedade. É esta minoria quem compra os eletrodomésticos de luxo, artigos eletrônicos, roupas sofisticadas, carros importados, etc. Isso explica que o consumo global tenha crescido, embora o poder aquisitivo do trabalhador tenha diminuído.

Mistério VI – Com salários congelados, sobe a produtividade.

O programa neoliberal amarrou o aumento dos salários ao crescimento da produtividade, mas enquanto a produção/homem cresceu, o salário continuou virtualmente congelado.

Nas 698 empresas analisadas pelo Instituto Nacional de Estatísticas e Censo (Indec), o lucro por trabalhador aumentou 19% entre 1991 e 1992 e continua crescendo este ano, mas o salário não chegou a subir 6%. Os lucros com o aumento da produtividade foram apoderados pelos empresários.

Mistérios VII – No país das vacas, se importam produtos lácteos.

Em 1991, o setor teve um déficit comercial de 14 milhões de dólares e em 1992 pulou para 129 milhões de dólares. Não apenas se importam lácteos, como as importações superaram as exportações. Oficialmente, se diz que a indústria nacional não pôde absorver o suposto aumento da demanda interna, mas a verdade é que nesse caso influenciam fatores externos, como os enormes subsídios que o mundo desenvolvido concede a seus produtores.

Mistério VIII – Para que o plano de conversibilidade caminhe, o mundo tem que continuar parado.

Ainda segundo o economista Zlotogwiazda, sempre se acreditou que a performance econômica de um país estivesse positivamente associada ao nível de atividade mundial. Na medida

em que os outros países cresçam do ponto de vista econômico, aumenta a demanda e é mais fácil exportar. Mas, paradoxalmente, o destino da conversibilidade desse e continuará estando associado à continuidade da recessão no Primeiro Mundo. A má situação dos países ricos – com a consequente queda nas taxas de juros e a falta de oportunidades de investimento para os capitais excedentes – orientou seus recursos em direção a outros países, como a Argentina, que oferecem elevadas taxas de juros e atraentes negócios pela via das privatizações.

Sem essas condições, o governo argentino não teria podido financiar durante dois anos o déficit médio de oito bilhões de dólares gerado pelo desequilíbrio na balança comercial, o pagamento da dívida externa, os gastos com turismo (principalmente para os Estados Unidos e Brasil) etc.

Mistério IX – Salários baixos, altos custos trabalhistas.

Os salários não dão para chegar até o fim do mês, mas os empresários se queixam dos "altos custos trabalhistas". Enquanto que para os trabalhadores o que importa é o poder aquisitivo de sua renda, para os empresários o que interessa é o salário medido em dólares, porque disso dependem suas possibilidades de competir e exportar.

Embora o poder aquisitivo interno esteja estancado, a supervalorização do peso faz com que, considerado em dólares, o salário tenha aumentado.

Por outro lado, não é o mesmo salário e custo trabalhista, já que além da remuneração os empresários devem pagar os encargos sociais de seus trabalhadores, algo que o governo prometeu reduzir mas ainda não cumpriu.

"L'Etat c'est moi" – Este panorama parece inviabilizar um triunfo eleitoral de Menem. Porém, os setores beneficiados pelo ajuste estão monoliticamente fechados com o governo, pertencem ou não ao partido do presidente.

Muitos dos que não pertencem a esse setor votarão no oficialismo sim-

plesmente porque não há opções de esquerda, de centro ou de direita que ofereçam alguma alternativa.

Para todos eles – os beneficiados e os prejudicados pelo modelo – as coisas não mudaram tanto: sempre foram enganados com falsas promessas e a mentira e a falsidade passaram a fazer parte da vida política argentina.

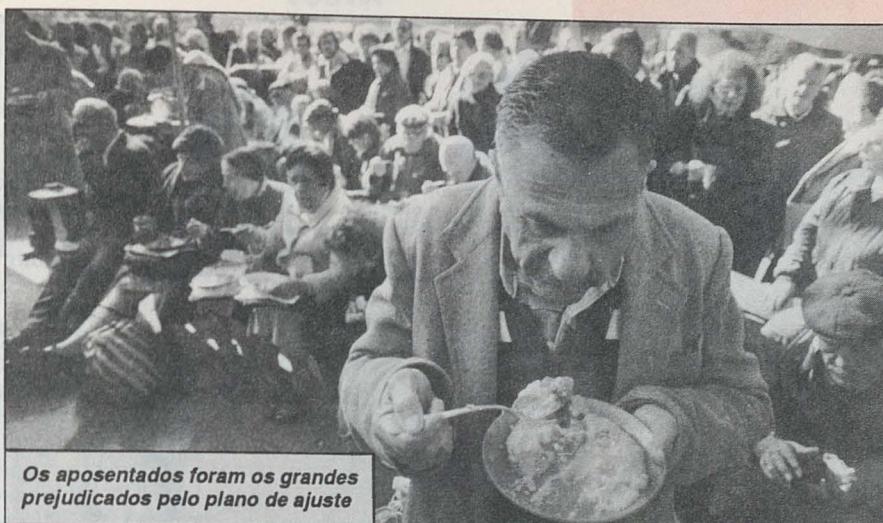
Por último, estão as vítimas do ajuste e entre estas a estabilidade mentirosa da inflação dolarizada continua atuando como uma miragem.

No dia 3 de outubro, haverá apenas dois grandes perdedores. A democracia, que ficará desprestigiada diante da atuação das grandes máquinas partidárias e do surgimento de figuras vazias de idéias que ganham espaço graças a campanhas para desacreditar os partidos, os sindicatos e seus representantes.

O outro perdedor será Menem, que, engolido por suas ambições, não conseguirá reunir o apoio necessário para sua reeleição e transformará em derrota pessoal o que será uma vitória para o programa neoliberal imposto por ele e graças a ele.

O generoso exemplo de Allende, que pagou com sua vida a decisão de consolidar um projeto, não chegou a Menem, que pagará com a morte política o monárquico desejo de repetir, dois séculos depois, a célebre frase "L'Etat c'est moi", com que Luis XIV sublimou o absolutismo francês.

¹Em fins de agosto, o ministro do Interior, Gustavo Béliz, renunciou ao cargo depois de denunciar manobras desonestas de membros do governo para conseguir a reeleição de Menem. Béliz afirmou na ocasião que alguns assessores do presidente já estavam preparados para comprar votos da oposição na Câmara dos Deputados a fim de conseguir a reforma da Constituição.



Os aposentados foram os grandes prejudicados pelo plano de ajuste





O novo governo recebe um país com baixa inflação e em crescimento, mas com alto índice de desemprego e economia informal

Novo governo, mesmos caminhos

Apesar de sinalizar a rejeição da população aos políticos em geral, o novo governo não deverá alterar as reformas feitas pelo social-democrata Paz Zamora em sua inusitada cogestão com a direita tradicional

Pedro Sutter

Salvo mudanças inesperadas, o novo presidente da Bolívia, Gonzalo Sánchez de Lozada, o Goni, deverá dar prosseguimento a médio e longo prazos ao trabalho de liberalização da economia, acelerando o processo de privatização das empresas estatais "com participação dos cidadãos" e combatendo frontalmente "o drama da pobreza em que se encontra submersa a grande maioria dos bolivianos", como consta no Plano de Todos, o programa de ação governamental. Nada de muito diferente do executado pelo anterior par-

tido no governo, o Movimento de Esquerda Revolucionário (MIR), em sua fase final.

"O Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), do presidente Sánchez de Lozada, está em uma situação privilegiada, que nem todos esperavam", analisa o jornalista Ted Córdova, diretor dos jornais *Última Hora* e *La Quinta*, em alusão à maioria parlamentar obtida: 69 das 157 cadeiras são do MNR; com os pactos interpartidários, o número passa para 97 cadeiras ou 62% do Congresso.

Apenas dois partidos não deverão trazer maiores complicações à sempre emaranhada teia de alianças de início

de governo: o Movimento Revolucionário Túpac Katari de Liberação (MRTKL), do vice-presidente Victor Hugo Cárdenas, brilhante intelectual aimará (ver Quadro I) e o Movimento Bolívia Livre (MBL), de centro-esquerda, liderado pelo advogado Antonio Araníbar, nomeado chanceler.

Já a Unidade Cívica Solidariedade (UCS), de cunho populista, do empresário e magnata da cerveja Max Fernández, encontra dificuldades em esclarecer ao aliado MNR – e à opinião pública – as origens da exagerada fortuna de seu líder, questionada publicamente pela embaixada dos Estados Unidos.

AMÉRICA LATINA

BOLÍVIA

Na Bolívia, qualquer sinal de enriquecimento rápido ou ilícito desperta imediatamente especulações quanto a uma ligação com o narcotráfico, especialmente nos últimos cinco anos. É exatamente esta suspeita que paira sobre Fernández. "Se o MNR investigar o meu passado, eu rompo o acordo", bradava o empresário, que também está sendo pressionado a saldar sua dívida com o fisco, cerca de 50 milhões de dólares.

O affair obteve um desenlace inusitado, demonstrando a capacidade de negociação nos bastidores do MNR: Fernández foi repentinamente convidado pela mesma embaixada para a recepção do Dia da Independência dos Estados Unidos, o 4 de Julho. Este sinal verde norte-americano – não por acaso Sánchez de Lozada estava “passando o chapéu” em Washington – facilitaria as alianças necessárias para se obter a maioria no Congresso, essencial para a implementação do *Plano de Todos*.

O legado de Paz Zamora – Exetuando-se as derradeiras declarações contra o Chile na controvertida questão marítima (ver Quadro II), Sánchez de Lozada não pode se queixar de seu antecessor: o Ministério do Planejamento, por exemplo, entregou a pasta com financiamentos do Banco Mundial e do Clube de Paris para a chamada guerra contra a pobreza, o que sem dúvida dará o impulso inicial necessário para o prosseguimento do trabalho nesta nova gestão.

Segundo as últimas estatísticas, o PNB cresceu cerca de 3,5% no ano passado, devido basicamente ao desempenho da construção civil, das indústrias de porte médio, como plástico e peças de reposição (automóveis), e ainda às obras sociais (através de fundos de aplicação social). Outro setor que cresceu consideravelmente foi o de artesanato (aumento de 47% nas exportações apenas nos primeiros quatro meses deste ano) e os tecidos manufaturados (200%).

As reservas deixadas pelo governo de Paz Zamora beiram os 400 milhões de dólares, fato inédito na história recente do país. A inflação não ultrapassa um dígito (menos de 1% ao mês, 7,4% em 1992, encostando na norte-americana e na canadense); o dólar pa-

Sánchez de Lozada: o desafio agora é manter uma base sólida de apoio no Congresso (na foto, o presidente aparece com roupas de diferentes culturas indígenas na véspera de sua posse)

ralelo e o oficial diferenciam-se por apenas 1 centavo de boliviano (a moeda nacional).

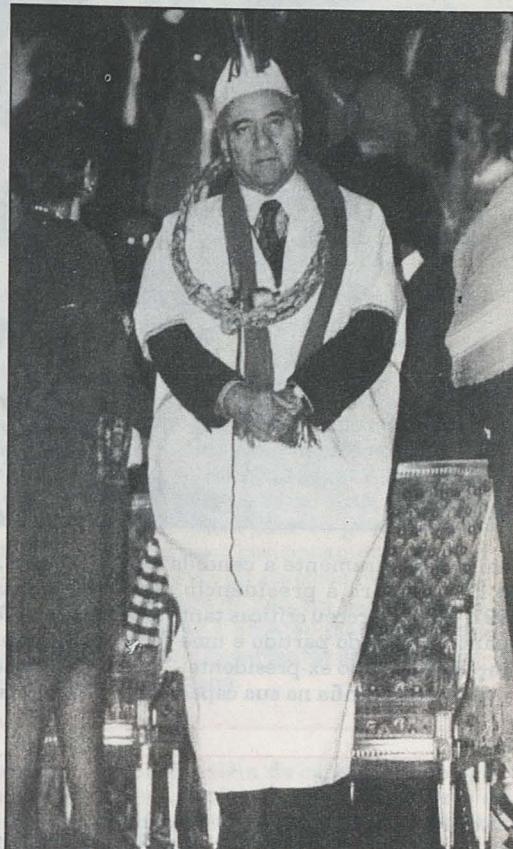
Desemprego – Apesar destes aspectos positivos, a vida ainda é muito dura na Bolívia: os salários, em média de menos de US\$ 100, são baixos para o custo de vida local.

O discutido crescimento econômico contrasta com o quadro crônico de pobreza, mantido por uma recessão fortíssima que, por exemplo, leva milhares de pessoas a São Paulo na busca de trabalho nas confecções clandestinas. Há falta quase absoluta de empregos, principalmente para homens. “Nós, mulheres, nos viramos no comércio”, diz uma jovem de La Paz recém-demidida da Cotel, a estatal telefônica.

Nas minas a situação é dramática, já que 200 delas foram fechadas nos últimos tempos. As associações operárias e sindicatos mobilizam-se para evitar novas demissões e amenizar a crise, que contudo também envolve os proprietários dessas minas.

Há pouco estanho – antigamente o maior produto de exportação boliviano – nas cansadas veias andinas, e a queda contínua do preço internacional, devido à duplicação da oferta do metal, vendido pela Rússia, China e Vietnã, inviabilizou sua exploração. A estatal Comibol, responsável por 5.600 das 17 mil toneladas métricas produzidas anualmente pelo país, deverá demitir ainda mais trabalhadores, além de fechar jazidas produtivas.

Uma das soluções encontradas foi explorar petróleo na província de Santa Cruz. A capital, Santa Cruz de la Sierra, vem recebendo um fluxo migratório cada vez maior das regiões altas e tradicionalmente povoadas, em um movimento incentivado pelo governo.



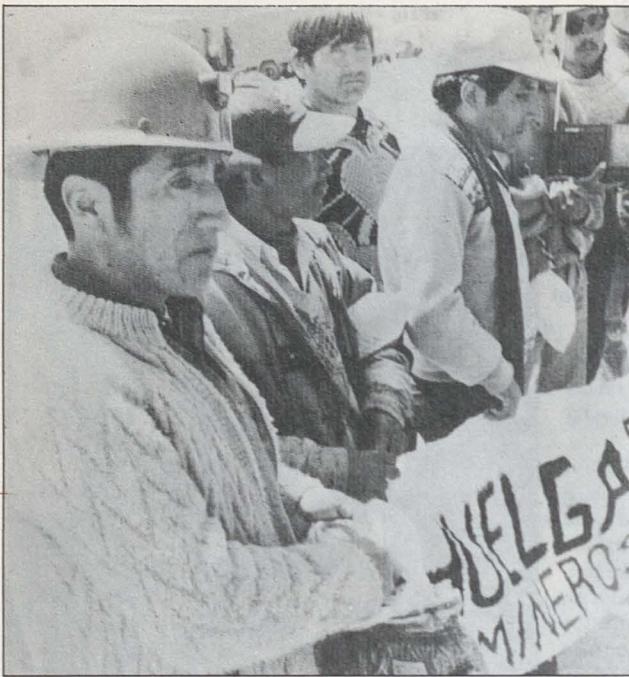
Como ainda existe muita terra “barata” não cultivada na região fronteiriça com o Brasil, novos assentamentos de colonos e diversos estímulos – notadamente à agropecuária – são propiciados pelo Estado.

O MIR em mutação – Mesmo sendo apontado como o maior perdedor destas eleições e suportando uma saia-vada de denúncias – muitas delas inconsequentes –, o MIR do ex-presidente Jaime Paz Zamora não se dá por vencido.

O resultado adverso das urnas colocou em xeque a unidade do partido, o que não acontece com o seu ex-aliado, a Ação Democrática Nacionalista (ADN), que continuará existindo enquanto existir Banzer, seu único líder. Os miristas estão divididos em diversos grupos internos de contornos pouco ou nada definidos. “Temos que salvar o MIR”, clamam seus militantes.

Alguns deles, mais afiados, lança-

BOLÍVIA



Mineiros protestam em Colquiri contra a privatização das minas e as demissões em massa

ram prematuramente a candidatura de Paz Zamora à presidência para 1997, o que mereceu críticas tanto fora quanto dentro do partido e uma forte reação do próprio ex-presidente.

O partido confia na sua capacidade

cionais; a modernização econômica, a nova inserção internacional da Bolívia são os feitos que ele credita ao governo Paz Zamora. "Nossa capacidade (de renovação) está em encontrar as novas formas de mudanças estruturais",

de enfrentar condições adversas e está muito consciente da importância do processo histórico do qual foi ator e protagonista. "Nós permanecemos sendo a alma do processo", garante Oscar Eid, líder do partido. As reformas institu-

afirma Eid em relação à crise envolvendo o partido.

O resgate das bandeiras tradicionais deverá forçosamente passar pela figura do ex-presidente, líder carismático e popular. Até recentemente, Paz Zamora estava a salvo da artilharia da oposição.

Em julho passado, porém, descobriu-se que sua irmã Rosario, dirigente da LBA local, havia comprado oito toneladas de material de construção de luxo — mármore, frisos, madeira de lei — para uma "obra assistencial" do governo, caso rapidamente abafado pelo imediato pagamento do mesmo com fundos próprios.

Nos últimos meses pipocaram denúncias como a do caso *Bolibras*, com a venda ilegal de terras na província de Santa Cruz para brasileiros — que resultou na queda do ministro da Educação, Edwin Céspedes, da ADN. Outras referem-se à negociação envolvendo a YPFB (Yacimientos Petrolíferos Fiscales de Bolivia, a Petrobrás local), enriquecimento ilícito supostamente

Um vice indígena

Pela primeira vez em 168 anos de independência — e, mais importante, desde a queda do Estado Inca, em 1532 —, um indígena da etnia aimará, predominante na Bolívia, exercerá um cargo de importância na vida política do país. Victor Hugo Cárdenes é originário dos secos campos do altiplano boliviano. Apesar da origem humilde, se formou em Letras e lecionou Ciências da Educação, Lingüística, Idiomas e Psicologia na Universidade Mayor de San Andrés (UMSA), de La Paz.

Logo passou a dirigir a Comissão Educativa da

Confederação Nacional dos Camponeses, foi consultor de temas educativos das Nações Unidas e assessorou a Central de Trabalhadores e a Comissão Episcopal em assuntos pedagógicos. Em 1985, Cárdenes foi eleito deputado federal pelo MRTKL (Movimento Revolucionário Túpac Katari de Liberação), uma cisão mais soft do MRTK (Movimento Revolucionário Túpac Katari), despojando-se das lutas raciais preconizadas por este, mas conservando a demanda de reconhecimento do caráter multicultural da sociedade boliviana.



Victor Hugo Cárdenes

Depois de candidatar-se à Presidência em 1989, Cárdenes passou a liderar o seu partido, chamando a atenção de Sánchez de Lozada que o colocou como vice para as eleições de junho. Contradicitoriamente, o MRTKL não possui um único parlamentar no recém-eleito Congresso — "os índios não votam em seus semelhantes", observa um analista político —, mas a

personalidade de Cárdenes concentra toda a sua força política.

Aclamado por universitários e intelectuais, Cárdenes deu uma versão pragmática às centenárias reivindicações das múltiplas etnias bolivianas, adaptando aos tempos modernos o ideal katarista (junto com Túpac Amaru, Túpac Katari foi o precursor da luta pela independência da América do Sul).

O novo vice-presidente fala espanhol com sotaque aimará — contrastando com o sotaque inglês de Lozada, que foi criado nos Estados Unidos — e sua esposa, Lídia Catarina Huaynapaco, se veste como uma típica *chola*, aumentando a empatia popular.

vinculado ao narcotráfico e o contrabando de óleo diesel e de armas.

Mas o MIR reage com veemência, como o faz Carmem Pereira, responsável pelo Departamento de Relações Internacionais, ao mesmo tempo indignada e estupefata: "Estamos frente a casos de acusações impunes (...), que chegaram ao cúmulo do ridículo!".

De fato, a grande maioria destas denúncias são carentes de provas, e os denunciantes em geral não se expõem publicamente, gerando uma boataria com mesquinhos objetivos, como o de dificultar o processo de transição.

O Plano de Todos – Ex-ministro do Planejamento do governo de Paz Estenssoro (1985-89) –

quando empreendeu um forte processo de ajuste econômico –, rico empresário do setor de mineração e, de quebra, filósofo e cineasta, Sánchez de Lozada pretende reverter a grave crise social que assola o país através do seu *Plano de Todos*.

O mar é o caminho

ABOLÍVIA nunca aceitou a perda do litoral para o Chile na Guerra do Pacífico (1879-84), reafirmada no Tratado de Paz em 1904. O clamor pela saída marítima é tão arraigado que as relações diplomáticas entre os dois países estão interrompidas desde 1962 – excetuando-se um breve período entre 1975-78.

Em 1989, o governo de Paz Zamora iniciou um período de aproximação diplomática através do chanceler Ronald McLean, que buscou reforçar os laços econômicos em detrimento da reivindicação marítima, segundo alguns meios de comunicação e líderes sindicais. Os dados confirmam esta afirmação: em 1992, a balança comercial acusava US\$ 103 milhões a favor do Chile, sobre um total de US\$ 120 milhões.

A saída para o mar concretizou-se em parte com a recente concessão do porto pe-

ruano de Ilo à administração boliviana, patrocinada pelo presidente peruano Alberto Fujimori e pelo próprio Paz Zamora. "Outra guerra contra o Chile seria um absurdo", dizia o MIR.

Contradicitoriamente, a apenas 10 dias do final do mandato, Paz Zamora esquentou os ânimos ao chamar os chilenos de "adversário indolente e retrógrado", destruindo de uma só vez o excelente relacionamento entabulado nos últimos anos e culminando com a renúncia do chanceler.

O empresariado nacional e chileno se assustou com essa declaração, enquanto as relações comerciais se paralisavam. Resta aguardar o posicionamento do novo governo, que viu tal ato como sinal de frustração pelo fato de Zamora não ter conseguido resolver a questão marítima como ainda exigem importantes setores da população boliviana.

A espinha dorsal do plano se fundamenta em três pilares: a capitalização das empresas públicas, a democratização do capital e a participação popular. Em relação às empresas públicas, o novo governo está confiante nas associações com firmas estrangeiras, "que

trarão, além de capital, tecnologia e boa administração". A maioria das ações, 51%, permanece em mãos bolivianas.

A democratização do capital seria alcançada através de uma Fundação para o Desenvolvimento Solidário (Fundesol), sem fins lucrativos, "destinando os dividendos ao financiamento de projetos de desenvolvimento social apresentados pela comunidade organizada".

Consolidado o processo de capitalização das empresas públicas e outros mecanismos de mercado, as ações "serão transferidas a cada boliviano maior de idade, a título gratuito". Teria o mesmo impacto da Reforma Agrária, promovida há exatos 40 anos.

O novo governo pretende instaurar Comitês Populares: nas cidades se organizariam para assegurar o abastecimento de água, saúde e educação e financiamentos; no campo, para a água, terras, saúde e educação, estradas, financiamentos e tecnologia. Talvez inspirado no modelo mexicano, Sánchez de Lozada aposta alto nesta descentralização para lutar contra a pobreza e buscar "uma maior equidade social".



O partido de Paz Zamora, o MIR, tem sido alvo de denúncias, a maioria não provadas

O dilema dos palestinos

A intransigência de Israel impede superar o impasse nas negociações de paz e desgasta os líderes dos territórios ocupados

Beatriz Bissio

Uma crise dentro da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) é uma grande notícia para muitos meios de comunicação, mais empenhados no sensacionalismo do que na informação. Em meados de agosto, com o devido destaque, foi divulgado o pedido de demissão dos três representantes palestinos nas negociações de paz do Oriente Médio promovidas pelos Estados Unidos.

De fato, o chefe, o subchefe e a porta-voz da delegação palestina, Faisal Husseini, Saeb Erekat e Hanan Ashrawi, respectivamente, apresentaram sua renúncia por divergências com a direção da OLP na condução do diálogo com Israel.

Os três moram nos territórios ocupados e, como não poderia deixar de ser, refletem os sentimentos da população palestina que vive sob o domínio militar direto de Israel. Por força das circunstâncias, a direção da OLP está no exílio e, embora os palestinos dos territórios ocupados a reconheçam como sua única representante, a vivência dos dirigentes está mais próxima dos três milhões de palestinos dispersos pelo mundo.

Desde sua criação em 1968 e até

1982, quando Beirute foi invadida pelas tropas de Israel, a direção da OLP estava fisicamente próxima dos territórios ocupados, primeiro na Jordânia, depois no Líbano. Com a expulsão de Beirute – exigida pelo governo de linha dura do Likud como condição para uma retirada parcial das tropas israelenses do Líbano –, Arafat e os demais membros da direção colegiada da OLP acabaram por radicar-se na Tunísia, iniciando uma nova etapa da luta palestina pelo seu Estado independente.

Desloca-se o centro de gravidade – A derrota no Líbano foi um duro golpe para a resistência palestina, cujos soldados se dispersaram por todo o mundo árabe. Os meses seguintes não foram fáceis. Mas, contrariando os que previram o declínio irreversível de sua liderança e a divisão da organização, Yasser Arafat e a OLP emergiram com força renovada de uma decisiva sessão do Congresso Nacional Palestino (o Parlamento no exílio) realizada em Argel em 1987.

Os palestinos vinham de um período de acirradas disputas internas por divergências táticas e estratégicas, que tinham aflorado com mais força desde a saída da direção da OLP de Beirute. Es-

tavam muito presentes ainda na memória de todos as sangrentas batalhas nos campos de refugiados do Líbano e da Jordânia, quando mais de cinco mil palestinos morreram nos confrontos com os sírios, as tropas israelenses ou em lutas fratricidas entre diferentes facções da OLP.

Acompanhamos em Argel – junto com outros 200 jornalistas de todo o mundo – o esforço dos palestinos e o empenho dos anfitriões argelinos para que o sangue derramado servisse para selar a paz. Os mais enérgicos defensores da unidade eram os representantes dos territórios ocupados, uma delegação de peso numérico e moral, já que nas novas condições a população da Cisjordânia e Gaza passava a ser a principal protagonista da resistência à presença militar de Israel.

Ao final da reunião, dois importantes grupos dissidentes, a Frente Popular de Libertação da Palestina, liderada por George Habbash, e a Frente Democrática de Libertação da Palestina, de Nayef Hawatmeh, se reincorporaram à OLP e seus líderes voltaram a integrar o alto comando. “Para tomar essa decisão, levamos em conta fundamentalmente o apelo das massas dos territórios ocupados”, afirmou Habbash naquela ocasião.

Novos desafios – Em 1993, seis anos depois da reunificação palestina ficou fora da OLP o grupo de Abu Nidal, considerado traidor por haver assassinado vários dirigentes, entre eles Issam Sartawi, um dos precursores do diálogo com as forças democráticas de Israel –, a situação nos territórios ocupados não mudou.

Pelo contrário, as autoridades israelenses reprimiram a bala a *Intifada* – a resistência pacífica à ocupação – causando milhares de vítimas, a maioria delas menores de idade. E nos últimos meses, o fechamento das fronteiras da Cisjordânia e Gaza (ver *cadernos do terceiro mundo*, nº 153: Palestina/Israel: A guerra econômica) e o conse-

Na reunião do Conselho Nacional, realizada em 1987 em Argel (o Parlamento no exílio), os palestinos selaram a sua unidade



ORIENTE MÉDIO

PALESTINA/ISRAEL

quentes bloqueios econômicos provocaram uma brusca queda da qualidade de vida, elevando os índices de desnutrição, a incidência de doenças e o desespero da população.

A intransigência de Israel – que não se alterou com a chegada ao governo do Partido Trabalhista – não sensibilizou a comunidade internacional. Nenhuma condenação nem atitude drástica foi tomada pela ONU, pela Comunidade Europeia ou pelos Estados Unidos – atualmente o país chave na região – para obrigar o primeiro-ministro Yitzhak Rabin a negociar com os palestinos, respeitando as resoluções do Conselho de Segurança sobre a retirada dos territórios ocupados. As negociações de paz que começaram em Madri em 1991 continuam em ponto morto.

A frustração nos meios árabes se aprofundou com a nova agressão contra o Líbano – a mais sangrenta desde a invasão de 1982 –, que matou centenas de civis e obrigou meio milhão de habitantes do sul do país a abandonar suas casas no final de julho.

A força descabida com que Rabin respondeu às provocações do Hezbollah libanês com os já superados lança-mísseis *Katiushkas* soviéticos – que não justificavam uma nova invasão, sobretudo nas vésperas da chegada ao Oriente Médio do chefe da diplomacia norte-americana Warren Christopher – foi interpretada pelos governos árabes como sinal da confiança de Israel na sua impunidade.

O difícil papel dos negociadores

Nesse contexto, é difícil o papel dos negociadores palestinos. O único estímulo é a precária, mas promissora unidade que os árabes conseguiram construir em torno do diálogo com Israel. A negociação é bilateral, como os israelenses impuseram – se negocia em separado o problema do Golã sírio, dos territórios palestinos ocupados e das relações futuras com o Líbano e a Jordânia –, mas os acordos só serão assinados pelo lado árabe quando *todas* as partes envolvidas confirmarem que concordam com os resultados obtidos.

Mas, salvo esse estímulo, nada incentiva a participação palestina: Israel continua se negando a incluir o estatuto de Jerusalém na agenda, rejeitando frontalmente a aspiração dos árabes em

discutir o futuro da Cidade Santa, e não concretiza a proposta do autogoverno palestino, já que exige manter a responsabilidade pela segurança da Cisjordânia e Gaza. Ou seja, não aceita discutir a retirada de suas tropas.

Os negociadores palestinos, que respondem por seus atos à direção da OLP e, simultaneamente, à população dos territórios ocupados, estão desgastados pelo impasse no diálogo. Sua situação se agrava diante da firmeza demonstrada pelos palestinos da Cisjordânia e Gaza, que desfilararam uma greve geral durante os dias em que Christopher esteve no Oriente Médio, demonstrando que nem a fome nem a repressão foram capazes de dobrá-los.

A interferência de Arafat, que se comunicou diretamente com Christopher, sem avisar os negociadores – aparentemente com uma proposta para superar o impasse do diálogo, com uma flexibilização das posições palestinas – foi o motivo do pedido de renúncia.

A partir daí, a “crise na OLP” foi anunciada ao mundo, sempre com maior dose de especulação do que com notícias objetivas. A história da OLP mostra que eventuais divergências de enfoque em uma conjuntura tão delicada não podem ser qualificadas como crise.

A manobra de Israel – Sem perder tempo, o governo de Israel aproveitou para pescar nesse rio de águas turbulentas: depois de ter rejeitado durante décadas o diálogo direto com a OLP por considerá-la uma organização “terrorista”, anunciou que se a negociação se tornava difícil com a delegação dos territórios ocupados, falaria diretamente com os dirigentes palestinos radicados na Tunísia. “Não há proibição ideológica contra a OLP”, disse o ministro da Saúde, Haim Ramon.

Enquanto isso, outros porta-vozes do governo israelense liberavam a informação de que nas últimas semanas vários ministros do gabinete de Rabin tinham se reunido com representantes de Arafat.

A manobra de Israel serviu para demonstrar que a rejeição ao diálogo com a OLP, apresentada à opinião pública como uma questão de princípios, não passava de uma tática para retardar o reconhecimento dos autênticos líderes da causa palestina.



Jovens dos territórios ocupados reivindicam a autodeterminação

Na eventualidade de um diálogo que poderia dividir seus adversários, a OLP se tornou aceitável diante dos olhos do primeiro-ministro israelense. A médio prazo, essa atitude do governo trabalhista favorece a OLP, que de forma inesperada viu desaparecer o principal argumento de Israel para se opor à sua participação oficial nas negociações de paz.

A experiência da reunião de Argel e de tantas outras que se realizaram desde então mostra o valor que os palestinos dão à sua unidade. É uma das poucas coisas que esse povo despojado de tudo pode perder.

O diálogo palestino-israelense, de agora em diante, mudará. Qualquer que seja a composição da delegação palestina no futuro, ninguém duvidará que é uma representação da OLP, sem aquela grotesca simulação de uma divisão política entre os palestinos dos territórios ocupados e da Tunísia.

Divergências, nuances de interpretação, ênfases diferentes existem entre eles. Mas não uma divisão real. Ter deixado claro essa verdade talvez tenha sido o maior mérito do episódio gerado pelo desgaste ao qual estão expostos os negociadores que não têm nenhuma conquista concreta a apresentar a seu povo.

Os desafios da independência

O novo governo eritreu confia no poder de reconstruir a economia contando basicamente com seus próprios recursos, mas isso vai de encontro às diretrizes que pretende lhe impor o FMI



A alegria do povo eritreu com a independência contrasta com a crua realidade econômica

Ross Hammond e
John Prendergast*

A Eritréia, que acaba de proclamar sua independência, está pronta para entrar na comunidade das nações, mas estará o mundo preparado para receber este novo Estado? Ferozmente empenhada em consolidar sua independência e cheia de novas idéias em matéria de política interna e externa, a Eritréia é hoje uma das sociedades mais estáveis e coerentes do continente africano. Mas ainda é uma incógnita se a assistência que recebe das nações ocidentais lhe servirá de ajuda ou será um obstáculo à sua meta de progresso.

Situada sobre o Mar Vermelho, a Eritréia é pouco maior que o estado de Nova Iorque. Mais de três milhões de pessoas vivem ali, enquanto mais de um milhão de eritreus encontram-se espalhados pelo mundo.

Depois de 30 anos de guerra contra sucessivos governos etíopes, os 95 mil combatentes da Frente de Libertação do Povo Eritreu estão agora trabalhando como voluntários para reconstruir sua destroçada economia.

A grande obsessão da Eritréia é fazer com que o país passe a depender mais de seus próprios recursos. É essa preocupação se explica em uma África subsaariana repleta de economias estruturalmente deficientes por causa da

enorme dependência em relação à ajuda externa. Essa dependência leva os governantes africanos a orientar seus programas econômicos mais em função das prioridades dos doadores, do que de acordo com as necessidades dos receptores.

Com 75% da população esperando de algum modo ajuda alimentar externa, a Eritréia é um país particularmente vulnerável à perpetuação das relações de dependência com os governos doadores e com as organizações internacionais de ajuda.

O novo papel das ONGs

– As políticas do governo provisório da Eritréia têm sido projetadas, sempre que possível, para evitar a armadilha da dependência. A auto-suficiência é a filosofia essencial das autoridades, que procuram desenvolver a capacidade local para enfrentar os problemas da reconstrução do país.

A participação popular, diz o governo, será o meio para alcançar essa meta. A intenção é essa, mas a pressão das dificuldades inerentes à reconstrução obrigará os eritreus a assumir determinados compromissos.

Uma das primeiras questões a se solucionar é de que forma e até onde se permitirá operar na Eritréia as organizações não-governamentais (ONG). Até agora, o governo provisório do presidente Elias Afeworki determinou que somente as organizações locais, que contam com vasta experiência adquirida

ÁFRICA

ERITRÉIA

durante a guerra, possam executar os programas de desenvolvimento e de ajuda. As ONGs estrangeiras interessadas em desenvolver as capacidades locais deveriam dirigir sua ajuda aos grupos locais, em vez de tratar de executar elas mesmas as operações.

O segundo desafio da independência da Eritrêia será o representado pelo déficit estrutural de alimentos. Recorrer à ajuda alimentar de emergência seria a opção mais fácil, mas seria contraditório com a tendência do governo de fazer com que os eritreus confiem mais em suas próprias forças do que no auxílio externo.

A agricultura e a pecuária são o meio de vida de 80% da população eritreia e a solução para o problema alimentar consiste em aumentar a produtividade e o capital básico de agricultores e criadores de gado.

Muito atento a estas questões, o governo atua em várias frentes. Por exemplo, tem criado "bancos de bois" para aumentar o acesso a esses animais, essenciais para o trabalho agrícola. Também tem evitado a distribuição direta de comida e em seu lugar estão sendo promovidos programas de "comida em troca de trabalho".

Dinheiro em troca de privatizações — Já estão sendo construídos sistemas de irrigação e novas estradas, se

plantaram árvores e se fizeram terracos para cultivo nas colinas, embora todo este trabalho tenha sido seriamente reduzido pela falta de recursos. A maioria das pessoas que participam desses programas é voluntária ou trabalha em troca de comida.

O governo da Eritrêia já teve que enfrentar um terceiro obstáculo: o do condicionamento da ajuda econômica. Durante a guerra, os eritreus não admitiam qualquer condição para receber ajuda. Por outro lado, muitos doadores não impunham condições, seja para evitar que os eritreus morressem de fome ou como um gesto de solidariedade à sua luta pela autodeterminação.

Mas agora que terminou a guerra e a Eritrêia é um país independente, os doadores serão mais exigentes. A maior parte da ajuda será vinculada ao cumprimento de determinadas condições.

Uma das principais condições que os Estados Unidos e outros países impõem é a total privatização das empresas públicas. Ainda que a meta do governo eritreu seja dar prioridade ao setor privado, com toda razão vê os perigos de uma mudança repentina neste campo e prefere realizar uma privatização seletiva.

Vender algumas empresas de propriedade do Estado poderia provocar demissões em massa, o que aumentaria

ainda mais os já altos níveis de desemprego. E por que um governo sem recursos haveria de vender aquelas empresas que agora estão dando lucro?

Por outro lado, privatizar o setor agrícola também causaria problemas. Os modelos de uso e posse da terra variam de região para região e incluem sistemas de propriedade familiar, comunitária e estatal. Uma privatização indiscriminada seria prejudicial e provocaria um grande aumento da emigração da população rural para áreas urbanas.

Em compensação, o governo planeja desenvolver uma reserva estratégica de grãos e intervir no mercado de cereais para manter estáveis os preços. Estas duas estratégias são condenadas pelos países e órgãos que emprestam dinheiro, especialmente pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

Um direito conquistado — Um quarto desafio que enfrenta Eritrêia é o de organizar sua nova política como nação emancipada. O governo está empenhado em estimular um sistema pluripartidário, mas não permitirá a formação de partidos baseados na religião ou em grupos étnicos.

Essa posição já deu motivo para que o acusassem de não respeitar direitos democráticos ou identidades étnicas, e poderia transformar-se em um ponto de conflito entre o governo e os doadores ocidentais. Mas, devido às guerras civis que continuam assolando todo o Chifre da África, esses mesmos países poderiam "perdoar" a Eritrêia por temer as políticas sectárias ou tribais.

A ajuda externa certamente será necessária para o gigantesco esforço de reconstrução da Eritrêia. Mas o país tem suas próprias idéias e uma delas é a de criar uma sociedade que seja capaz de resolver seus próprios problemas.

Quando preparam os pacotes de ajuda, os doadores deveriam dispor-se a respeitar as idéias da Eritrêia independente sobre o desenvolvimento conseguido por seus próprios meios e métodos. Depois de 30 anos de guerra, os eritreus ganharam sem dúvida o direito de fazer as coisas à sua maneira.

* John Prendergast é um pesquisador do Center of Concern, de Washington, e é fundador da Aliança para a Paz no Chifre da África. Ross Hammond é o diretor de comunicações do Grupo de Ação para o Desenvolvimento, de Washington



Uma criança eritreia brinca com um tanque: as seqüelas da guerra são visíveis no país



Cortes no orçamento, redução de efetivos e despréstígio da instituição mergulharam o exército russo em uma profunda crise

Forças Armadas: o regresso sem glória

Outrora monólito, o ex-Exército soviético está ruindo como um castelo de cartas. Os militares estão confundidos diante das mudanças, divididos politicamente e em geral decepcionados com o rumo dos acontecimentos

Roberto Bardini

Asegunda máquina militar do mundo caiu em desgraça. Em fins de 1992, o Exército russo contava com 2 milhões e 100 mil efetivos. Em 1995, terá, de acordo com os planos de redução, um milhão e meio de homens.

O orçamento diminuiu e, de quebra, a inflação chegou aos quartéis: a quantidade de rublos que em 1991 permitia fornecer o equipamento completo de um soldado, hoje alcança apenas para "comprar-lhe uma camiseta e algumas cuecas", segundo o general Valisi Voroviov, chefe da Direção Central do Orçamento do Ministério da Defesa.

Por sua vez, o general Mikhail Kolesnikov, chefe do estado-maior, declarou à imprensa que, de cada 100 recrutas convocados em 1992, apenas se

apresentaram 29. O alto comando pensou em remediar essa situação através da convocação de voluntários, mas os resultados foram desastrosos: em vez dos 100 mil homens necessários, só apareceram 13.500.

A "privatização" militar – Além dos cortes de verbas, a carreira militar ainda sofre com a falta de prestígio e as limitadas perspectivas na Rússia. Os que possuem certa especialização técnica abandonam as fileiras do Exército e tentam a sorte em empresas privadas. Outros simplesmente penduram os uniformes e vão para casa.

Alguns são mais belicosos: decidiram entrar, com armas e bagagens, para as milícias independentes. Agora são – segundo o ponto de vista – assessores, instrutores ou, simplesmente, mercenários.

A maioria trabalha no que eles mesmos chamam de "privatização". Ou seja, se dedicam a um novo e lucrativo negócio: vender armas, aparelhos de comunicação, veículos e gasolina ao melhor comprador, sejam eles grupos étnicos em conflito, máfias organizadas ou, simplesmente, outros revendedores.

O Exército Vermelho – Ao triunfar a Revolução de Outubro de 1917,

Leon Trotsky criou o Exército Vermelho, baseado na fidelidade ao novo regime em substituição à Forças Armadas czaristas. Uma de suas primeiras vitórias se deu contra o chamado Exército Branco e tropas contra-revolucionárias apoiadas pela Grã-Bretanha, França e Estados Unidos.

Durante a Segunda Guerra Mundial, a um custo de 30 milhões de mortos, as tropas soviéticas fizeram os alemães retroceder, libertaram vários países que haviam sucumbido ao nazismo e, finalmente, tomaram Berlim em maio de 1945.

Nesse mesmo ano se realizou a Conferência de Yalta (cidade situada no Mar Negro), na qual os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a URSS – representadas respectivamente por Franklin D. Roosevelt, Winston Churchill e Joseph Stalin – chegaram a um acordo sobre a divisão das zonas de influência na Europa. Nos países ocupados pelo Exército Vermelho (Alemanha Oriental, Bulgária, Tchecoslováquia, Hungria, Polônia e Romênia), os comunistas tomaram o poder.

O início da Guerra Fria – A estratégia da Guerra Fria desenvolvida pelos Estados Unidos no pós-guerra desencadeou a corrida armamentista. Em maio de 1955, a URSS e seus aliados da Europa oriental criaram o Pacto de Varsóvia em contrapartida à Orga-

O Exército e a política

O sociólogo Leonid Sedov, do Centro de Estudos da Opinião Pública na Rússia, divulgou em fins de março os resultados de uma enquete efetuada entre oficiais do Exército acerca da atual crise de poderes entre presidencialistas e parlamentaristas.

Do total de militares entrevistados, 35% apóiam Boris Yeltsin e 32% o desaprovam. Quanto ao Soviete Supremo (Parlamento), conta com o apoio de 24% dos militares, enquanto que 38% não aprovam seus ataques ao presidente.

De cada dez oficiais, três estão com o vice-presidente, o general Alexander Rutskoi, que se opõe a Yeltsin. Apenas um em cada seis respalda a demissão do presidente em favor do vice.

A posição de Yeltsin em Moscou é mais favorável que nas províncias. Na capital, 50% dos militares se pronunciaram a favor do mandatário quando foram perguntados de que lado se colocariam na suposição de um confronto direto entre o presidente e os deputados.

nização do Tratado do Atlântico Norte (Nato), impulsionada em abril de 1949 pelos Estados Unidos¹. O confronto Leste-Oeste incluiu armas nucleares e o domínio do espaço, no que se convencionou chamar de “guerra nas estrelas”.

Hoje, tudo parece ter ficado sepultado no passado diante das novas realidades. O general Alexander Vladimirov, presidente da Associação Independente de Especialistas Militares, organização dedicada aos estudo das questões militares, declarou ao correspondente do jornal espanhol *El País* em Moscou:

“Os órgãos políticos do Partido Comunista da URSS permeavam de cima a baixo o Exército soviético. Boris Yeltsin e a tentativa de golpe de estado de agosto de 1991 acabaram com eles. Hoje, porém, muitos começam a ver os inconvenientes daquela derrubada precipitada. Os órgãos políticos eram uma garantia de defesa contra o despotismo dos altos comandos.”

E acrescentou: “Falta ao Exército a definição de Estado que Yeltsin e seus colaboradores não têm sabido lhe dar. Faltam também, para os militares, a definição de quem é seu inimigo hoje em dia”, analisou o general Vladimirov.

Vladimirov, que serviu no Extremo Oriente e na desaparecida República Democrática Alemã, explicou que as Forças Armadas estavam orientadas para o Ocidente. Agora, devem se reorientar para o Sul, onde antes tinham sua retaguarda.

Por outro lado, acrescentou, antes o Exército enfrentava conflitos globais, dentro do contexto da Guerra Fria. Hoje, deve assumir complexos conflitos locais.



De cada 100 recrutas convocados em 1992, apenas 29 se apresentaram ao Exército

¹ Em março de 1954, a URSS propôs a sua adesão à organização, a fim de eliminar seu caráter unilateral, mas essa proposta foi recusada pelos EUA, França e Grã-Bretanha em junho do mesmo ano.

A americanização do Exército russo

As Forças Armadas devem reduzir seu orçamento, tropas e equipamentos militares para adaptar-se a uma nova correlação de forças em todo o território da ex-URSS

Alexander Zhilin*

Há cerca de seis meses, em diversos meios governamentais se especulava sobre as características que teria o Exército russo depois de colocada em prática a reforma militar. No entanto, apesar das extensas entrevistas de oficiais de alta patente que foram publicadas nos jornais, o assunto ainda não havia ficado muito claro. A principal razão desta falta de clareza estava, aparentemente, na ausência de um adequado e definitivo conceito de defesa.

Finalmente, na última reunião de altos comandos do Exército com o presidente Bóris Yeltsin, veio a público a essência da reforma militar. De acordo com as palavras do ministro da Defesa, Pavel Grachev, o Exército russo se estruturará sobre a base de forças de deslocamento rápido e será reconstruído seguindo os princípios da organização do Exército dos Estados Unidos.

A norte-americanação do Exército russo inclui até o aspecto externo de seus integrantes, uma vez que os oficiais vestirão novos uniformes que copiam quase que exatamente o modelo dos EUA.

Como, seguindo os acordos internacionais assinados, "deveremos reduzir nosso Exército até deixá-lo com o máximo de 1 milhão 500 mil homens, não estaremos em condições, como antes, de colocar um soldado atrás de cada árvore ao longo de toda nossa fronteira", disse Grachev. "Por isso, se formarão, desde já, unidades de Exército móveis, capazes de se deslocar de uma região a outra em poucas horas", finalizou o ministro.

Forças de deslocamento rápido -

Como resultado da criação de fronteiras nacionais entre os membros da ex-URSS e da divisão do Exército soviético entre as diversas repúblicas da Comunidade dos Estados Independentes (CEI), a Rússia sofreu grandes prejuízos do ponto de vista militar. O primeiro e mais poderoso cinturão de defesa ficou fora do seu território, enquanto que a Ucrânia passou a ter as unidades melhor treinadas e ficou com os mais modernos equipamentos militares. Portanto, a Rússia se vê obrigada agora a criar suas próprias posições de defesa.

"A divisão territorial – declarou o segundo comandante em chefe da Força Aérea, general Víctor Kot – nos obrigou a criar novas unidades militares." Uma delas foi deslocada para o sul da Rússia, onde antes não havia grandes unidades militares porque eram regiões do interior da ex-URSS. É o caso do que aconteceu no Cáucaso Norte, que agora é uma região fronteiriça.

Baseado nestas novas unidades da Força Aérea do Cáucaso do Norte e nas

tropas que foram retiradas da Polônia se formou um forte Quarto Exército, que inclui três unidades de aviação de bombardeio, combate e assalto.

Os primeiros resultados dessas mudanças já são visíveis. O principal centro de treinamento foi estabelecido na cidade de Borisolebsk. "Trata-se não apenas de um centro de treinamento, mas também de uma poderosa unidade militar capaz de trasladar-se rapidamente, em caso de guerra, para o centro do conflito e aumentar suficientemente o poder das unidades militares empregadas em rechaçar a agressão", explicou o general Kot.

Escassez de recursos – Recentemente, o presidente Yeltsin assinalou que devido à política de redução das Forças Armadas, deveria investir-se no melhoramento do nível profissional, o que é natural já que em algumas regiões a correlação de forças mudou bastante.

Ao falar na reunião do alto comando militar, o comandante em chefe da Força Aérea, general Peter Deinekin, chamou a atenção do presidente Yeltsin sobre a intensificação do treinamento militar, que pode conduzir a um rápido esgotamento dos recursos técnicos militares. "A Força Aérea russa – assinalou – não tem recursos financeiros necessários para comprar motores de aviões de empresas estrangeiras, como Pratt and Whitney ou Rolls Royce. Tampouco estamos em condições de adquiri-los no mercado interno por falta de fundos suficientes. Por isso é que os programas técnico-militares devem ser subsidiados pelo Estado."

O atual orçamento militar, segundo o próprio Yeltsin, é de cerca de cinco bilhões de dólares e dificilmente poderá ser aumentado. Seja como for, neste caso se poderiam obter alguns recursos adicionais como resultado do aumento da exportação de tecnologia militar. Por isso, o general Grachev reclama que se autorize seu Ministério a vender armas ao exterior e a utilizar o produto dessas vendas para atender às necessidades internas das Forças Armadas.

* Alexander Zhilin é tenente-coronel do Exército russo e editor chefe do jornal independente Exército da Rússia

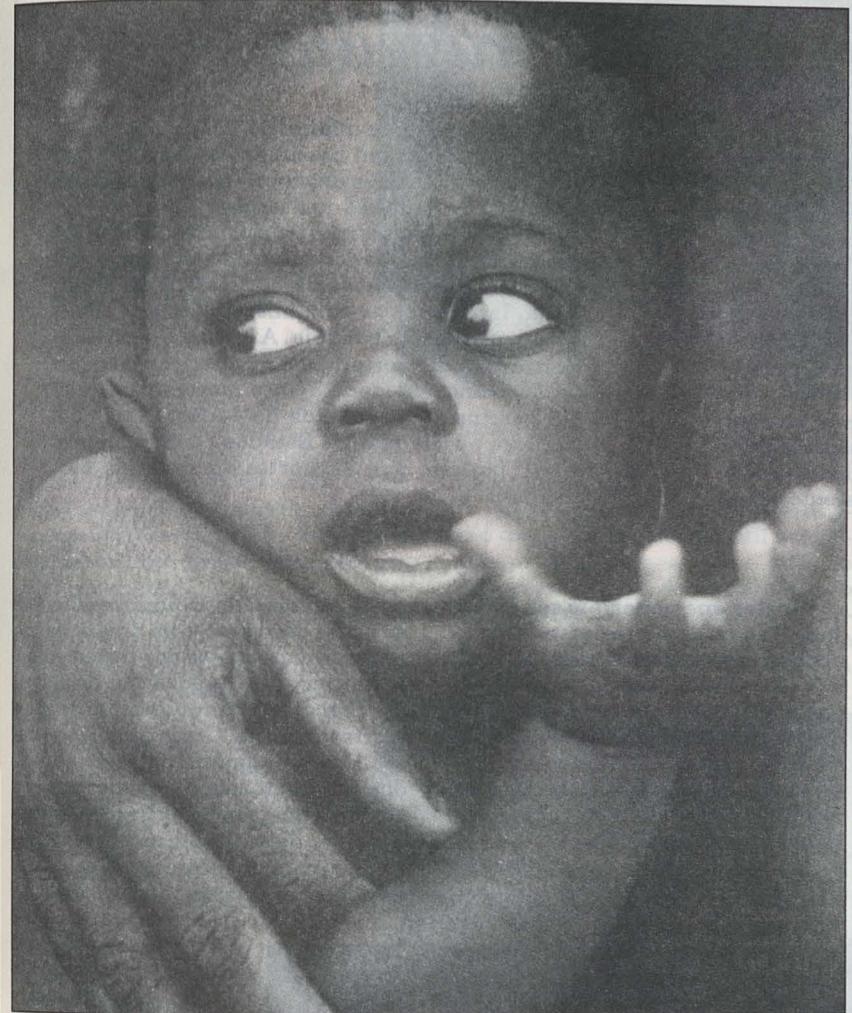


Moscou: recrutas engrossam o soldo limpando as ruas

INFÂNCIA

Segundo o Unicef, 60% das mortes infantis registradas no Terceiro Mundo poderiam ser

UNICEF



Um futuro ameaçado

Relatório do Unicef revela que com investimentos e soluções baratas as taxas de mortalidade infantil no Terceiro Mundo podem ser reduzidas em mais de 50%

Marcelo Monteiro

O dado é assustador: 12,7 milhões de crianças – número equivalente a três vezes a população do Uruguai – morreram em 1990 antes de completar cinco anos de idade, vítimas da desnutrição ou doenças no Terceiro Mundo. A informação está contida em um recente relatório do Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância).

Para reduzir a mortalidade infantil nos países em desenvolvimento, o diretor-executivo do Unicef, James Grant, calcula em US\$ 25 bilhões ao ano o total de recursos adicionais a serem aplicados em projetos sociais.

O investimento evitaria, a cada ano, a morte de 4 milhões de crianças de até cinco anos, permitiria o controle das principais doenças responsáveis pela mortalidade infantil (pneumonia, sarampo e enfermidades que provocam diarréia), e garantiria educação básica a todas as crianças, implementação de sistemas de água e saneamento básico em todas as comunidades e a divulgação de formas de planejamento familiar.

Investir melhor os recursos – Segundo o relatório “Situação Mundial da Infância 1993”, elaborado pelo diretor-executivo do Unicef, os US\$ 25 bilhões previstos pela entidade poderiam ser obtidos com investimentos dos países do Terceiro Mundo na área social, que representariam 66% do valor total, e com ajuda internacional de governos e organizações de países desenvolvidos (33%). O relatório ressalva que na África “o auxílio externo deveria ser de até 66%”.

Mesmo com os investimentos atuais, o valor proposto pelo Unicef poderia ser alcançado com o remanejamento de verbas dos orçamentos dos países em desenvolvimento e com a melhor aplicação das doações internacionais. Segundo o documento do Unicef, os US\$ 25 bilhões poderiam ser obtidos hoje se 20% dos gastos governamentais do Terceiro Mundo e da ajuda externa fossem já alocados para projetos de saúde, educação, alimentação, saneamento e planejamento familiar.

Os governos dos países do Terceiro

Os números da tragédia

Angola e Moçambique lideram a estatística dos países com maior taxa de mortalidade infantil. Nas ex-colônias portuguesas, em cada mil crianças nascidas em 1991, 292 não completaram cinco anos de idade. Entre os 35 países com taxas de mortalidade consideradas pelo Unicef como muito altas, 28 são da África e sete da Ásia.

Das 30 nações com taxas altas de mortalidade infantil, oito são latino-americanas (Haiti, Bolívia, Peru, Guatemala, Equador, Nicarágua, República Dominicana e Honduras).

O Brasil escapou por pouco de constar da lista dos países com taxas altas e encabeça a relação das nações com taxas médias de mortalidade. O país ocupa a 65ª posição da listagem decrescente de índi-

dices de mortalidade infantil de 129 países, com 67 mortes para cada mil nascimentos. Em 1991, 247 mil crianças menores de cinco anos morreram no Brasil por desnutrição ou doenças.

Na lista de países com baixas taxas de mortalidade infantil, ao lado dos ocidentais industrializados, estão a Malásia, Jamaica, Costa Rica, Kuwait, Cuba, Israel e os ex-comunistas Hungria, Polônia e a ex-Tchecoslováquia. A Suécia é o país com menor taxa de mortalidade de crianças menores de cinco anos de idade (cinco mortes para cada mil nascimentos), seguida do Japão, Finlândia, Noruega e Holanda. Os Estados Unidos ocupam a 107ª posição, com 11 mortes em cada mil nascimentos.

Mundo destinam, em média, apenas 10% de seus orçamentos ao atendimento direto das necessidades das populações pobres. "Ainda se gasta mais na área militar e com o serviço da dívida externa do que em saúde e educação", afirma Grant no relatório.

A soma proposta pelo Unicef corresponde à metade do gasto anual dos países do Terceiro Mundo com o pagamento de salários aos seus soldados.

Mortes que poderiam ser evitadas — Do total de mortes infantis registradas a cada ano no Terceiro Mundo, 60% são causadas por pneumonia, sarampo e doenças que provocam diarréia. As doenças imunoprevisíveis (sarampo, coqueluche, tuberculose e tétano) mataram 2,1 milhões de crianças de até cinco anos em 1990, enquanto a diarréia e a pneumonia foram responsáveis pela morte de 6,6 milhões de crianças.

O relatório do Unicef ressalta que as novas descobertas na área de saúde reduziram os custos dos tratamentos, permitindo que os governos de países do Terceiro Mundo evitem tantas mortes infantis. Cerca de 85% dos casos letais de pneumonia são causados por bactérias que poderiam ser controladas com a aplicação de um conjunto de antibióticos durante cinco dias, com um custo de 25 centavos de dólar por criança. Já a vacina contra o sarampo custa cerca de meio dólar por criança.

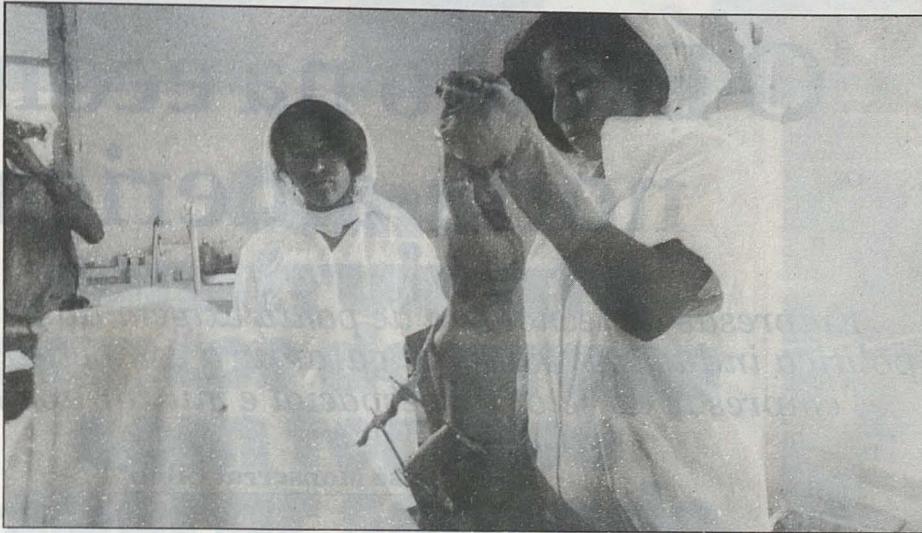
No caso da diarréia, metade das mortes poderiam ser evitadas com a divulgação do método de reidratação oral com o soro caseiro, que tem custos irrisórios. Além disso, o uso do leite materno como alimento exclusivo dos bebês durante os seis primeiros me-

Os países do Terceiro Mundo destinam, em média, apenas 10% de seus orçamentos ao atendimento das necessidades básicas das populações pobres



ATRÁS DA INFÂNCIA

Segundo o Unicef, 60% das mortes infantis registradas no Terceiro Mundo poderiam ser evitadas se houvesse um "compromisso político" dos governos em investir em projetos sociais



ses de vida poderia evitar a morte de 1 milhão de crianças de até cinco anos.

Outra seqüela da pobreza, a cegueira, também é abordada no documento. A falta de vitamina A deixa 250 mil crianças cegas a cada ano e pode provocar doenças graves em 10 milhões de menores. O problema poderia ser combatido com o uso de cápsulas de vitamina A durante seis meses, com o custo inferior a um dólar por criança.

Em relação à carência de iodo no organismo infantil, a maior causa de deficiência mental, o problema poderia ser eliminado com a aplicação de US\$ 100 milhões. O relatório do Unicef lembra que o valor é menor do que o preço de dois aviões de combate. "É hora de banir a idéia de que o mundo não pode custear o atendimento das necessidades básicas das populações pobres", afirma James Grant.

Falta vontade política - O diretor-executivo do Fundo das Nações Unidas para a Infância garante que os índices de mortalidade infantil, desnutrição, analfabetismo e pobreza podem ser reduzidos com o "compromisso político" dos governos dos países em desenvolvimento em investir em projetos sociais.

Grant comprova sua tese com as altas taxas de imunização alcançadas em países com renda *per capita* inferior a US\$ 500, como Bangladesh, República Centro-Africana e Guiné Equatorial.

A meta definida pelo Unicef no início da década de 80 de imunização de 80% das crianças dos países do Terceiro Mundo foi alcançada em 1990, evitando a

morte de mais de 3 milhões de crianças a cada ano e protegendo outros milhões contra doenças.

As campanhas maciças de vacinação contra a paralisia infantil aumentaram de 20% para 85% o total de crianças dos países do Terceiro Mundo imunizadas nos últimos dez anos. Segundo o Unicef, mais de 2 milhões de crianças teriam ficado paralíticas a

cada ano sem a vacinação maciça contra a pólio (nas Filipinas, o número de casos caiu de 1.422 em 1988 para apenas 82 dois anos depois).

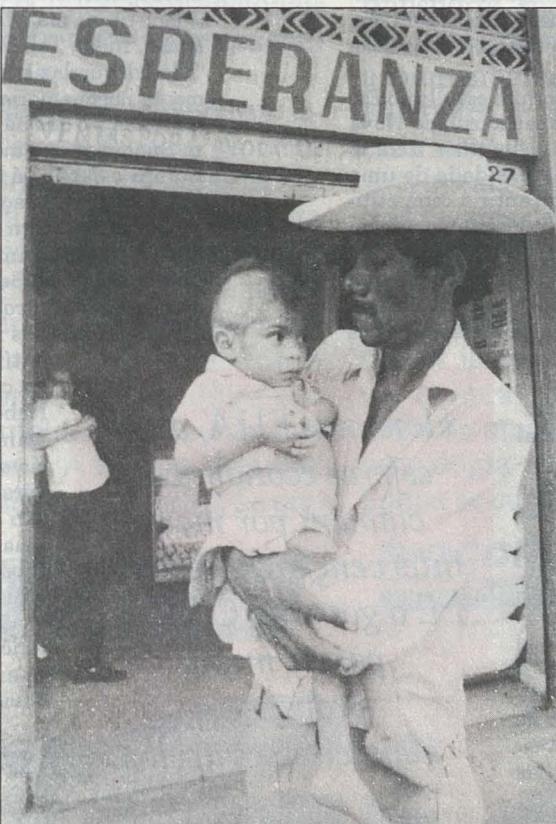
Para a década de 90, as metas do Unicef foram definidas no Encontro Mundial de Cúpula pela Infância, realizado em 1990 na sede da ONU em Nova Iorque.

O cumprimento das metas fixadas pelo Unicef, com a consequente melhoria das condições de vida de boa parte da população do Terceiro Mundo, poderia facilitar o crescimento econômico dos países classificados como "em vias de desenvolvimento".

James Grant enfatiza que o desenvolvimento de um país é dificultado quando existem milhões de crianças com crescimento físico e mental prejudicado pela desnutrição e condições inadequadas de saúde, educação e moradia.

Um dos principais objetivos dos governos do Terceiro Mundo, na sua opinião, deveria ser "o rompimento do círculo vicioso" de pobreza transmitido de geração para geração, que leva ao baixo aproveitamento na escola e no trabalho e dificulta a possibilidade de ascensão social.

Honduras: segundo país com maior índice de desnutrição infantil na América Central, com uma taxa de 21%



O Estado na economia norte-americana

Empresas de tecnologia de ponta exigem do governo uma nova política industrial capaz de garantir a competitividade mundial das empresas do setor aeroespacial e militar dos Estados Unidos

José Monserrat Filho*

Nós devemos desejar o uso do poder dos Estados Unidos na competição pelos mercados globais do mesmo modo que fizemos militarmente para vencer a Guerra Fria", declarou Gerald A. Johnston, presidente e chefe de operações da McDonnell Douglas, uma das principais indústrias bélicas norte-americanas.

Johnston, em entrevista à revista *Aviation Week & Space Technology*, em abril passado, reconhece que os Estados Unidos sempre tiveram política industrial. Mas ressalva que ela só tem dado apoio à indústria aeroespacial e militar via confrontação, regulamentação excessiva e supervisão. "Temos uma política industrial, mas será que ela é a correta para enfrentar os desafios da concorrência nos anos 90?", pergunta ele.

Essa dúvida é compartilhada por um estudo do Especialista de Consultoria Price Waterhouse, de Nova York, cujas conclusões, segundo a *Aviation Week & Space Technology*, entrevêem a necessidade de uma nova política industrial capaz de garantir a competitividade mundial das empresas da indústria aeroespacial e militar dos Estados Unidos.

A consultora observa que até hoje "a falta de coesão na política industrial dos Estados Unidos colocou as empresas norte-americanas em desvantagem nos mercados mundiais". A propósito, o chefe do grupo de estudo declarou: "Não sugerimos que os Estados Unidos apóiem as empresas nacionais do setor aeroespacial e de defesa até o ponto em que os governos da Europa respaldam a indústria Airbus. Mas Washington precisa ser mais ativo, implementando uma política que ponha a Justiça e outras agências trabalhando juntas e uniformizando a obediência aos regulamentos."

Para Don Fuqua, presidente das Indústrias Aeroespaciais Assn, "a Casa Branca deve reformular as políticas antitruste, fiscal, de comércio e de tecnologia dirigidas a estimular investimentos e facilitar a competição das empresas em todo mundo".

E para Denis J. Picard, presidente e executivo-chefe da Raytheon Corporation, "é imperativo que a administração Clinton e o Congresso removam os obstáculos existentes no caminho de um campo de ação a nível internacional."

Assim, nos Estados Unidos de hoje, altas esferas econômicas clamam por mais vigorosa intervenção do Estado para defender os interesses ameaçados das empresas norte-americanas que competem em áreas de tecnologias de ponta.

O governo Clinton parece muito propenso a atender a esses apelos. Ele já fez questão de alardear especial severidade na questão da propriedade intelectual, acusando Brasil, Índia, Tailândia e outros países de não adotarem "leis adequadas e eficientes", segundo critérios estritamente norte-americanos, e ameaçando-os com duras represálias. Só que na dança dos elefantes, ou seja, na guerra comercial das megacorporações dos Estados Unidos, Europa e Japão, já não adiantam ranger de dentes nem ameaças de retaliações. O trato é diferente.

Na relação com os países subdesenvolvidos fica bem mais fácil tentar impor a internacionalização da lei dos Estados Unidos. Seus líderes, em geral, ignoram o fato de que o nosso projeto de propriedade intelectual não apenas atende aos interesses do Brasil, como está compatível com a legislação internacional, no correto comentário do embaixador Rubens Barbosa, subsecretário-geral do Itamaraty. Para eles, o ponto de referência e a pauta de julgamento das controvérsias de interesses internacionais não são o Direito Internacional, acordado pela comunidade de nações igualmente soberanas, mas a lei interna dos Estados Unidos.

Na relação com outras grandes potências, no entanto, as autoridades norte-americanas sequer ousam sugerir tão óbvia arbitrariedade.

Hoje, nos EUA, altas esferas econômicas clamam por maior intervenção do Estado. E o governo Clinton parece muito propenso a atender esses apelos

*Jornalista e jurista, diretor da revista "Ciência Hoje" e do "Jornal da Ciência Hoje", da SBPC, e membro do Instituto International de Direito Espacial da Federação International de Astronáutica



Como construir até bancos de praça sem ter que esperar sentado.

Que argamassa armada é a mistura de cimento, areia e tela de aço muita gente sabe. Que as construções feitas de pré-moldados em argamassa armada têm um custo e um prazo muito menores do que os das obras convencionais também é do conhecimento de muitos.

Mas o que pouca gente sabe é que a Riocop, pioneira no Brasil no uso dessa tecnologia, é líder também na América Latina. Pois é. Ela é a primeira em volume de produção de argamassa armada e a única a fabricar a própria tela que utiliza nos pré-moldados. Mas não fica só nisso. A Riocop, dentre as empresas de seu setor, é a que

detêm a mais avançada tecnologia e o melhor controle de qualidade da produção.

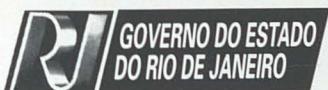
Hoje a Riocop está estruturada para realizar todas as etapas de construção — projeta, fabrica a argamassa, transporta, monta e faz até os acabamentos — com acompanhamento de computadores, e com sua avançada tecnologia pode, inclusive, instalar fábricas em outros lugares do Brasil.

Da próxima vez, antes de construir, entre em contato com a gente. Além das vantagens já conhecidas, você vai colocar sua obra nas mãos de uma empresa cuja tecnologia faz a América Latina se curvar.

RIOCOP

FÁBRICA DE ARGAMASSA ARMADA E EQUIPAMENTOS URBANOS

BR 101 - Km 1 - Rodovia Rio-Santos - Santa Cruz - Rio de Janeiro
CEP: 23560 - Telefone: (021) 395-4550 - Fax: (021) 395-3965



Presente em todos os municípios
fluminenses participando, investindo,
promovendo, contribuindo e, acima de
tudo, acreditando no seu desenvolvimento,
o BANERJ se orgulha em ser o banco de
um dos estados mais importantes na
economia do país.

Investir no BANERJ é investir duplamente
em você: como cliente e como
integrante responsável pelo crescimento do
Estado do Rio de Janeiro.

BANERJ